cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112

Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2024.04.23 04:29:04 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VIII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Terça-feira e quarta-feira, 23 e 24 de abril de 2024 • Nº 1789 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

SIAFI

Sistema do governo federal é invadido

A Polícia Federal e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) investigam uma invasão realizada neste mês ao Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), com suspeita de desvio de recursos do governo federal. O Siafi, gerido pelo Tesouro Nacional, é o principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do governo federal. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a invasão não foi de um hacker, mas de algum usuário que já tinha acesso à plataforma. De acordo com o ministro, o sistema está preservado e a Polícia Federal acompanha o caso para encontrar os responsáveis."Tenho informação parcial de que o problema não é do sistema; o problema provavelmente foi de autenticação do acesso. É isso que está sendo apurado", disse Haddad aos jornalistas. PÁGINA 2

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Prates cita investimento na Margem Equatorial

O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, afirmou nesta segunda-feira, que os investimentos na Marquem Equatorial vão ajudar a estatal a financiar a sua transição energética. O comentário foi feito durante a realização do Seminário Brasil Hoje, evento realizado pela Esfera Brasil, onde o executivo comemorou o fato de o Brasil ter alcançado no último sábado 18 anos de autossuficiência em petróleo. Segundo Prates, o Brasil está destinado a ser o grande líder na transição energética. Dentro deste contexto, o executivo defendeu o papel da exploração na Marquem Equatorial, sendo a área da costa das regiões Nordeste e Norte o grande perímetro de concentração de petróleo. PÁGINA 2

DEMARCAÇÕES

MARCELO CAMARGO/ABRASIL

Gilmar suspende ações e cobra conciliação sobre marco temporal

O ministro Gilmar Mendes (**foto**), do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu nesta segunda-feira determinar a instauração de processo de conciliação envolvendo as ações sobre o marco temporal para demarcação de terras indígenas. Com a decisão, as ações que tratam da questão devem ser suspensas até decisão final da Corte. As partes envolvidas terão 30 dias para apresentar propostas de conciliação. Mendes é relator das ações protocoladas pelo PL, PP e Republicanos para manter a validade do projeto de lei que reconheceu o marco e de processos nos quais entidades que representam os indígenas e partidos governistas contestam a constitucionalidade da tese. Pela tese do marco temporal, os indígenas somente têm direito às terras que estavam em sua posse no dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal, ou que estavam em disputa judicial na época. Em dezembro do ano passado, o Congresso Nacional derrubou o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto de lei que validou o marco. PÁGINA 14

JUSTIÇA

Moraes manda 'X' explicar o descumprimento de decisões

LULA MARQUES/ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes (**foto**), do Supremo Tribunal Federal (STF), deu cinco dias para a rede social X (antigo Twitter) se manifestar sobre um relatório da Polícia Federal (PF) que apontou o descumprimento de decisões judiciais por parte da plataforma. O prazo vence na próxima sexta-feira. Na semana passada, a PF disse ao Supremo que o X permitiu a transmissão de lives por seis perfis que foram bloqueados por decisão da Justiça. PÁGINA 14

LINHA DIRETA

Lula quer telefone para que possam reclamar do governo

MARCELO CAMARGO/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) (**foto**) disse nesta segunda-feira, que o governo precisa criar um telefone para que as pessoas possam "se queixar se as coisas não estão acontecendo". A declaração ocorreu no lançamento do programa Acredita, um pacote de medidas que prevê crédito e renegociação de dívidas para os pequenos negócios e microempreendedores individuais (MEIs) do País. "A gente deveria criar uma espécie de 190, 180", disse. PÁGINA 14

INDICADORES

IBOVESPA: 0,36% / 125.573,16 / 448,86 / Volume: R$ 21.473.325.162 / Negócios: 3.735.362

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
CVC BRASIL ON NM	2.13	+10.94	+0.21
PETZ ON NM	5.34	+11.25	+0.54
RAIZEN PN N2	3.120	+3.31	+0.100
IRBBRASIL REON NM	40.77	+2.82	+1.12
TOTVS ON NM	28.89	+2.81	+0.79

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
PETRORECSA ON NM	20.550	–2.84	–0.600
KLABIN S/A UNT N2	24.09	–2.15	–0.53
CSNMINERACAOON N2	5.200	–1.89	–0.100
VAMOS ON NM	7.270	–1.62	–0.120
SABESP ON NM	82.79	–2.01	–1.70

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
PETROBRAS PN N2	41.50	+2.39	+0.97
VALE ON NM	63.33	–0.05	–0.03
ITAUUNIBANCOPN N1	31.53	–0.06	–0.02
PETROBRAS ON N2	43.76	+2.43	+1.04
BRASIL ON EB NM	27.39	–1.15	–0.32

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	38.239,98	+0,67
NASDAQ Composite	15.451,305	+1,11
CAC 40	8.040,36	+0,22
FTSE 100	8.023,87	+1,62
DAX	17.860,8	+0,67
Ftse Mib	33.724,82	-0,58

Salário mínimo	R$ 1.412,00
Ufir	R$ 4,3329
Taxa Selic (01/02)	11,25%
Poupança 3 (23/04)	0,5517%
TR (23/04)	0,0514%
IGP-M	-0,47% (mar.)
IPCA	0,16% (mar.)
CDI (01/02)	11,15%
OURO BM&F/grama	R$ 389,41
EURO Comercial	Compra: 5,5048 Venda: 5,5054
EURO turismo	Compra: 5,5764 Venda: 5,7564
DÓLAR Ptax - BC	Compra: 5,2043 -0,43%
DÓLAR comercial	Compra: 5,1681 Venda: 5,1687
DÓLAR turismo	Compra: 5,2097 Venda: 5,3797

MERCADOS

Bolsa inicia semana em alta de 0,36%, aos 125,5 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A confirmação de que a Petrobras fará a distribuição de 50% dos dividendos extraordinários que haviam sido retidos em março garantiu alta acima de 2% para as ações da estatal nesta primeira sessão da semana, carregando para cima a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), que chegou nesta segunda-feira, ao terceiro ganho seguido. No mês, o índice Bovespa (Ibovespa) limita as perdas a 1,98% e, no ano, a 6,42%

Entre mínima de 124.633,03 e máxima de 126.081,14 e subiu nesta segunda-feira 0,36%, a 125.573,16 pontos, no maior nível de fechamento desde o último dia 12, então perto de 126 mil.

O giro ficou em R$ 21,3 bilhões.

Nesta segunda-feira, o Bradesco BBI elevou a recomendação da Petrobras, de neutra para outperform (equivalente a compra), após o conselho de administração decidir que a empresa tem condições de pagar 50% das reservas em dividendos extraordinários (US$ 4,3 bilhões). A visão mais positiva do BBI considera também um ambiente melhor do que o esperado, com apoio do preço do petróleo Brent - que nesta segunda-feira fechou em leve baixa, na casa de US$ 87 por barril, em Londres, ante a relativa descompressão da tensão geopolítica no Oriente Médio.

Na sessão, Petrobras ON avançou 2,43% e a PN, 2,39%, em dia levemente negativo para Vale (ON -0,05%) e, em grau maior, para os grandes bancos no fechamento (Itaú PN -0,06%, BB ON -1,15%, Bradesco PN -0,44%, Santander Unit -0,45%). Na ponta ganhadora, destaque ainda para Petz (+11,25%), estendendo os fortes ganhos da sexta-feira após o memorando de entendimento para fusão com a Cobasi, à frente nesta segunda-feira de CVC (+10,94%) e de Raízen (+3,31%). No lado oposto, PetroReconcavo (-2,84%), Klabin (-2,15%), Sabesp (-2,01%) e CSN Mineração (-1,89%).

Ações do setor de siderurgia nesta abertura de semana (Gerdau PN +2,08%, Usiminas PNA +2,32%, CSN ON +0,68%), com viés um pouco mais favorável sobre a demanda chinesa.

DÓLAR

Após trocas de sinal pela manhã, o dólar à vista se firmou em baixa ao longo da tarde desta segunda-feira.

O dólar à vista fechou em baixa de 0,59%, a R$ 5,1687, na mínima da sessão e nos menores níveis em mais de uma semana.

Na máxima, pela manhã, tocou R$ 5,2181. Apesar da sequência de dois pregões de queda, a divisa ainda acumula ganhos de 3,06% em abril. No ano, a valorização é de 6,5%.

MARGEM EQUATORIAL

Prates: investimento ajudará a financiar transição energética

JORGE COSTA, DENISE LUNA E FRANCISCO CARLOS DE ASSIS/AE

O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, afirmou nesta segunda-feira, que os investimentos na Marquem Equatorial vão ajudar a estatal a financiar a sua transição energética. O comentário foi feito durante a realização do Seminário Brasil Hoje, evento realizado pela Esfera Brasil, onde o executivo comemorou o fato de o Brasil ter alcançado no último sábado 18 anos de autossuficiência em petróleo.

Segundo Prates, o Brasil está destinado a ser o grande líder na transição energética. Dentro deste contexto, o executivo defendeu o papel da exploração na Marquem Equatorial, sendo a área da costa das regiões Nordeste e Norte o grande perímetro de concentração de petróleo possível para ser explorado pelo País após o pré-sal.

Prates avaliou que existem dois caminhos possíveis em termos de política energética. Se o Brasil optar por uma política mais ambiental mais rígida, no futuro o mercado brasileiro passará a importar petróleo, dado que a commodity continuará relevante nos próximos 50 anos. A outra alternativa é a Petrobras explorar a Margem Equatorial e fazer uso dos recursos para utilizar transformar a transição energética em realidade.

"Por que o Brasil é o líder na transição energética? Porque o País já antecipou boa parte dessa transição, com 88% da sua matriz energética renovável. Temos todos os recursos desde energia nuclear até a eólica", afirmou Prates, citando que os investimentos que podem acontecer na Margem Equatorial podem se configurar como um exemplo perfeito em que é possível equilibrar o ganho do petróleo com a mudança do perfil energético nacional.

Durante coletiva com jornalistas, o executivo comentou que existem discussões acontecendo no Ibama. Segundo Prates, uma sonda realizou recentemente a perfuração da Bacia de Potiguar e deverá ser transferida para o Sudeste.

A previsão é que o equipamento ficará livre em outubro. Enquanto isso, o planejamento da estatal será avançar na busca pelas autorizações junto ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) para, caso ocorra avanço na obtenção de licenças, a empresa consiga enviar o produto para a Margem Equatorial.

"Queremos fazer a Avaliação Preliminar Operacional (APO) antes de outubro. Esse é um grande simulado de operações onde a Petrobras tem condição de mostrar exatamente como funciona uma operação diante de um incidente ambiental", afirmou Prates, sobre o próximo passo em conjunto com o MMA.

"Assim, o Ibama pode liberar a empresa para realizar a perfuração e assim descobrir onde há a existência do petróleo", acrescentou Prates, reforçando que haverá apenas a prospecção para saber se na região de perfuração há ou não petróleo.

O processo entre fase inicial de exploração de petróleo até a produção comercial deve levar de seis a oito anos, conforme Prates mencionou durante o evento.

COMÉRCIO EXTERNO

Balança tem superávit de US$ 2,94 bilhões na terceira semana de abril

AMANDA PUPO/AE

A balança comercial brasileira registrou superávit comercial de US$ 2,940 bilhões na terceira semana de abril (dias 15 a 21). De acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) divulgados nesta segunda-feira, 22, o valor foi alcançado com exportações de US$ 8,015 bilhões e importações de US$ 5,076 bilhões.

No mês, o superávit acumulado é de US$ 7,659 bilhões e no ano, de US$ 26,737 bilhões.

Até a terceira semana do mês, a média diária das exportações registrou queda de 1% na comparação com a média diária do período em 2023, com recuo de US$ 112,7 milhões (-22,9%) em Agropecuária; crescimento de US$ 100,21 milhões (35,4%) em Indústria Extrativa e alta de US$ 3,19 milhões (0,4%) em produtos da Indústria de Transformação.

As importações também tiveram queda, de 7,9% no período, igualmente na comparação pela média diária, com crescimento de US$ 6,09 milhões (31,6%) em Agropecuária; redução de US$ 26,53 milhões (-29,3%) em Indústria Extrativa e recuo de US$ 61,11 milhões (-6,5%) em produtos da Indústria de Transformação.

SIAFI

Não houve invasão externa em sistema do Tesouro, diz Haddad

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Não houve ataque externo na invasão ao Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), do Tesouro Nacional, disse nesta segunda-feira o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Segundo ele, alguém usou o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e a senha do Portal Gov.br de gestores de despesas para entrar no sistema e supostamente desviar recursos federais.

"Não foi um hacker que quebrou a segurança (do Siafi), não foi isso. Foi um problema de autenticação. É isso que a Polícia Federal está apurando e está rastreando para chegar aos responsáveis", declarou o ministro antes de sair para reunião no Palácio do Planalto. "O sistema está preservado. Foi uma questão de autenticação. É alguém que tinha acesso."

O ministro disse não saber sobre valores supostamente desviados e disse ter recebido a informação assim que a imprensa começou a divulgar o caso. "Não tenho informação sobre valores. Isso estava sendo mantido em sigilo inclusive dos ministros. Estava entre o Tesouro (Nacional) e acho que a Polícia Federal. Eu soube no mesmo momento em que vocês", disse, reiterando que não houve ataque externo de hackers ao sistema.

Divulgada inicialmente pelo jornal Folha de S.Paulo, a invasão do Siafi ocorreu neste mês. Os criminosos supostamente conseguiram emitir ordens bancárias e desviar dinheiro público usando o login de terceiros no Portal Gov.br.

O caso está sendo investigado pela Polícia Federal. No fim desta tarde, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) informou ter entrado na investigação e estar acompanhando o caso "em colaboração com as autoridades competentes".

TESOURO

Em nota emitida no início desta noite, o Tesouro Nacional confirmou a afirmação de Haddad de que o Siafi não foi invadido, mas que ocorreu uma utilização indevida de credenciais obtidas de modo irregular. Segundo o órgão, as tentativas de realizar operações na plataforma foram identificadas e não causaram prejuízos à integridade do sistema.

O órgão acrescentou que está tomando todas as medidas necessárias em resposta ao caso, incluindo ações adicionais para reforçar a segurança do sistema. "O Tesouro Nacional trabalha em colaboração com as autoridades competentes para a condução das investigações; e reitera seu compromisso com a transparência, a segurança dos sistemas governamentais e a preservação do adequado zelo das informações, até o término das apurações", concluiu o comunicado.

ITE-FACAMP

Atividade econômica brasileira registra queda de 1,4% em fevereiro

MARIANNA GUALTER/AE

A atividade econômica recuou 1,4% em fevereiro, na margem, após cair 1,5% em janeiro, aponta o Índice de Tendência Econômica (ITE) da Faculdade de Campinas (Facamp). Na comparação com o mesmo período do ano anterior, o ITE, porém, subiu 4,8% em fevereiro, ante 2,1% em janeiro, na mesma base de comparação.

A Facamp, em nota, avalia que o desempenho negativo do indicador em fevereiro é explicado pelo resultado da indústria extrativa no mês, especialmente pela produção de farmoquímicos e produtos farmacêuticos.

A queda do volume de serviços no período, acrescenta, também foi destaque negativo, especialmente o recuo da atividade de transporte em um cenário de desaceleração da atividade agropecuária, emenda. "Os sinais contraditórios da atividade econômica são reflexos do rearranjo setorial e da demanda agregada em 2024", afirma. "Pelo lado da oferta, a indústria ainda encontra dificuldades para se recuperar e reforçar a trajetória positiva do varejo, num contexto de mercado de trabalho aquecido. Já no campo da demanda, o investimento ainda patina diante de um cenário de crescimento do consumo das famílias, puxado pelo crescimento do rendimento do trabalho."

A previsão, pondera, é de crescimento para a atividade no primeiro trimestre do ano, pelo mercado de trabalho aquecido e os efeitos positivos defasados da política fiscal expansionista em 2023.

ADIANTAMENTO

Beneficiários do INSS começam a receber 13º a partir desta quarta-feira

DANIELLA ALMEIDA/ABRASIL

Os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) começam a receber a primeira metade da parcela do 13º salário, a partir desta quarta-feira. Em geral, a primeira parcela do abono anual, também conhecido como 13º dos beneficiários da Previdência Social, ocorre em agosto de cada ano.

No mês passado, o governo federal determinou a antecipação do pagamento das duas parcelas do 13º salário a 33,6 milhões de beneficiários. De acordo com dados da folha de pagamentos, o volume de recursos só com a primeira parcela do benefício injetará R$ 33,68 bilhões na economia brasileira.

O valor antecipado corresponde a 50% do total do abono anual e sobre a primeira parcela não incide desconto de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). Nos casos em que é possível a cobrança, o imposto será descontado somente na segunda parcela do 13º.

CALENDÁRIO

O calendário de pagamentos leva em conta o número final do cartão de benefício, sem considerar o último dígito verificador, que aparece depois do traço, também chamado de Número de Identificação Social (NIS).

O dinheiro será depositado junto com o benefício referente ao mês de abril, pago entre 24 de abril e 8 de maio. Os segurados com benefício com dígito final 1 e que ganham até um salário mínimo vigente (R$1.412) serão os primeiros a receber e, assim, por dia diante. A segunda parcela do 13º salário do INSS de 2024 será paga com os benefícios regulares de maio, creditado entre o fim de maio e o início de junho.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Tex Courier S.A.

CNPJ nº 73.939.449/0001-93

Relatório da Administração

O ano de 2023 representou um desafio significativo para todos os setores econômicos, influenciados pelas ainda elevadas taxas de juros, por sua vez refletindo diretamente nos níveis de atividade, emprego, endividamento das famílias e consumo. Apesar do ambiente operacional tumultuado, encerramos mais um com um novo recorde de resultados. A Receita Bruta consolidada no ano de 2023 foi de R$2.033 milhões, um forte crescimento de 13,2% na comparação com o ano anterior, enquanto a Receita Líquida também evoluiu 13% e atingiu R$1.670 milhões. Esse crescimento é atribuído, em parte, à maior abrangência de nossos principais produtos (Standard e Expresso, com receitas 8% e 13% maiores, respectivamente, versus 2022), maiores receitas de novos produtos como Cards e *Solutions*, conquista de novos clientes, sucesso em eventos específicos de importantes clientes, além do excelente desempenho na *Black Friday*. Além do crescimento já mencionado das Receitas, a implementação de medidas de gestão de custos, em especial de frete, contribuiu para uma variação de apenas 9% nos custos dos serviços prestados. O Lucro Bruto somou R$412.0 milhões, um crescimento de 39% comparado a 2022, enquanto o EBITDA atingiu R$246.5 milhões, um salto de 46% na comparação com o mesmo período, e que traduz o nosso contínuo compromisso com a eficiência operacional. No resultado financeiro do período, registramos uma despesa financeira de R$57,8 milhões versus a R$35,0 milhões no ano de 2022, e que reflete principalmente o aumento do endividamento, dado que em janeiro de 2023 captamos R$90 milhões por meio do instrumento CRI. Ainda assim, o lucro líquido consolidado do exercício foi recorde, de R$89,4 milhões, um aumento de 18% comparado ao ano de 2022. Encerramos um ano extremamente desafiador com uma performance operacional bastante sólida, atingindo um novo recorde de receita. E isso só foi possível graças aos nossos colaboradores, a confiança dos nossos clientes e a parceria com nossos fornecedores. Estamos confiantes de que o ano de 2024 deve, mais uma vez, pavimentar a conquista de resultados ainda melhores, com a nossa operação de transporte aéreo já no ar desde o final do ano, com a ampliação da abrangência de cidades de entrega e coleta e o crescimento dos novos produtos.

Receita Bruta

	Controladora 31/12/2023	31/12/2022	Variação		Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta de vendas	2.033.447	1.796.261	237.186	13%	2.033.447	1.796.261
Impostos	(362.579)	(319.828)	(42.751)	13%	(362.579)	(319.828)
Receita líquida de vendas	1.670.868	1.476.433	194.435	13%	1.670.868	1.476.433

Demonstração dos Resultados do Exercício

	Controladora 31/12/2023	31/12/2022	Variação		Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida de vendas	1.670.868	1.476.433	194.435	13%	1.670.868	1.476.433
Custos dos serviços prestados	(1.253.594)	(1.180.490)	(73.104)	6%	(1.258.807)	(1.180.490)
Lucro bruto	417.274	295.943	121.331	41%	412.061	295.943
Despesas com vendas	(58.487)	(32.078)	(26.409)	82%	(58.487)	(32.078)
Despesas administrativas	(129.825)	(122.949)	(6.876)	6%	(134.795)	(124.874)
Resultado de equivalência patrimonial	(11.657)	(901)	(10.756)	1.194%	–	–
Outras receitas	32.124	29.129	2.995	10%	32.124	31.264
Outras despesas	(4.348)	(884)	(3.464)	392%	(4.348)	(884)
Lucro operacional antes da depreciação e amortização	245.081	168.260	76.821	46%	246.555	169.371
Amortização arrendamentos	(47.477)	(24.468)	(23.009)	94%	(53.479)	(24.468)

	Controladora 31/12/2023	31/12/2022	Variação		Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Depreciação e amortização de ativos imobilizados e intangíveis	(24.082)	(16.412)	(7.670)	47%	(24.667)	(16.412)
Resultado Financeiro						
Receitas	16.827	6.653	10.174	153%	16.891	6.945
Despesas	(73.843)	(41.935)	(31.908)	76%	(74.748)	(41.979)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	116.506	92.098	24.408	27%	110.552	93.457
Imposto de renda e contribuição social						
Correntes	(24.739)	(14.110)	(10.629)	75%	(24.739)	(14.195)
Diferidos	(2.294)	(3.441)	1.147	(33%)	3.660	(3.441)
Lucro líquido do exercício	89.473	74.547	14.926	20%	89.473	75.821

EBITDA

	Controladora 31/12/2023	31/12/2022	Variação		Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	89.473	74.547	14.926	20%	89.473	75.821
Imposto de Renda e Contribuição Social	27.033	17.551	9.482	54%	21.079	17.636
Resultado financeiro líquido	57.016	35.282	21.734	62%	57.857	35.034
Depreciação e amortização	71.559	40.880	30.679	75%	78.146	40.880
EBITDA	245.081	168.260	76.821	46%	246.555	169.371

Balanços patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora 2023	2022	Consolidado 2023	2022
Circulante:					
Caixa e equivalentes de caixa	5	119.173	107.212	119.861	112.668
Títulos e valores mobiliários	6	2.189	–	2.189	
Contas a receber de clientes	7	291.721	245.998	291.721	245.998
Imposto de renda e contribuição social a compensar	19.1	8.131	6.601	8.287	7.049
Impostos a compensar	8	6.741	5.471	7.126	5.471
Adiantamentos a fornecedores e outros	9	28.045	23.578	31.122	27.552
Warrants a apropriar	27	165	165	165	165
Total do circulante		456.165	389.025	460.471	398.903
Não circulante:					
Realizável a longo prazo					
Empréstimos e outros créditos com partes relacionadas	27	16.159	81	22	–
Títulos e valores mobiliários	6	202	225	202	225
Contas a receber de clientes	7	244	–	244	–
Depósitos judiciais	20.1	4.070	4.358	4.070	4.358
Impostos a compensar	8	–	33	–	33
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.2	60.486	62.780	66.440	62.780
Warrants a apropriar	27	852	1.017	852	1.017
		82.013	68.494	71.830	68.413
Investimento	10.1	–	7.699	–	–
Intangível	11	94.085	69.015	94.148	69.015
Imobilizado	12	74.333	69.250	76.357	69.402
Ativo de direito de uso	17.1	160.264	163.034	165.989	175.723
Total do não circulante		410.695	377.492	408.324	382.553
Total do ativo		866.860	766.517	868.795	781.456

Passivo e patrimônio líquido	Notas	Controladora 2023	2022	Consolidado 2023	2022
Circulante:					
Fornecedores e outras contas a pagar	13	145.819	135.074	144.135	136.598
Operações de risco sacado	14	23.916	60.917	23.916	60.917
Aquisição participação acionária	10.2	–	11.157	–	11.157
Dividendos a pagar	21.3	21.644	15.372	21.644	15.372
Obrigações trabalhistas	15	46.033	36.839	46.622	36.940
Empréstimos e financiamentos	16	103.800	2.038	103.800	2.038
Arrendamento mercantil	17.2	45.776	30.700	51.484	36.026
Impostos, contribuições e parcelamentos a pagar	18	52.987	39.116	53.184	39.741
Passivo a descoberto em controladas	10.1	3.958	–	–	–
Total do circulante		443.933	331.213	444.785	338.789
Não circulante:					
Exigível a longo prazo					
Empréstimos e financiamentos	16	88.565	102.466	88.565	102.466
Arrendamento mercantil	17.2	131.288	144.040	132.371	151.403
Impostos, contribuições e parcelamentos a pagar	18	47.609	64.139	47.609	64.139
Provisão para demandas judiciais	20	11.825	14.215	11.825	14.215
Total do não circulante		279.287	324.860	280.370	332.223
Patrimônio líquido:					
Capital social	21	29.074	29.074	29.074	29.074
Reservas de legal	21	5.815	2.918	5.815	2.918
Reservas de capital	21	76.446	34.894	76.446	34.894
Ajuste de avaliação patrimonial	10.2	(2.557)	(2.557)	(2.557)	(2.557)
Reserva de Lucros	21	23.259	–	23.259	–
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	21.3	11.603	46.115	11.603	46.115
Total do patrimônio líquido		143.640	110.444	143.640	110.444
Total do passivo e patrimônio líquido		866.860	766.517	868.795	781.456

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros	Reservas de capital: Subvenção para investimentos	Transação com acionista não controladores	Ajuste de avaliação patrimonial	Distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2022		5.580	2	–	31.749	22.545			38.395	98.271
Aumento de capital social	21.1	23.494	–	–	–	–	–	–	–	23.494
Constituição do bônus dos serviços de logística *(warrants)*		–	–	–	–	12.349	–	–	–	12.349
Constituição de reserva legal 2021		–	1.116	–	–	–	–	–	(1.116)	–
Constituição de reserva legal 2022		–	1.800	–	–	–	–	–	(1.800)	–
Distribuição de dividendos 2021		–	–	–	(31.749)	–	–	–	(48.539)	(80.288)
Constituição de dividendos 2022		–	–	–	–	–	–	–	(15.372)	(15.372)
Dividendos propostos		–	–	–	–	–	–	46.115	(46.115)	–
Mais-Valia na aquisição de empresas controladas	10.2	–	–	–	–	–	(2.557)	–	–	(2.557)
Efeito transação com acionistas		–	–	–	–	–	–	–	(1.274)	(1.274)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	75.821	75.821
Saldos em 31 de dezembro de 2022		29.074	2.918	–	–	34.894	(2.557)	46.115	–	110.444
Constituição do bônus dos serviços de logística *(warrants)*		–	–	–	–	11.482	–	–	–	11.482
Constituição de reserva de capital sobre crédito presumido ICMS	24.1	–	–	–	30.070	–	–	–	(30.070)	–
Constituição de reservas		–	–	23.259	–	–	–	–	(23.259)	–
Constituição de reserva legal	21.2	–	2.897		–	–	–	–	(2.897)	–
Distribuição de dividendos 2022	21.3	–	–	–	–	–	–	(46.115)	–	(46.115)
Constituição de dividendos 2023		–	–	–	–	–	–	–	(21.644)	(21.644)
Dividendos propostos	21.3	–	–	–	–	–	–	11.603	(11.603)	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	89.473	89.473
Saldos em 31 de dezembro de 2023		29.074	5.815	23.259	30.070	46.376	(2.557)	11.603	–	143.640

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Informações gerais: 1.1. Contexto operacional: A Tex Courier S.A. ("Companhia" ou "Tex") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Barueri, estado de São Paulo. Controlada pela Total Express Holding LLC (Tex Holding). Com quase 30 anos de existência, a Companhia tem como atividade principal a oferta de um amplo e diversificado portfólio de soluções logísticas que atendem os clientes no transporte, na oferta de soluções com o Solutions, importação de produtos através dos produtos do Internacional e a operação de logística, aqui na oferta de armazenamento, pick e packing e cross docking aos clientes. A Tex atende desde o pequeno e médio e-commerce até os gigantes do varejo, incluindo operações complexas de diversas indústrias, com capilaridade e abrangência em todo o território nacional. A Tex é responsável pela entrega de uma grande variedade de carga, das mais variadas origens para os mais variados destinos, com velocidade e foco na excelência. **2. Políticas Contábeis significativas: 2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. a) Critérios gerais de elaboração e divulgação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. Os ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Eles são considerados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos (ativos e passivos) e provisão para processos judiciais que estão classificados integralmente no não circulante. Em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia efetuou análises e concluiu não existirem evidências de incertezas sobre a continuidade das operações. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas, não sendo requerida pelas IFRS. A Administração optou pela apresentação desta demonstração como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. b) Moeda funcional e moeda de apresentação: A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R$), que também é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para o Real pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado. c) Aprovação das demonstrações financeiras: As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 19 de abril de 2024. **2.2. Base de consolidação das demonstrações financeiras**: A base de consolidação da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, inclui a controlada integral Anívia Serviços Aéreos Ltda., que possui como principal objeto social a prestação de serviços de transporte aéreos de cargas, sediada no Rio de Janeiro. A companhia detém 100% de participação, conforme descrito na Nota 10. Em relação ao controle podemos dizer que: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. O resultado da controlada adquirida durante o exercício é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. Os exercícios sociais da controlada incluídos na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme na empresa consolidada. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a Controladora e a empresa controlada são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes, que buscam seguir condições de mercado. **2.3. Pronunciamentos novos, alterações ou interpretações de normas:** As seguintes novas normas/alterações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) ou pelo International Accounting Standards Board (IASB), estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e podem de alguma forma afetar a Companhia. IFRS 17 - Contratos de Seguro: O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável); • Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração. A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8: As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras. Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12: As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) ou pelo International Accounting Standards Board (IASB), mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento): Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 - Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento): As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A Companhia não espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras. Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante: Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao PC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A Companhia não espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras. **2.4. Apresentação de informações por segmentos:** Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócios dos quais podem ser obtidas receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regulamente revisados pelo principal tomador de decisões e para o qual haja informação financeira individualizada disponível. Todos os resultados da Companhia são revistos frequentemente por uma única Direção Executiva para decisões sobre os recursos a serem alocados e para a avaliação de seu desempenho, nesse sentido a Diretoria concluiu que possui apenas um único segmento denominado "transporte". **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, a contar da data de contratação e com risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente: 2.6.1.** Ativos financeiros: *Reconhecimento inicial e mensuração:* Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. *Mensuração subsequente:* Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: a) *Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):* Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem as contas a receber de clientes e com partes relacionadas. b) *Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida):* Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. A Companhia não possui instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes compreendem. c) *Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais):* No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento especificamente. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável. A Companhia não possui investimentos patrimoniais registrados nesta categoria. d) *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se: (a) as características e os riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal; (b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e (c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado. Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado. *Desreconhecimento:* Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: (a) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou (b) A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:* A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. A Companhia reconhece a redução ao valor do contas a receber conforme apresentado na nota 2.12 a seguir. *Reconhecimento inicial e mensuração:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos, não existindo nas presentes demonstrações financeiras saldos bancários a descoberto e instrumentos financeiros derivativos. Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: a) *Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. b) *Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos):* Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Para mais informações, vide Nota 15. *Desreconhecimento:* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. *Compensação de instrumentos financeiros:* Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **2.7. Impairment de ativos financeiros:** Ativos mensurados ao custo amortizado: A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas de *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor normalmente não consideraria; (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras. O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração de resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.8. Contas a receber de clientes:** Um recebível representa o direito da Companhia a um valor de contraprestação incondicional (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido). São registradas e mantidas nos balanços pelos valores nominais das vendas e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída com base na análise de risco da totalidade da carteira de clientes e respectiva probabilidade de recebimento. A Companhia estima as perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa com base no

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora 2023	2022	Consolidado 2023	2022
Receitas de vendas	22	1.670.868	1.476.433	1.670.868	1.476.433
Custos dos serviços prestados	23	(1.304.624)	(1.209.236)	(1.316.424)	(1.209.236)
Lucro bruto		366.244	267.197	354.444	267.197
Despesas com vendas	23	(58.537)	(32.078)	(58.537)	(32.078)
Despesas administrativas	23	(150.304)	(135.083)	(155.274)	(137.008)
Resultado de equivalência patrimonial	10.1	(11.657)	(901)	–	–
Outras receitas	24.1	32.124	29.129	32.124	31.264
Outras despesas	24.2	(4.348)	(884)	(4.348)	(884)
Lucro operacional		173.522	127.380	168.409	128.491
Resultado financeiro:					
Receitas	25	16.827	6.653	16.891	6.945
Despesas	25	(73.843)	(41.935)	(74.748)	(41.979)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		116.506	92.098	110.552	93.457
Imposto de renda e contribuição social:					
Correntes	26	(24.739)	(14.110)	(24.739)	(14.195)
Diferidos	26	(2.294)	(3.441)	3.660	(3.441)
Lucro líquido do exercício		89.473	74.547	89.473	75.821
Lucro básico e diluído por ação atribuível aos acionistas (expresso em R$ por ação)	21.4	13,0237	12,9655		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora 2023	2022	Consolidado 2023	2022
Lucro líquido do exercício	89.473	74.547	89.473	75.821
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	89.473	74.547	89.473	75.821

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2023	31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	89.473	74.547	89.473	74.547
Ajustes de:				
Depreciações e amortizações	24.082	16.412	24.667	16.412
Amortização de ativos de direito de uso	47.477	24.468	53.479	24.468
Baixas líquidas do imobilizado e arrendamentos financeiros	88	–	88	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.294	3.441	(3.660)	3.441
Resultado de equivalência patrimonial	11.657	901	–	–
Créditos de liquidação duvidosa	5.679	(3.893)	5.679	(3.893)
Provisão para demandas judiciais	(118)	2.794	(118)	2.794
Juros e variação cambial	54.028	29.011	54.725	29.011
Juros sobre operações de risco sacado	1.292	1.924	1.292	1.924
Juros e multas sobre tributos correntes	1.720	–	1.720	–
Juros e multas sobre parcelamentos tributários	7.936	1.504	7.936	1.504
Reversão de juros sobre parcelamentos tributários	(4.539)	–	(4.539)	–
Apropriação de encargos sobre empréstimos	1.275	547	1.275	547
Warrants	11.482	12.349	11.482	12.349
	164.353	89.458	154.026	88.557
Variação do capital circulante				
Contas a receber	(53.600)	(62.729)	(53.600)	(62.729)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(1.530)	–	(1.238)	–
Impostos a recuperar	(1.237)	(5.865)	(1.622)	(6.158)
Adiantamentos a fornecedores e outros	(4.467)	(4.882)	(3.570)	(1.561)
Warrants a apropriar	165	165	165	165
Depósitos judiciais	288	(2.594)	288	(2.594)
Fornecedores e outras contas a pagar	10.745	34.331	7.537	35.836
Operações de risco sacado	(38.293)	58.993	(38.293)	58.993
Obrigações trabalhistas	9.194	14.193	9.682	14.287
Baixas por pagamento de contingências	(2.272)	(5.723)	(2.272)	(5.723)
Impostos, contribuições e parcelamentos a pagar	24.826	31.081	24.398	31.070
Juros pagos	(31.936)	(15.827)	(31.936)	(15.827)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(32.602)	(18.425)	(32.602)	(18.425)
	(120.719)	22.718	(123.063)	27.334
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	133.107	186.723	120.436	190.438
Atividades de investimento				
Aquisição de controlada, líquida de caixa adquirido	(11.157)	(20.733)	(11.157)	–
Receitas com vendas de ativo imobilizado	1.954	–	1.954	–
Aquisição de ativo imobilizado	(19.139)	(47.349)	(21.659)	(20.733)
Aquisição de ativo Intangível	(35.341)	–	(35.341)	(47.349)
Partes relacionadas	(16.078)	(81)	(22)	–
Aplicações financeiras	(2.166)	11.277	(2.166)	11.277
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(81.927)	(56.886)	(68.391)	(56.805)
Atividades de financiamento				
Aumento de capital social	–	23.494	–	23.494
Captação de empréstimos e financiamentos	90.000	100.000	90.000	100.000
Encargos sobre empréstimos e financiamentos a apropriar	(2.138)	(1.876)	(2.138)	(1.876)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(2.857)	(31.144)	(2.857)	(31.144)
Pagamentos de passivos de arrendamentos	(62.737)	(31.992)	(68.370)	(31.992)
Dividendos pagos	(61.487)	(80.288)	(61.487)	(80.288)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (Partes relacionadas)	–	(35.423)	–	(35.423)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	(39.219)	(57.229)	(44.852)	(57.229)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	11.961	72.608	7.193	76.404
(+) Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	107.212	34.604	112.668	36.264
(=) Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	119.173	107.212	119.861	112.668
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	11.961	72.608	7.193	76.404

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Descrição da conta	Controladora 2023	2022	Consolidado 2023	2022
Receitas	2.029.822	1.798.339	2.029.822	1.800.474
Venda de mercadorias e serviços	2.028.050	1.794.631	2.028.050	1.794.631
Outras receitas	7.451	1.982	7.451	4.117
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/constituição	(5.679)	1.726	(5.679)	1.726
Insumos adquiridos de terceiros	1.210.364	1.179.211	1.218.576	1.181.137
Custo das mercadorias e serviços vendidos	1.076.582	1.081.301	1.083.810	1.082.944
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	133.782	97.910	134.766	98.193
Valor adicionado bruto	819.458	619.128	811.246	619.337
Depreciação, amortização e exaustão	71.559	40.880	78.145	40.880
Valor adicionado líquido produzido	747.899	578.248	733.101	578.457
Valor adicionado recebido em transferência	35.240	33.039	46.961	34.232
Receitas financeiras	16.827	6.653	16.891	6.945
Resultado de equivalência patrimonial	(11.657)	(901)	–	–
Subvenções Governamentais	30.070	27.287	30.070	27.287
Outras	–	–	–	–
Valor adicionado total a distribuir	783.139	611.287	780.062	612.689
Distribuição do valor adicionado	783.139	611.287	780.062	612.689
Pessoal e encargos	339.673	286.107	341.776	286.107
Remuneração direta	241.224	203.074	242.141	203.074
Benefícios	84.634	72.569	85.820	72.569
FGTS	13.815	10.464	13.815	10.464
Impostos, taxas e contribuições	286.844	211.863	280.763	211.962
Federais	131.090	73.616	124.933	73.715
Estaduais	152.608	136.089	152.684	136.089
Municipais	3.146	2.158	3.146	2.158
Remuneração de capital de terceiros	67.149	38.770	68.050	38.799
Juros	61.032	32.255	61.782	32.284
Aluguéis	6.117	6.515	6.268	6.515
Remuneração de capitais próprios	89.473	74.547	89.473	75.821
Dividendos				
Lucros retidos	89.473	74.547	89.473	75.821

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

continua→

★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2023 e 2022 da Tex Courier S.A. (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

modelo permitido pelo CPC 48/IFRS9, com base no histórico de pagamento de cada cliente é verificada uma pontuação ponderada de crédito do mesmo (Nota de crédito) em conjunto com a idade (aging) dos seus títulos a receber e a expectativa de perdas futuras. A Companhia avalia periodicamente sua carteira de recebíveis, constituindo provisão para liquidação de créditos duvidosos conforme regra de crédito e idade dos títulos e todos os títulos, cujo processo de recebimento esteja sob âmbito judicial. **2.9. Ativos Intangíveis:** Sistemas de computação (software): As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-las, acrescidos dos custos incorridos para deixar os *softwares* prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, apresentadas na nota 11. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso pelo período dos benefícios econômicos futuros. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **2.10. Imobilizado:** É mensurado pelo custo histórico de aquisição, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação é calculada pelo método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil econômica estimada desses ativos, de acordo com as taxas divulgadas na nota 12. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são incluídos reconhecidos em "Outras receitas, líquidas", na demonstração do resultado. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. **2.11. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. **2.12. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.13. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada, como resultado de eventos já incorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.14. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** O resultado de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos corrente e diferido, sendo reconhecidas na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. Para melhor visualização os valores de tributos a compensar foram apresentados de forma segregada para melhor interpretação das demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e contra o qual as diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais possam ser usados. **2.15. Benefícios a funcionários:** Participação nos lucros: A Companhia oferece aos seus funcionários participação nos resultados, por meio de um programa de participação nos resultados, vinculado ao atingimento de metas pré-estabelecidas anualmente definida pela Administração. O reconhecimento do passivo e despesa desta participação é efetuado mensalmente à título de provisão e revisado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável. **2.16. Demonstrações dos resultados:** Reconhecimento da receita: i) *Receita de vendas de serviços:* A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia, como também, somente após o atendimento de sua obrigação de desempenho, que é a entrega efetiva da mercadoria transportada no destinatário final. A Companhia efetua provisão para redução de receitas para mercadorias em trânsito e ainda não entregues. ii) *Receita financeira:* A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Custos: Os custos dos serviços prestados são reconhecidos quando da efetiva prestação dos serviços. i) *Subvenções e assistências governamentais:* As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que as condições estabelecidas foram cumpridas e o benefício será recebido. São registradas como receita ou redução de despesa no resultado do exercício de fruição do benefício e, posteriormente, são reclassificadas de lucros acumulados para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido. Benefícios fiscais de ICMS: A Companhia possui incentivos fiscais concedidos pelos governos estaduais, por meio do convênio ICMS 106/1996, que concede aos estabelecimentos prestadores de serviço de transporte um crédito presumido de 20% proporcional ao valor do ICMS devido na prestação dos serviços de transporte, que é adotado, opcionalmente, pela Companhia, em substituição ao sistema de tributação previsto na legislação estadual. **2.17. Direito de uso e arrendamento mercantil:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Ativos de direito de uso: A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na nota 2.7 Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3.1. Estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de demandas judiciais. No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: a) Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Grupo como arrendatário): A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado). A Companhia incluiu o período de renovação como parte do prazo do arrendamento de instalações e máquinas com um período não cancelável contratual mais curto (os quais variam de três a cinco anos). Historicamente, a Companhia tem exercido a opção de renovação para esses arrendamentos, uma vez que haveria um efeito negativo significativo na produção da Companhia se um ativo equivalente de reposição não estiver prontamente disponível. Os períodos de renovação de arrendamentos de instalações e máquinas com períodos não canceláveis mais longos (os quais variam de 10 a 15 anos) não são incluídos como parte do prazo do arrendamento, pois esses não são avaliados pela Administração como razoavelmente certos. Além disso, as opções de renovação para locações de veículos não são incluídas como parte do prazo do arrendamento uma vez que o Grupo normalmente aluga os por não mais de cinco anos e, portanto, não exerce nenhuma opção de renovação. Ademais, os períodos cobertos pelas opções de rescisão são incluídos como parte do prazo do arrendamento apenas quando são avaliados como razoavelmente certos de não serem exercidos. A Nota 17 inclui mais informações sobre possíveis pagamentos futuros de aluguel relacionados a períodos após a data de exercício das opções de renovação e rescisão que não estão incluídas no prazo do arrendamento. b) Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos: A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não estão na moeda funcional de uma subsidiária). A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia. c) Perda (*impairment*) do imobilizado e intangíveis: Anualmente, a Companhia analisa indicativos de eventuais perdas (*impairment*) no imobilizado e intangível, de acordo com a política contábil. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não identificou indícios de perda. d) Provisão para demandas judiciais: No ano de 2023 a Administração da Companhia efetuou a provisão para contingências relativas às ações judiciais de natureza cível e trabalhista, considerando a base histórica de valores desembolsados para os processos encerrados nas esferas cíveis e trabalhistas, que refletem as decisões positivas obtidas no judiciário, que demonstram as boas práticas atuais adotadas na gestão das rotinas, e ainda, expressam o posicionamento jurisprudencial sobre a terceirização de atividades adotadas pela empresa. A Companhia adota o critério de provisionamento onde atribui os valores de perda em todos os processos ativos, considerando o ticket médio dos valores desembolsados pela Companhia no encerramento dos processos, utilizando a base móvel de processos encerrados dos últimos 24 meses. e) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos: A Companhia reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões é diferente dos valores registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. A Companhia mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: (i) prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social; (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente; (iii) receitas e despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores; e (iv) valores de ativos e dos passivos decorrentes de combinações de negócios que serão tratados como despesa ou receita no futuro e que não impactarão o cálculo do imposto de renda e da contribuição social. O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas estão contidas no Plano de Negócios, que é aprovado anualmente pela Administração da Companhia. Anualmente, a Companhia revisa a projeção de lucros tributáveis. Se essas projeções indicarem que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver os tributos diferidos, são feitas as baixas correspondentes à parcela do ativo que não será recuperada. Os prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro. f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização de contas a receber. Para determinar a suficiência da provisão sobre contas a receber de clientes são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos sem garantia real e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada provisão no balanço em montante suficiente para cobertura da perda provável. g) Warrants: A Companhia utiliza as premissas para calcular o valor justo, conforme demonstradas na nota 27. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. A gestão de risco foi estabelecida pela Administração. A área financeira identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros, estabelecendo princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros e investimento de excedentes de caixa. a) Risco de mercado: i) *Risco de taxa de juros:* A Companhia possui empréstimos e financiamentos contratados em moeda nacional subordinados a taxas de juros vinculadas a indexadores (principalmente DI). O risco relacionado a esses empréstimos e financiamentos resulta da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esse tipo de risco para saldos de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2023, contudo, há um monitoramento contínuo dessas taxas de mercado com o propósito de avaliar a eventual contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. Os valores de mercado das operações acima mencionadas não diferem substancialmente daqueles registrados nas demonstrações financeiras na data do balanço. ii) *Análise de sensibilidade:* A Companhia está exposta à variação no Certificado de Depósito Interbancário (CDI), indexador de empréstimo em moeda nacional e dos rendimentos de aplicações financeiras (CDB). Com a finalidade de verificar a sensibilidade desse indexador foram definidos três cenários diferentes: Para o cenário provável, segundo avaliação preparada pela Administração, foi considerado uma oscilação de 5%. Adicionalmente, são demonstrados outros dois cenários (A e B). A Companhia assumiu uma oscilação de 25% (cenário A) e de 50% (cenário B) nas projeções. A análise de sensibilidade para cada tipo de risco considerado relevante pela Administração está apresentada a seguir:

Transação indexada ao CDI	Risco	Saldos em 31/12/2023	Provável	Ganhos/Perdas Cenário A	Cenário B
Empréstimos e financiamentos	Aumento do CDI	192.365	23.733	28.254	33.904
Contratos de arrendamento mercantil	Aumento do CDI	177.064	21.845	26.006	31.208
Títulos e valores mobiliários	Redução do CDI	2.391	267	211	140
	CDI (aumento)(i)	11,75%	12,34%	14,69%	17,63%
	CDI (redução)(i)	11,75%	11,16%	8,81%	5,88%

(i) CDI divulgado pela CETIP. b) Risco de crédito: O risco de crédito é administrado pela área financeira. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber de clientes. As taxas pactuadas para os títulos e valores mobiliários ("CDBs") refletem as condições usuais de mercado, que são remuneradas a uma taxa média que variam entre 100% e 103% do CDI. A política de vendas da Companhia está diretamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios, e que pode variar de acordo com a estratégia comercial e do cenário econômico que a Companhia está inserida. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização do "Contas a Receber". c) Risco de liquidez: O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, a fim de assegurar a manutenção dos atuais negócios da Companhia. d) Risco com taxa de câmbio: A exposição da Companhia a riscos das taxas de câmbio está relacionada unicamente ao compromisso de arrendamento em moeda estrangeira na controlada Anívia Serviços Aéreos Ltda. no montante de R$5.708. A Companhia não celebrou contrato de hedge, com isso a avaliação da administração é que não estamos sujeitos ao risco relevante de taxa de câmbio.

	Taxa de câmbio	Controlada Efeito no resultado
Passivo líquido exposto ao risco de valorização do dólar norte-americano	4,8413	5.708
Desvalorização do dólar (-25%)	3,6310	1.427
Desvalorização do dólar (-10%)	4,3572	571
Valorização do dólar (-25%)	5,3254	(571)
Valorização do dólar (-10%)	6,0516	(1.427)

4.2. Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade e oferecer retorno adequado aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir este custo. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

	Controladora 2023	2022	Consolidado 2023	2022
Empréstimos, financiamentos e debêntures e passivos de arrendamento	369.429	279.244	376.220	291.933
Contas a pagar por aquisição de investimentos	–	11.157	–	11.157
(–) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(119.173)	(107.212)	(119.861)	(112.668)
Dívida líquida	250.256	183.189	256.359	190.422
Patrimônio líquido	143.640	110.444	143.640	110.444
Patrimônio líquido e dívida líquida	393.896	293.633	399.999	300.866
Quociente de alavancagem	64%	62%	64%	63%

4.3. Mensuração do valor justo: A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) No mercado principal para o ativo ou passivo; e: (ii) Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: (i) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; (ii) Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e (iii) Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo no fim de cada período de divulgação. Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. A Diretoria concluiu que para todos os instrumentos financeiros, ativos e passivos, considerando suas datas de vencimento, natureza e comparando com as taxas de juros contratuais, com o mercado em operações similares, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras por categoria, bem como os respectivos valores justos, são os seguintes.

Saldos em 31 de dezembro de 2023	Hierarquia do valor justo	Custo amortizado	Valor contábil	Valor Justo
Ativos:				
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	119.173	119.173	119.173
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	2.391	2.391	2.391
Contas a receber	Nível 2	291.721	291.721	291.721
Warrants	Nível 3	–	1.017	1.017
Total do ativo		413.285	414.302	414.302
Passivo:				
Fornecedores e outras contas a pagar	Nível 2	(145.819)	(145.819)	(145.819)
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	(192.365)	(192.365)	(192.365)
Arrendamentos mercantis	Nível 2	(177.064)	(177.064)	(177.064)
Total do passivo		(515.248)	(515.248)	(515.248)

Saldos em 31 de dezembro de 2022	Hierarquia do valor justo	Custo amortizado	Valor contábil	Valor Justo
Ativos:				
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	107.212	107.212	107.212
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	225	225	225
Contas a receber	Nível 2	246.281	246.281	246.281
Warrants	Nível 3	–	1.182	1.182
Total do ativo		353.718	354.900	354.900
Passivo:				
Fornecedores e outras contas a pagar	Nível 2	(146.320)	(146.320)	(146.320)
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	(104.504)	(104.504)	(104.504)
Arrendamentos mercantis	Nível 2	(174.740)	(174.740)	(174.740)
Total do passivo		(425.564)	(425.564)	(425.564)

Não houve transferência entre classificação de nível dos instrumentos financeiros em 2023 e 2022.

5. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora 2023	2022	Consolidado 2023	2022
Bancos conta movimento	11.423	7.107	12.111	12.563
Certificados de depósitos bancários (i)	107.750	100.105	107.750	100.105
	119.173	107.212	119.861	112.668

Em 31 de dezembro de 2023, R$1.901 do saldo de depósitos bancários estão vinculados a garantias de contratos de aluguéis. Esses valores possuem risco de mudança de valor insignificante e estarão disponíveis para movimentação em até 90 dias. (i) Remunerados por taxas médias que variam entre 100% e 103% (100% e 105% em 31 de dezembro de 2022) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com prazos de vencimento variáveis, porém resgatáveis a qualquer momento sem perda significativa de valor.

6. Títulos e valores mobiliários:

	Controladora e Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Certificados de depósitos bancários (i)	2.391	225
	2.391	225
Circulante	2.189	–
Não circulante	202	225

Os valores de títulos e valores mobiliários referem-se a depósitos bancários vinculados a garantia de contratos de aluguéis com vencimento acima de 90 dias. (i) Remunerados por taxas médias que variam entre 100% e 103% em 31 de dezembro de 2023 (100% e 105% em 31 de dezembro de 2022) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), mensurados ao valor justo por meio do resultado, com prazos de vencimento variáveis, porém não disponíveis para resgate imediato.

7. Contas a receber de clientes: 7.1. Contas a receber:

	Controladora e Consolidado 2023	2022
Serviços de distribuição	198.560	153.411
Serviços de distribuição - CTRC's a faturar (i)	111.351	104.854
	309.911	258.265
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(17.946)	(12.267)
	291.965	245.998
Circulante	291.721	245.998
Não circulante	244	–

(i) Serviços de distribuição - CTE's a Faturar - são serviços já prestados e reconhecidos ao resultado pelo regime de competência, que ainda não tiveram seus processos de cobrança iniciados.

7.2. Contas a receber de clientes por idade de vencimento:

	Controladora e Consolidado 2023	2022
A vencer:	174.091	178.078
Vencidas:		
Até 30 dias	81.355	28.352
De 31 a 60 dias	11.588	5.309
De 61 a 90 dias	5.011	3.216
De 91 a 180 dias	7.983	9.631
De 181 a 360 dias	4.354	11.496
Há mais de 360 dias	25.529	22.183
	309.911	258.265
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(17.946)	(12.267)
	291.965	245.998

7.3. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora e Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(16.160)
Adição	(8.503)
Baixas	1.089
Reversão	11.307
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(12.267)
Adição	(11.440)
Baixas	3.373
Reversão	2.388
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(17.946)

8. Impostos a compensar:

	Controladora 2023	2022	Consolidado 2023	2022
PIS e COFINS a compensar	6.741	5.009	7.093	5.009
Outros	–	495	33	495
	6.741	5.504	7.126	5.504
Circulante	6.741	5.471	7.126	5.471
Não circulante	–	33	–	33

9. Adiantamentos a fornecedores e outros:

	Controladora 2023	2022	Consolidado 2023	2022
Adiantamentos a empregados	1.148	274	1.148	274
Adiantamentos a fornecedores	15.524	16.774	17.803	19.099
Despesas pagas antecipadamente	1.724	1.756	2.262	1.756
Prêmios de seguro a apropriar (i)	7.891	3.217	8.151	4.866
Outros	1.758	1.557	1.758	1.557
	28.045	23.578	31.122	27.552

(i) Aumento decorrente da contratação de seguro patrimonial para novas filiais.

10. Investimentos: 10.1. Investimentos em Controladas: A movimentação e composição do saldo podem ser assim apresentadas:

Controladora:	Anívia
Saldo em 31 de dezembro de 2021	–
Aquisição participação acionária	8.600
Resultado de equivalência patrimonial	(901)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.699
Resultado de equivalência patrimonial	(11.657)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(3.958)
Investimentos	–
Passivo a descoberto em controladas	(3.958)

As principais informações financeiras da controlada em 31 de dezembro de 2023 podem ser assim apresentadas:

	Anívia Serviços Aéreos 31/12/2023	31/12/2022
Ativo	20.073	22.719
Passivo	24.031	15.020
Patrimônio Líquido	(3.958)	7.699
Investimento	–	7.699
Prejuízo do exercício	(11.657)	(901)

10.2. Aquisição de participação: Anívia Serviços Aéreos. ("Anívia"): Em 1 de dezembro de 2022, a Tex Courier S.A. assinou contrato de compra e venda com Kea Holding LLC para a aquisição de 100% das cotas da Anívia Serviços Aéreos Ltda. no valor de R$11.157 pago em 2023. O montante de R$2.557, apurado pela diferença entre o valor pago e o valor patrimonial avaliado foi registrado como ajuste de avaliação patrimonial por se enquadrar como uma transação de capital entre acionistas sob controle comum, conforme itens 64 a 69 da Interpretação técnica ICPC 09 (R1) - Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas. A Anívia tem por objeto a exploração de transporte aéreo de cargas, bem como a participação, como sócia ou acionista, do capital de outras sociedades ou empreendimentos, bem como a administração de participações societárias, compra e venda de ações, quotas, direitos, investimentos ou participação em fundos, inclusive através da subscrição ou aquisição de valores imobiliários, além da administração de bens próprios. A aquisição fortalece a malha de entregas da TEX, complementando as rotas rodoviárias e ampliando a capacidade de entregas e em prazos mais reduzidos, principalmente na região Norte. A aquisição fortalece a malha de entregas da TEX, uma vez que agrega o transporte aéreo às rotas rodoviárias existentes. A transação está alinhada ao Planejamento Estratégico da Companhia, que contempla a oferta ampla de soluções de transporte de encomendas, em regiões que oferecem oportunidade de crescimento significativo de volume, no menor prazo enquanto mantém o elevado nível de serviço. O valor de passivo a descoberto de R$3.958 registrado em 31 de dezembro de 2023 refere-se aos custos pré-operacionais para obtenção das autorização necessárias junto a ANAC para início da atividades comerciais.

11. Intangível: a) Movimentação do intangível:

Controladora 2023

	Taxas anuais de amortização	Saldo líquido em 31/12/2022	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo líquido em 31/12/2023
Sistemas de computação	20%	21.098	68	–	(10.271)	53.331	64.226
Software em desenvolvimento	–	47.917	35.273	–	–	(53.331)	29.859
		69.015	35.341	–	(10.271)	–	94.085

Consolidado 2023

	Taxas anuais de amortização	Saldo líquido em 31/12/2022	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo líquido em 31/12/2023
Sistemas de computação	20%	21.098	134	–	(10.274)	53.331	64.289
Software em desenvolvimento	–	47.917	35.273	–	–	(53.331)	29.859
		69.015	35.407	–	(10.274)	–	94.148

Controladora e Controladora 2022

	Taxas anuais de amortização	Saldo líquido em 31/12/2021	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo líquido em 31/12/2022
Sistemas de computação	20%	2.145	3.040	–	(3.790)	19.703	21.098
Software em desenvolvimento	–	23.311	44.309	–	–	(19.703)	47.917
		25.456	47.349	–	(3.790)	–	69.015

b) Revisão da vida útil estimada: A Administração da Companhia avaliou que a vida útil estimada dos bens do ativo intangível não apresenta variações significativas no decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e concluiu não ser necessário ajustes nas taxas de amortização atualmente utilizadas.

12. Imobilizado: a) Movimentação do imobilizado:

Controladora 2023

	Taxas anuais de depreciação	Saldo líquido em 31/12/2022	Adições	Baixas líquidas	Depreciações	Transferência	Saldo líquido em 31/12/2023
Máquinas e equipamentos industriais	10%	14.073	1.935	–	(4.812)	18.703	29.899
Móveis e utensílios	10%	4.524	373	–	(693)	1.806	6.010
Equipamentos de computação	33%	9.932	2.000	–	(4.480)	4.047	11.499
Benfeitorias em bens de terceiros	16 a 27%	33.974	224	(170)	(3.826)	(7.154)	23.048
Imobilizações em andamento	–	6.747	14.607	(75)	–	(17.402)	3.877
		69.250	19.139	(245)	(13.811)	–	74.333

Consolidado 2023

	Taxas anuais de depreciação	Saldo líquido em 31/12/2022	Adições	Baixas líquidas	Depreciações	Transferência	Saldo líquido em 31/12/2023
Máquinas e equipamentos industriais	10%	14.225	1.992	–	(4.845)	18.527	29.899
Móveis e utensílios	10%	4.524	373	–	(693)	1.806	6.010
Equipamentos de computação	33%	9.932	2.000	–	(4.480)	4.047	11.499
Benfeitorias em bens de terceiros	16 a 27%	33.974	224	(170)	(3.826)	(7.154)	23.048
Equipamentos aeronáuticos	10%	–	2.397	–	(549)	176	2.024
Imobilizações em andamento	–	6.747	14.607	(75)	–	(17.402)	3.877
		69.402	21.593	(245)	(14.393)	–	76.357

Controladora 2022

	Taxas anuais de depreciação	Saldo líquido em 31/12/2021	Adições	Baixas líquidas	Depreciações	Transferência	Saldo líquido em 31/12/2023
Instalações	10%	1.825	–	–	(286)	(1.539)	–
Máquinas e equipamentos industriais	10%	9.317	4.085	–	(3.338)	4.009	14.073
Móveis e utensílios	10%	2.260	2.294	–	(512)	482	4.524
Veículos	33%	26	–	–	(26)	–	–
Equipamentos de computação	33%	7.896	5.548	–	(4.094)	582	9.932
Benfeitorias em bens de terceiros	16 a 27%	2.222	2.519	–	(4.366)	33.599	33.974
Imobilizações em andamento	–	37.593	6.287	–	–	(37.133)	6.747
		61.139	20.733	–	(12.622)	–	69.250

Consolidado 2022

	Taxas anuais de depreciação	Saldo líquido em 31/12/2021	Adições	Baixas líquidas	Depreciações	Transferência	Saldo líquido em 31/12/2022
Instalações	10%	1.825	–	–	(286)	(1.539)	–
Máquinas e equipamentos industriais	10%	9.317	4.237	–	(3.338)	4.009	14.225
Móveis e utensílios	10%	2.260	2.294	–	(512)	482	4.524
Veículos	33%	26	–	–	(26)	–	–
Equipamentos de computação	33%	7.896	5.548	–	(4.094)	582	9.932
Benfeitorias em bens de terceiros	16 a 27%	2.222	2.519	–	(4.366)	33.599	33.974
Imobilizações em andamento	–	37.593	6.287	–	–	(37.133)	6.747
		61.139	20.885	–	(12.622)	–	69.402

b) Revisão da vida útil estimada: A Administração da Companhia avaliou que a vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado não apresenta variações significativas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e concluiu não ser necessário ajustes nas taxas de depreciação atualmente utilizadas.

13. Fornecedores e outras contas a pagar:

	Controladora 31/12/2023	31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores nacionais	145.709	135.074	143.974	136.598
Outras contas a pagar	110	–	161	–
	145.819	135.074	144.135	136.598

Em 31 de dezembro de 2023, os saldos de fornecedores possuem prazos de vencimento entre 15 e 90 dias e não estão sujeitos a incidência de juros até a data de vencimento. **14. Operações de risco sacado:** A Companhia possui contratos firmados com bancos para estruturar com os seus principais fornecedores a operação denominada "risco sacado". Nessas operações, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos ao banco, que, por sua vez, passará a ser credor da operação. Nestas condições, os fornecedores cedentes assumem a totalidade dos encargos devidos. A Administração revisou a composição da desta carteira e concluiu que não houve alteração dos prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos quando realizada análise completa dos fornecedores por categoria.

	Controladora e Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Operações de risco sacado	23.916	60.917
	23.916	60.917

15. Obrigações trabalhistas: Os salários e benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem salários e contribuições para a seguridade social e participação nos lucros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício à medida que são incorridos.

	Controladora 31/12/2023	31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Salários a pagar	21.243	16.067	21.354	16.117
Provisão para férias	18.955	15.110	19.213	15.110
Encargos sociais	5.835	5.662	6.055	5.713
	46.033	36.839	46.622	36.940

16. Empréstimos e financiamentos: Em novembro de 2020, a Companhia captou um empréstimo junto ao banco Daycoval, destinado ao incremento do seu capital de giro, no montante de R$10.000, com juros de CDI mais 0,55% a.m. com vencimento em novembro de 2024. Não há obrigatoriedade do atingimento de covenants financeiros. Em maio de 2022, a Companhia captou junto ao Banco BTG Pactual, uma Cédula de Crédito Bancário (CCB) no montante de R$100.000 (cem milhões), com vencimento em maio de 2024 e custo de CDI + 6% a.a. com a finalidade de subsidiar o capital de giro. Em 13 de janeiro de 2023, a TEX Courier S.A. concluiu a primeira emissão de CRI (Certificados Recebíveis Imobiliários), através da intermediação da True Securitizadora, no montante de R$90 milhões, com vencimento em quatro parcelas anuais entre novembro de 2025 e novembro de 2028 e custo de CDI + 4%. A operação do CRI tem como garantia a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios de clientes. Além das garantias dadas, há cláusulas restritivas previstas na operação que considera índices com base na dívida líquida e EBITDA. Até o momento, a Total Express está em conformidade com todas as cláusulas restritivas dessa dívida. **16.1. Composição dos empréstimos e financiamentos:**

Controladora e consolidado 2023

	Taxa de juros anuais	Circulante	Não circulante	Total
Banco Daycoval	CDI + 6,8% a.a.	2.904	–	2.904
Banco BTG Pactual	CDI + 6% a.a.	100.000	–	100.000
True Securitizadora	CDI + 4% a.a.	1.653	90.000	91.653
Custo operação financeira		(757)	(1.435)	(2.192)
		103.800	88.565	192.365

Controladora e consolidado 2022

	Taxa de juros anuais	Circulante	Não circulante	Total
Banco Daycoval		2.976	2.857	5.833
Banco BTG Pactual		–	100.000	100.000
Custo operação financeira		(938)	(391)	(1.329)
		2.038	102.466	104.504

continua ★

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2023 e 2022 da Tex Courier S.A. (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

16.2. Movimentações dos empréstimos e financiamentos: Os saldos e as movimentações destes empréstimos seguem abaixo:

	Controladora e Consolidado 2023							
	Saldo inicial 31/12/2022	Captação	Juros	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Custo operação financeira	Apropriação de custo operação financeira	Saldo final 31/12/2023
Banco Daycoval	5.815	–	849	(2.857)	(921)	–	–	2.886
Banco BTG Pactual	98.689	–	18.254	–	(18.254)	–	938	99.627
True Securitizadora	–	90.000	14.414	–	(12.761)	(2.138)	337	89.852
	104.504	90.000	33.517	(2.857)	(31.936)	(2.138)	1.275	192.365
Circulante	2.038							103.800
Não circulante	102.466							88.565
	104.504							192.365

	Controladora e Consolidado 2022							
	Saldo inicial 31/12/2021	Captação	Juros	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Custo operação financeira	Apropriação de custo operação financeira	Saldo final 31/12/2022
Banco Daycoval	8.324		1.395	(2.619)	(1.285)	–	–	5.815
Banco BTG Pactual	28.543	100.000	13.666	(28.525)	(13.666)	(1.876)	547	98.689
	36.867	100.000	15.061	(31.144)	(14.951)	(1.876)	547	104.504
Circulante	10.993							2.038
Não circulante	25.874							102.466
	36.867							104.504

Os montantes registrados no passivo de longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Controladora e Consolidado	
Ano de vencimento	Valor
2025	22.134
2026	22.134
2027	22.134
2028	22.163
	88.565

17. Direito de uso e arrendamento mercantil: A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. É aplicada uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. São reconhecidos os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **17.1. Direito de Uso:** A seguir estão os valores contábeis dos ativos de direito de uso reconhecidos e as movimentações durante o exercício:

Controladora							
Descrição	Vida útil (anos)	31/12/2022	Adição	Baixa	Amortização direito de uso	Remensuração (i)	31/12/2023
Locação de imóveis	2 a 15 anos	96.879	16.261	(1.179)	(28.617)	32.547	115.891
Locação de veículos	4 anos	66.155	16.450	–	(18.860)	(19.372)	44.373
		163.034	32.711	(1.179)	(47.477)	13.175	160.264

Consolidado							
Descrição	Vida útil (anos)	31/12/2022	Adição	Baixa	Amortização direito de uso	Remensuração (i)	31/12/2023
Locação de imóveis	2 a 15 anos	96.879	16.261	(1.179)	(28.617)	32.547	115.891
Locação de veículos	4 anos	66.155	16.450	–	(18.860)	(19.372)	44.373
Locação de aeronave (ii)	2 anos	12.689	–	–	(6.002)	(962)	5.725
		175.723	32.711	(1.179)	(53.479)	12.213	165.989

Controladora							
Descrição	Vida útil (anos)	31/12/2021	Adição	Baixa	Amortização direito de uso	Remensuração (i)	31/12/2022
Locação de imóveis	2 a 15 anos	71.802	45.273	–	(20.868)	672	96.879
Locação de veículos	4 anos	–	38.659	–	(3.600)	31.096	66.155
		71.802	83.932	–	(24.468)	31.768	163.034

Consolidado							
Descrição	Vida útil (anos)	31/12/2021	Adição	Baixa	Amortização direito de uso	Remensuração (i)	31/12/2022
Locação de imóveis	2 a 15 anos	71.802	45.273	–	(20.868)	672	96.879
Locação de veículos	4 anos	–	38.659	–	(3.600)	31.096	66.155
Locação de aeronave (ii)	2 anos	–	12.689	–	–	–	12.689
		71.802	96.621	–	(24.468)	31.768	175.723

(i) Refere-se a aditivos relacionados a vigência e revisão de taxa de contratos firmados em 2022. (ii) Refere-se a locação de aeronave Boeing modelo B737-330F ano 1991 que está em uso na operação da Anívia. **17.2. Passivos de arrendamento mercantil:** Abaixo são apresentados os valores contábeis dos passivos de arrendamento e as movimentações durante o exercício:

Controladora							
Descrição	31/12/2022	Adição	Baixa	Apropriação de juros	Pagamentos	Remensuração (i)	31/12/2023
Imóveis	107.517	16.261	(1.336)	13.731	(39.454)	32.547	129.266
Veículos	67.223	16.450	–	6.780	(23.283)	(19.372)	47.798
	174.740	32.711	(1.336)	20.511	(62.737)	13.175	177.064
Circulante	30.700						45.776
Não circulante	144.040						131.288

Consolidado							
Descrição	31/12/2022	Adição	Baixa	Apropriação de juros	Pagamentos	Remensuração (i)	31/12/2023
Imóveis	107.517	16.261	(1.336)	13.731	(39.454)	32.547	129.266
Veículos	67.223	16.450	–	6.780	(23.283)	(19.372)	47.798
Aeronave (ii)	12.689	–	–	697	(5.633)	(962)	6.791
	187.429	32.711	(1.336)	21.208	(68.370)	12.213	183.855
Circulante	36.026						51.484
Não circulante	151.403						132.371

Controladora							
Descrição	31/12/2021	Adição	Baixa	Apropriação de juros	Pagamentos	Remensuração (i)	31/12/2022
Imóveis	77.958	45.273	–	10.956	(27.342)	672	107.517
Veículos	–	38.659	–	2.118	(4.650)	31.096	67.223
	77.958	83.932	–	13.074	(31.992)	31.768	174.740
Circulante	77.958						30.700
Não circulante	–						144.040

Consolidado							
Descrição	31/12/2021	Adição	Baixa	Apropriação de juros	Pagamentos	Remensuração (i)	31/12/2022
Imóveis	77.958	45.273	–	10.956	(27.342)	672	107.517
Veículos	–	38.659	–	2.118	(4.650)	31.096	67.223
Aeronave (ii)	–	12.689	–	–	–	–	12.689
	77.958	96.621	–	13.074	(31.992)	31.768	187.429
Circulante	77.958						36.026
Não circulante							151.403

(i) Refere-se a aditivos relacionados a vigência e revisão de taxa de contratos firmados em 2022. (ii) Refere-se à locação de aeronave Boeing modelo B737-330F ano 1991 que está em uso na operação da Anívia. Arrendamentos: Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos a Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia. Para atender a orientação do ofício da CVM e transparência requerida, informamos abaixo o impacto no balanço dos juros nominais embutidos:

	Controladora	Consolidado
Fluxo Nominal	230.069	237.178
(–) Juros embutidos	(53.005)	(53.323)
	177.064	183.855

O cronograma anual de pagamentos dos referidos contratos, é como segue:

Ano	Controladora	Consolidado
2024	45.764	50.403
2025	43.494	45.646
2026	30.480	30.480
2027	16.767	16.767
2027 a 2034	40.559	40.559
	177.064	183.855

18. Impostos, contribuições e parcelamentos a pagar:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Parcelamentos	74.174	86.675	74.174	86.675
ICMS (i)	31.455	44.555	31.455	44.555
PERT	2.066	2.881	2.066	2.881
INSS	67	151	67	151
PARCELAMENTO 10A - Federal	13.557	13.967	13.557	13.967
PARCELAMENTO 10A - INSS	11.583	12.704	11.583	12.704
PARCELAMENTO FEDERAL (simplificado) (ii)	15.446	12.417	15.446	12.417
Tributos correntes	26.422	16.580	26.619	17.205
COFINS	4.922	1.345	5.018	1.364
ICMS	16.057	9.297	16.133	9.297
PIS	957	292	978	295
INSS	3.138	2.476	3.138	2.476
Imposto de renda e contribuição social	–	894	–	1.379
Outros	1.348	2.276	1.352	2.394
	100.596	103.255	100.793	103.880
Circulante	52.987	39.116	53.184	39.741
Não circulante	47.609	64.139	47.609	64.139

(i) A Companhia obteve junto às Secretarias da Fazenda de diversos Estados, autorização para o parcelamento do ICMS, cujo prazos variam entre 24 e 84 parcelas. (ii) Parcelamento simplificado referente aos tributos PIS, COFINS, IRPJ e CSLL corrente. As movimentações ocorridas nos parcelamentos podem ser assim demonstradas:

	Controladora e Consolidado			
	ICMS	10A	PERT	Simplificado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	44.555	26.671	2.881	12.417
Adição	–	–	–	2.162
Atualização Monetária	3.180	2.778	262	1.691
Juros	4.008	–	–	3.928
Pagamentos	(15.749)	(4.309)	(1.077)	(4.752)
Reversão de Juros (i)	(4.539)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	31.455	25.140	2.066	15.446
Circulante	12.901	7.442	1.127	5.027
Não circulante	18.554	17.698	939	10.419

(i) Em 24.03.2023, foi publicada a Lei nº 11.785/2023, que institui o Programa de Parcelamento Incentivado de Débitos Fiscais relativos a ICMS (REFIS - 2023), no Estado do Espírito Santo, ao qual a Companhia fez a adesão trazendo um benefício aos casos que já existiam.

	Controladora e Consolidado			
	ICMS	10A	PERT	Simplificado
Saldos em 31 de dezembro de 2021	36.586	25.722	3.526	–
Adição	20.282	–	–	14.621
Atualização Monetária	–	2.777	329	(141)
Juros	827	–	–	
Pagamentos	(13.140)	(1.828)	(974)	(2.063)
Reversão de Juros	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	44.555	26.671	2.881	12.417
Circulante	14.563	4.024	1.017	2.842
Não circulante	29.992	22.647	1.864	9.575

19. Imposto de renda e contribuição social diferidos: 19.1. Imposto de renda e contribuição social a compensar: O saldo de impostos de renda e contribuição social a compensar referem-se a pagamentos antecipados por estimativas e imposto retido na fonte conforme abaixo:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Imposto de renda a compensar	7.163	4.392	7.317	4.763
Contribuição social a compensar	968	2.209	970	2.286
	8.131	6.601	8.287	7.049

19.2. O saldo dos ativos de impostos diferido está demonstrado a seguir: A Companhia detém um saldo histórico de prejuízos fiscais, a compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. A constituição do imposto de renda e da contribuição social diferidos foi baseada em projeções futuras do resultado tributável, preparados pelos gestores dos negócios e aprovadas pela Administração da Companhia.

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais	30.352	44.521	34.029	44.521
Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias:				
Arrendamento mercantil CPC 06	5.712	4.274	7.989	4.274
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	462	35	462	35
Participação dos empregados nos lucros	4.645	3.328	4.645	3.328
Provisão para passivos judiciais	4.020	4.833	4.020	4.833
Outras provisões (i)	15.295	5.789	15.295	5.789
	60.486	62.780	66.440	62.780

(i) Provisões registradas na competência sendo em sua maioria os custos relacionados a operação logística. **19.3. A movimentação dos ativos de impostos diferidos durante o exercício é a seguinte:**

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2022	Efeito no resultado	31/12/2023
Prejuízos fiscais e base negativas de contribuição social	44.521	(14.169)	30.352
Diferenças temporárias	18.259	11.875	30.134
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	62.780	(2.294)	60.486

	Consolidado		
	31/12/2022	Efeito no resultado	31/12/2023
Prejuízos fiscais e base negativas de contribuição social	44.521	(10.492)	34.029
Diferenças temporárias	18.259	14.152	32.411
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	62.780	3.660	66.440

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2021	Efeito no resultado	31/12/2022
Prejuízos fiscais e base negativas de contribuição social	51.241	(6.720)	44.521
Diferenças temporárias	14.980	3.279	18.259
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	66.221	(3.441)	62.780

19.4. Imposto de renda e contribuição social diferidos: As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram calculadas levando-se em consideração premissas financeiras e de negócios disponíveis em 31 de dezembro de 2023. Com base nestas projeções, a Companhia possui a seguinte expectativa de recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos:

Ano	IR/CS diferidos
2024	34.861
2025	15.323
2026	3.065
2027	1.399
2028 em diante	5.838
	60.486

20. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos de natureza trabalhista, cível e tributária decorrente do curso normal de seus negócios. A respectiva provisão para demandas judiciais foi constituída considerando a avaliação da probabilidade de perda pelos seus assessores jurídicos, natureza dos processos e experiências passadas e quando necessário, foram efetuados depósitos judiciais. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, avalia que a provisão para demandas judiciais constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais, conforme apresentado a seguir:

a) Composição do passivo não circulante:

Processos	2023	2022
Trabalhistas	11.695	14.037
Cíveis	130	178
	11.825	14.215

b) A natureza das ações pode ser sumariada como segue: *Processos trabalhistas:* A Companhia é parte em diversas ações de natureza trabalhista substancialmente compostas por pedidos referentes a férias proporcionais, diferencial de salário, adicional noturno, horas extras, encargos sociais, dentre outros. *Processos cíveis:* A Companhia é parte em ações judiciais de natureza cível, que a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, efetua provisão para demandas judiciais relativa a esses processos. A Companhia figura como parte no polo passivo de processos cíveis - consumeristas que versam sobre pleitos de falha na entrega de produtos. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, efetuou a provisão para demandas judiciais relativas às ações de natureza cíveis e trabalhistas, considerando estudos realizadas com base no histórico de valores desembolsados para os processos encerrados.

c) Movimentação das provisões para demandas judiciais:

	Controladora e Consolidado	
Processos	Trabalhista	Cíveis
Saldos em 31 de dezembro de 2022	14.037	178
Complemento de provisão	6.848	137
Reversão de provisão	(6.918)	(185)
Pagamento de processos	(2.272)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	11.695	130

	Controladora e Consolidado	
Processos	Trabalhista	Cíveis
Saldos em 31 de dezembro de 2021	15.447	1.697
Complemento de provisão	6.836	809
Reversão de provisão	(4.644)	(207)
Pagamento de processos	(3.602)	(2.121)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	14.037	178

Os processos classificados pelos assessores jurídicos com probabilidade de perda "possível" totalizam R$8.463 (R$7.033 em 31 de dezembro de 2022), e tem como natureza processos Tributários. *Processos tributários:* A companhia é parte em ações judiciais de natureza tributária substancialmente compostas por pedidos referentes a cobrança de ICMS, PIS, CONFIS, CPRB e ISS. A avaliação de risco é estimada pelos seus assessores jurídicos. Somente serão provisionados os processos em que a companhia for ré nas demandas e apontados como classificação de risco provável e tiver passivo contingente - risco de desembolso pela Tex. Os valores serão calculados pela área fiscal da Companhia. Os processos administrativos tributários são provisionados quando tiver passivo contingente - risco de desembolso pela Tex. **20.1. Os depósitos judiciais registrados no ativo não circulante são como segue:**

	2023	2022
Trabalhistas	4.070	4.358
	4.070	4.358

21. Patrimônio líquido: 21.1. Capital Social: As movimentações do capital social estão apresentadas a seguir:

	R$	Milhares de ações
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.580	5.580
Aumento de capital	23.494	1.290
Saldo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023	29.074	6.870

Durante o exercício de 2022, o capital social foi aumentado em R$23.494 através da emissão de 1.289.420 ações ordinárias sem valor nominal. **21.2. Reservas de capital:** Reserva Legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de até 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2023 foi constituído o valor de R$2.897, correspondente a 3,2% lucro líquido, atingindo o limite legal no valor de R$5.815 (R$2.918 em 31 de dezembro de 2022). Subvenção para investimentos: No ano de 2023, conforme previsto na LC 160/2017, os incentivos ou benefícios fiscais estaduais passaram a ser classificados pelas autoridades fiscais como subvenção para investimento. A Companhia constituiu um montante de R$30.070. **21.3. Dividendos:** Os dividendos obrigatórios constituídos em 31 de dezembro de 2023 somam **R$21.644** (R$15.372 em 31 de dezembro de 2022) e estão registrados no passivo circulante. A Administração propôs a distribuição de dividendos adicionais no montante de R$11.603, em virtude de a reserva de lucros ter atingido o limite legal. A aprovação será deliberada em Assembleia Geral Ordinária no exercício de 2024. Em 2022 foram constituídos dividendos obrigatórios no montante de R$15.372 e dividendos propostos no montante de R$46.115, totalizando uma distribuição de R$61.487, considerando o lucro do período e a reserva de subvenção. **21.4. Lucro por ação:** O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas pela Companhia.

	2023	2022
Lucro atribuível aos Acionistas da Companhia	89.473	74.547
Total de ações da Companhia	6.870	5.750
Lucro por ação	13,0237	12,9655

A Companhia não tem ações potenciais diluidoras , portanto o lucro por ação diluído é o mesmo que o lucro básico por ação. **22. Receita operacional líquida:** A receita líquida é composta como segue:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Vendas brutas de serviços	2.033.447	1.796.261	2.033.447	1.796.261
Impostos sobre vendas	(362.579)	(319.828)	(362.579)	(319.828)
Receita líquida	1.670.868	1.476.433	1.670.868	1.476.433

23. Despesas por natureza: O detalhamento das despesas por natureza é apresentado a seguir:

	Controladora 2023			
	Custo dos serviços prestados	Vendas	Administrativas	Total
Depreciação	(4.000)	–	(9.811)	(13.811)
Amortização	(47.030)	(50)	(10.668)	(57.748)
Remuneração	(246.771)	(27.573)	(86.908)	(361.252)
Operação e logística (i)	(1.004.210)	(2.723)	(33.503)	(1.040.436)
Vendas	–	(24.962)	–	(24.962)
Outros	(2.613)	(3.229)	(9.414)	(15.256)
	(1.304.624)	(58.537)	(150.304)	(1.513.465)

	Consolidado 2023			
	Custo dos serviços prestados	Vendas	Administrativas	Total
Depreciação	(4.582)	–	(9.811)	(14.393)
Amortização	(53.035)	(50)	(10.668)	(63.753)
Remuneração	(249.563)	(27.573)	(87.978)	(365.114)
Operação e logística (i)	(1.006.631)	(2.723)	(36.827)	(1.046.181)
Vendas	–	(24.962)	–	(24.962)
Outros	(2.613)	(3.229)	(9.990)	(15.832)
	(1.316.424)	(58.537)	(155.274)	(1.530.235)

(i) Operações e logística são os gastos com contratação de serviço de frete terceiro, combustível, pedágio e demais despesas relacionadas a prestação de serviço de transportes, pallets, caixas e demais insumos utilizados na administração dos centros de distribuição.

	Controladora 2022			
	Custo dos serviços prestados	Vendas	Administrativas	Total
Depreciação	(4.202)	–	(8.420)	(12.622)
Amortização	(24.546)	–	(3.714)	(28.260)
Remuneração	(200.971)	(22.422)	(72.807)	(296.200)
Operação e logística (i)	(978.993)	(1.751)	(39.230)	(1.019.974)
Vendas	–	(7.674)	–	(7.674)
Outros	(524)	(231)	(10.912)	(11.667)
	(1.209.236)	(32.078)	(135.083)	(1.376.397)

	Consolidado 2022			
	Custo dos serviços prestados	Vendas	Administrativas	Total
Depreciação	(4.202)	–	(8.420)	(12.622)
Amortização	(24.546)	–	(3.714)	(28.260)
Remuneração	(200.971)	(22.422)	(73.065)	(296.458)
Operação e logística (i)	(978.993)	(1.751)	(39.230)	(1.019.974)
Vendas	–	(7.674)	–	(7.674)
Outros	(524)	(231)	(12.579)	(13.334)
	(1.209.236)	(32.078)	(137.008)	(1.378.322)

(i) Operações e logística são os gastos com contratação de serviço de frete terceiro, combustível, pedágio e demais despesas relacionadas a prestação de serviço de transportes, pallets, caixas e demais insumos utilizados na administração dos centros de distribuição.

24. Outras receitas e despesas: 24.1. Outras receitas operacionais:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Crédito presumido de ICMS (i)	30.070	27.287	30.070	27.287
Resultado líquido na venda de imobilizado	2.042	548	2.042	548
Outras receitas	12	1.294	12	3.429
	32.124	29.129	32.124	31.264

(i) Valor referente a benefício fiscal concedido, em conformidade com a Lei Complementar nº 160/2017, onde a Companhia deixou de computar, na determinação da base de cálculo do lucro real, os créditos presumidos de ICMS. O montante reflete o movimento no Patrimônio Líquido constituindo a reserva de subvenção.

24.2. Outras despesas operacionais:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Despesas com *warrants*	(165)	(165)	(165)	(165)
Multas fiscais e contratuais	(1.094)	–	(1.094)	–
Doações (i)	(949)	–	(949)	–
Outras despesas	(2.140)	(719)	(2.140)	(719)
	(4.348)	(884)	(4.348)	(884)

(i) Doações para Incentivo à Cultura através da Lei 8.313/91 - Lei Rouanet.

25. Resultado financeiro:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receitas:				
Rendimentos de aplicações financeiras	11.400	5.137	11.400	5.429
Atualização monetária sobre créditos tributários (i)	3.395	2	3.395	2
Juros e descontos obtidos com clientes	2.028	1.502	2.028	1.502
Variação cambial ativa	4	12	68	12
	16.827	6.653	16.891	6.945
Despesas:				
Juros sobre empréstimos e financiamentos (ii)	(33.893)	(15.061)	(33.893)	(15.061)
Juros sobre arrendamentos - CPC 06 (iii)	(20.511)	(13.074)	(21.210)	(13.074)
Juros sobre empréstimos de mútuos	–	(876)	–	(876)
Juros e multas sobre tributos	(5.117)	(2.905)	(5.128)	(2.910)
Juros operação risco sacado	(1.292)	(1.924)	(1.292)	(1.007)
Juros operação risco sacado				
Desconto concedido e juros de outros passivos	(1.481)	(1.271)	(1.481)	(1.271)
Atualização monetária passiva (iv)	(8.072)	(4.132)	(8.072)	(4.132)
Despesas bancárias	(2.438)	(2.395)	(2.484)	(2.419)
Outras despesas financeiras	(1.009)	(278)	(1.009)	(1.210)
Variação cambial passiva	(30)	(19)	(179)	(19)
	(73.843)	(41.935)	(74.748)	(41.979)
Resultado financeiro, líquido	(57.016)	(35.282)	(57.857)	(35.034)

(i) Atualização monetária decorrente de saldos de impostos a compensar e benefício fiscal da Lei nº 11.196/05 - Lei do Bem. (ii) Aumento decorrente do novos contratos de empréstimo conforme nota 15. (iii) Aumento decorrente da inserção de novas filiais e revisão de taxas. (iv) Aumento decorrente das atualizações de parcelamentos federais e estaduais. **26. Despesas de imposto de renda e contribuição social: 26.1. A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social dos exercícios findos em 31 de dezembro, está assim apresentada:**

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	116.506	92.098	110.552	93.457
Alíquotas nominais de imposto	34%	34%	34%	34%
Encargos de imposto de renda e da contribuição social	39.612	31.313	37.588	31.775
Subvenção para investimentos	(10.223)	(9.278)	(10.223)	(9.278)
Diferenças permanentes	1.677	1.063	1.677	1.369
Resultado de equivalência patrimonial	3.963	306	–	–
Benefício Fiscal (i)	(2.331)	(667)	(2.331)	(667)
Ressarcimento (ii)	(5.966)	(3.568)	(5.966)	(3.568)
Outros	301	(1.618)	334	(1.995)
Total do imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos	27.033	17.551	21.079	17.636
Taxa efetiva	23,2%	19,1%	19,1%	18,9%

(i) Benefícios fiscais do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT e Salário Maternidade. (ii) O ressarcimento é decorrente da Lei do bem, onde foram desenvolvidos projetos de tecnologia voltado para elevação da produtividade e eficácia operacional da Companhia, por meio da automatização de processos, escalabilidade e robustez. **27. Transações com partes relacionadas: 27.1. As transações e saldos que a Companhia efetuou e mantém com partes relacionadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão sumariados a seguir:**

	31/12/2023			
Partes relacionadas	Contas a receber (a)	Adiantamentos (b)	Total	Conta a pagar
Anívia Serviços Aéreos	–	16.137	16.137	(2.001)
Total Express Holding LLC	22	–	22	–
	22	16.137	16.159	(2.001)

	31/12/2022			
	Ativo Circulante	Passivo Circulante		Passivo Não circulante
Partes relacionadas	Contas a Receber (a)	Contas a Pagar (b)	Saldo de partes Relacionadas (c)	Saldo de partes Relacionadas (d)
Abril Comunicações S.A.	344	25	–	–
Treelog S.A. - Logística e Distribuição	54	–	–	–
Anívia Serviços Aéreos	80	–	–	–
	478	25	–	–

(a) Contas a receber de serviços de transporte prestados. (b) Saldo do rateio de despesas entre as empresas. (c) Durante o processo de reorganização societária citado na nota 1.2, a Companhia incorporou uma dívida com a Abril Comunicações, no montante de R$86.449, remunerada a uma taxa de 100% do CDI + 0,5% a.a. (d) Saldo do Juros sobre empréstimos de mútuos, conforme nota 23. No ano de 2020 a Total Express Holding LLC celebrou acordo com a Amazon.com NV Investment Holdings LLC visando aumentar a parceria na Tex Courrier S.A. Em linha com esse acordo a companhia emitiu warrants de units registrados a seu valor justo. Como impacto a Companhia registrou um ativo no montante de R$1.650 em Fevereiro de 2020 correspondente ao custo de captação do contrato com posterior registro das amortização e amortização subsequentes, ao qual representa em 31 de dezembro de 2023 um saldo de R$1.017. Adicionalmente, o contrato prevê emissão de warrants baseada em condições e performance, quer são contabilizadas no resultado. As principais premissas adotadas nesse cálculo podem ser assim apresentadas:

Premissas	31/12/2023	31/12/2022
Valor de referência na data base	6.852	7.481
Volatilidade do ativo	64,68%	62,61%
Taxa de juros da economia a.a.	10.03%	13,41%

27.2. Remuneração do pessoal chave da Administração: A remuneração paga ao pessoal chave da Administração está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Salários e encargos	7.267	4.673
Bônus	1.688	631
	8.955	5.304

Os honorários da diretoria foram contabilizados como despesas com pessoal. Além desses, não foram pagos outros valores ou benefícios adicionais aos administradores. **27.3. Outras informações relevantes sobre partes relacionadas:** As transações de vendas e gastos com partes relacionadas referem-se a vendas de produtos e serviços, custos e repasses de gastos gerais e administrativos, com valores e prazos de acordo com condições pactuadas entre as partes. **28. Seguros:** A política da Companhia é a de manter cobertura de seguros por meio de apólice em montante considerado satisfatório pela Administração em face dos riscos que envolvem as operações da Companhia, as principais coberturas são as seguintes: Valores expressos em reais:

Natureza	Cobertura
Desaparecimento de Carga - transporte rodoviário	6.000.000
Desaparecimento de Carga - armazéns	6.000.000
Responsabilidade Civil - transporte rodoviário de Carga	6.000.000
Properties (Prédios e Conteúdos)	120.000.000
Responsabilidade Civil - RCG	3.000.000

Valores expressos em dólares

Natureza	Cobertura
Seguro Aeronáutico - Casco + LUC	300.000.000
Seguro Aeronáutico - Guerra	300.000.000

29. Evento Subsequente: Em 25 de março de 2024 a Companhia aprovou a 1ª emissão de Notas Comerciais Escriturais em série única, com garantia real, de distribuição privada com vencimento final em 28 de Março de 2028, e tendo como titular inicial o Banco BTG Pactual. A Emissão destinou-se ao pagamento de custos, despesas, tributos e comissões incorridos pela Emissora em razão da emissão, sendo o saldo excedente utilizado para quitação antecipada do saldo devedor da Cédula de Crédito Bancário (CCB) emitida em 22 de Maio de 2022 em favor do Banco BTG Pactual com vencimento original em 27 de Maio de 2024, e para despesas de capital de giro e usos corporativos gerais. Características da 1ª Emissão de Notas Comerciais: 1. Montante : R$150.000.000,00; 2. Datas: (a) emissão 27 de março de 2024 (b) vencimento 28 de março de 2028; 3. Remuneração: Para o período entre a data de emissão e 28 de Março de 2028: juros remuneratórios com base nas taxas médias do DI acrescida da sobretaxa de 4.50% a.a. (base 252 dias), a serem pagos mensalmente a partir de 28 de Abril de 2024 até a data de vencimento; 4. Amortização: em 36 parcelas mensais e iguais a serem pagas partir de 28 de abril de 2025.

Diretoria

Felipe Alves Lima - Diretor-Presidente

Fernando Peternella de Souza - Diretor Financeiro

Contador

Alex Vicente Silva - CRC 1SP208792/O-6

Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras

Nos termos da Instrução CVM nº 80/2022, os diretores da Tex Courier S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordaram (i) com o conteúdo e as opiniões expressas no relatório de auditoria dos auditores independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Declaração dos diretores sobre o relatório do auditor independente

Nos termos da Instrução CVM nº 80/2022, os diretores da Tex Courier S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordaram (i) com o conteúdo e as opiniões expressas no parecer da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., emitido em 19 de abril de 2024; e (ii) com as demonstrações financeiras contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas da **Tex Courier S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião**: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tex Courier S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Reconhecimento de receita operacional: A Companhia presta serviços que são reconhecidos como receita no seu resultado conforme as obrigações de performance são satisfeitas. O alto volume de vendas requer processos que garantam a integridade das operações. Devido à relevância dos montantes envolvidos e às características inerentes ao processo de reconhecimento de receita, incluindo o volume e a segurança de captura de todas os serviços dentro do período de competência, consideramos esse tema como um assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria. *Como a nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram: (i) entendimento dos processos internos da Companhia para reconhecimento e mensuração dos serviços; (ii) avaliação dos sistemas informatizados utilizados no processo contando com especialistas em tecnologia; (iii) procedimentos de confirmação externa para uma amostra da base que compõe o saldo de contas a receber mediante o envio de cartas de confirmação; (iv) verificação, por amostragem, das documentações suporte das vendas realizadas no período; (v) teste de corte de competência das receitas, com verificação de documentação comprovando a obrigação de performance e dentro da competência correta; e (vi) análise das movimentações mensais das receitas utilizando dados agregados e desagregados de modo a avaliar a existência de variações contrárias às nossas expectativas estabelecidas com base em nosso conhecimento do setor e da Companhia. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento e mensuração da receita operacional de prestação de serviços adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa 2.16 e 22, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** *Demonstração do valor adicionado:* As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**: A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este

continua

★ continuação

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tex Courier S.A.

respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 19 de abril de 2024

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S Ltda.
CRC SP-034519/O
Murilo Morgante
Contador - CRC SP-280120/O

São Paulo

OUTONO: Sol com aumento de nuvens a partir da tarde. Não chove. **Manhã** **Tarde** **Noite** **31º** **18º** **5%** 06:24 17:45

GOVERNO DE DIREITA

Aldo Rebelo, aliado de Nunes, critica '3º turno' em São Paulo

PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO E SAMUEL LIMA/AE

Em evento realizado nesta segunda-feira, em São Paulo, o secretário municipal de Relações Internacionais, Aldo Rebelo, aliado de Ricardo Nunes (MDB), negou que o prefeito faça um governo de direita e criticou a tentativa de transformar a eleição municipal no "terceiro turno" da eleição presidencial. Na direção contrária, Juliano Medeiros (PSOL), um dos coordenadores da pré-campanha de Guilherme Boulos (PSOL), disse que é "impossível negar" que o pleito em São Paulo expressará a divisão política que se consolida em todo o País. Eles participaram do Seminário Brasil Hoje, realizado pelo Esfera Brasil.

O entorno de Nunes tenta evitar a nacionalização da eleição e busca focar o discurso em temas municipais. Também procura ressaltar que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) é apenas um entre os vários apoiadores do prefeito, de forma a minimizar a rejeição do ex-presidente na capital paulista e evitar a polarização com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que apoia Boulos.

"O governo do prefeito Ricardo Nunes não é governo de direita, é governo de forças heterogêneas, de partidos que inclusive integram a base de governo do presidente Lula. O partido dele tem três ministros no governo", disse Rebelo.

"Agora, querem impor em São Paulo um terceiro turno de eleição presidencial. Não, senhoras e senhores, a eleição é municipal, é entre candidatos que querem administrar a cidade de São Paulo, e não o Brasil", completou. A própria possibilidade de Aldo Rebelo ser indicado a vice de Nunes reforçaria o caráter de frente ampla que o prefeito tenta adotar para esvaziar a polarização.

Juliano Medeiros rebateu Aldo Rebelo e disse que a política brasileira está divida em dois blocos: o progressista, liderado por Lula, e o conservador, por Bolsonaro, embora ele concorde que ambos sejam heterogêneos. De um lado, citou, estarão os ministros Marina Silva (Meio Ambiente) e Fernando Haddad (Fazenda), enquanto do outro há Bolsonaro e os ex-ministros Fabio Wajngarten (Comunicação) e Ricardo Salles (Meio Ambiente).

"Essa divisão diz respeito não a visões ideológicas, ao contrário do que o ex-ministro Aldo tenta nos colocar, mas opõe projetos de País. Relação com as instituições, modelo econômico. É uma disputa de visão de mundo", disse o ex-presidente do PSOL. "Eu tenho certeza que aqui em São Paulo essa oposição estará colocada entre o candidato do Bolsonaro e o candidato do presidente Lula", concluiu.

O PSB, de Tabata Amaral, foi representado pelo deputado Felipe Carreras (PSB-PE), que disse que a sigla de centro-esquerda tem histórico de tentar romper a polarização entre direita e esquerda, citando o ex-governador de Pernambuco, Eduardo Campos, morto em 2024, e o filho dele, João Campos, atual prefeito de Recife. "Dentro desse eixo, Tabata, com todo respeito ao Nunes e Boulos, pode romper essa polarização aqui em São Paulo", afirmou.

Pesquisa Datafolha publicada no início de março aponta empate técnico entre Boulos, com 30%, seguido de Nunes, com 29%. Tabata tem 8%. Marina Helena (Novo) tem 7%. Kim Kataguiri (União Brasil) aparece com 4% e Altino (PSTU) alcança 2%. A margem de erro é de três pontos porcentuais. A pesquisa foi realizada nos dias 7 e 8 de março, ouviu 1.090 eleitores e está registrada na Justiça Eleitoral sob o protocolo SP-08862/2024.

DESCOMPRIMINDO

Tarcísio: STF e Congresso têm que atuar contra polarização

SAMUEL LIMA E PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO/AE

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou nesta segunda-feira, que a responsabilidade de acabar com a polarização no Brasil não cabe apenas ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), mas também ao Supremo Tribunal Federal (STF), ao Congresso Nacional e à imprensa.

"Essa responsabilidade é do Judiciário, do Parlamento e da mídia. Todo mundo tem que começar a fazer gestos e descomprimir", declarou Tarcísio a empresários, em um evento promovido pela Esfera Brasil. "A gente tem que ter uma porta da saída, não podemos mais conviver com a pressão que existe. Está na hora de descomprimir, de ser razoável. Se todo mundo não fizer sua parte, não vamos sair da polarização."

O governador também criticou o avanço do Legislativo sobre as prerrogativas do Executivo no orçamento. "A gente tem um Congresso com cada vez mais poder e menos responsabilidade", afirmou. Ele comparou o presidencialismo brasileiro a um parlamentarismo não oficial. "Existe uma disciplina no que diz respeito à atribuição de emendas, principalmente em projetos estruturantes, que a gente precisa estabelecer".

Tarcísio de Freitas participou de um painel com o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil). Segundo o goiano, o problema da captura do orçamento se resolve com "pulso e credibilidade". Assim como o governador de São Paulo, Caiado é um dos possíveis beneficiários do espólio político do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que está inelegível, em 2026. Ele disse aos jornalistas após o evento que nunca escondeu seu desejo de ser presidente da República e que, quando chegar o momento, colocará seu nome à disposição do União Brasil.

Ambos participaram de manifestação convocada por Bolsonaro na Avenida Paulista, em São Paulo, no final de fevereiro, mas estiveram ausentes no protesto realizado na praia de Copacabana, no Rio de Janeiro, no domingo passado.

Os dois desconversaram sobre a possibilidade de prisão do ex-presidente e assinalaram que, para eles, Bolsonaro é o principal líder político do Brasil atualmente. "Ninguém tem a capacidade de fazer o que Bolsonaro, mesmo depois de não ter direito a um futuro mandato, fez na Paulista, em Copacabana", afirmou Caiado. "Ninguém consegue arrastar uma multidão e tem tanto carisma como Bolsonaro", acrescentou Tarcísio.

Tarcísio ganhou afagos públicos mais cedo de Gilberto Kassab, secretário de governo na sua gestão em São Paulo e presidente do PSD.

Ao comentar o peso do apoio à reeleição do prefeito paulistano Ricardo Nunes (MDB), Kassab disse que Tarcísio foi a "única grande novidade" do pleito passado. O PSD, no entanto, defende a candidatura de outro político de centro-direita em 2026: o governador do Paraná, Ratinho Júnior.

DENGUE

Apenas dois distritos de São Paulo não vivem uma epidemia

VICTÓRIA RIBEIRO/AE

Dos 96 distritos da cidade de São Paulo, apenas dois não estão vivenciando uma epidemia de dengue, segundo boletim epidemiológico de arboviroses divulgado nesta segunda-feira. A epidemia é definida pela ocorrência de uma taxa de incidência superior a 300 casos da doença por 100 mil habitantes.

Enquanto Jardim Paulista e Moema apresentam incidências de 252,6 e 258,4 casos por 100 mil habitantes, respectivamente, todas as outras 94 macrorregiões chamadas de distritos administrativos estão vivenciando uma epidemia. O maior índice foi registrado na Vila Jaguara, na zona oeste, com 9.651,1 casos a cada 100 mil pessoas.

De acordo com os dados do painel de arboviroses, coordenado pela Secretaria Estadual de Saúde (SES), são 207.459 casos de dengue na capital, o que representa 25,57% do total do Estado - que contabilizou 814.456 diagnósticos da doença até o momento.

A cidade também já registrou 50 mortes em decorrência do vírus, sendo que outros 194 estão em investigação.

VACINAÇÃO

Na última quinta-feira, o Ministério da Saúde (MS) recomendou que Estados e municípios ampliassem o grupo-alvo para a vacina contra a dengue caso tenham doses prestes a vencer em 30 de abril. No entanto, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) declarou que não precisará ampliar a faixa etária da vacinação na cidade.

Em nota ao *Estadão*, a gestão municipal de saúde explicou que há uma quantidade limitada de doses próximas ao vencimento e que espera administrá-las antes de 30 de abril. "Por esse motivo, a capital permanecerá com os mesmos grupos elegíveis para aplicação da vacina contra a dengue, que são crianças de 10 a 14 anos, residentes ou estudantes na cidade", afirmou a SMS em nota.

Para esse grupo, a vacina está disponível em 471 Unidades Básicas de Saúde (UBS), das 7h às 19h, de segunda a sexta-feira, e aos sábados, no mesmo horário, nas unidades AMAs/UBSs. A criança deve estar acompanhada por um responsável e apresentar documento de identidade, cartão de vacinação e comprovante escolar ou de residência.

Entretanto, não é recomendado que crianças entre 10 e 14 anos que estejam com dengue ou suspeita da doença recebam o imunizante. Nestes casos, a orientação do Ministério da Saúde é aguardar seis meses antes de receber a vacina. Além disso, de modo geral, pessoas que demonstraram hipersensibilidade à dose anterior da vacina e aqueles considerados imunossuprimido também não devem ser vacinados.

PARAISÓPOLIS

PM captura procurados e apreende drogas

A Polícia Militar realizou uma operação na comunidade de Paraisópolis, na zona sul de São Paulo, entre sexta-feira (19) e domingo (21), com o intuito de combater a criminalidade na região. A ação terminou com quatro presos, sendo que, entre eles, dois eram procurados da Justiça e estavam com motos com queixa de roubo.

Um adolescente carregando mais de mil porções de drogas, entre cocaína, crack, maconha e lança-perfume, foi apreendido por tráfico. Os militares também apreenderam 74 veículos e 29 motocicletas irregulares.

No total, 966 pessoas foram abordadas e 370 automóveis fiscalizados durante a ação da PM no fim de semana. Só na sexta-feira passada, 16 motoristas foram autuados por se negarem a realizar o teste do bafômetro.

Segundo o major Dalton Matias, que atuou na operação, Paraisópolis é uma região de difícil acesso, com ruas estreitas e muitas vielas, o que torna a comunidade uma região propícia para o tráfico e, servindo de esconderijo para criminosos. "É importante um policiamento ostensivo naquela região para manter a ordem pública e diminuir os indicadores criminais, além de trazer uma maior sensação de segurança para a população", ressaltou o major.

No fim de semana anterior, os agentes também marcaram presença na comunidade, o que gerou resultados positivos contra a criminalidade, além de impedir a realização de aglomerações, que dão início a bailes funks e perturbam moradores da comunidade.

MEIO AMBIENTE

Rio Pinheiros é destaque no primeiro ano de ações do programa IntegraTietê

No primeiro ano de execução do programa IntegraTietê, que visa a despoluição do rio Tietê e seus afluentes, o Pinheiros ganha destaque graças ao investimento na aceleração do desassoreamento, na retirada de lixo e contenção das margens, tudo com o objetivo de garantir mais segurança aos usuários. Também foi instalada uma nova passarela flutuante e as duas margens receberam melhorias nas ciclofaixas para aproximar ainda mais o rio da população que o cerca.

Por meio do Departamento de Águas e Energia Elétrica (Daee), foi realizada a remoção de 443 mil m³ de sedimentos da calha no primeiro ano do programa, maior volume retirado em 12 anos (desde 2012), com investimento total de R$ 196,5 milhões. Já por meio da Empresa Metropolitana de Águas e Energia (Emae), foram retirados, junto às Usinas Pedreira e São Paulo, 861,31 toneladas de lixo e vegetação aquática. A Semil removeu, ainda, mais de 44 mil toneladas de lixo flutuante.

Com a intensificação das medidas, a Cetesb, que monitora a qualidade da água em quatro pontos de amostragem (Barragem do Retiro, Usina São Paulo, Ponte do Socorro e Usina Pedreira) e mais 17 afluentes ao longo da Bacia Rio Pinheiros, observou, com base nos dados do período de 2020-2023 a melhora do IQA – Índice de Qualidade das Águas. Com destaque, neste período, a inédita classificação Boa, obtida para o IQA, no trecho do Rio Pinheiros na Usina Pedreira. Já para o ensaio COT – Carbono Orgânico Total, nos quatro pontos de medição da calha do Pinheiros, o resultado no último ano, também foi positivo, com uma média ponderada de COT de 18,7 mg/L, superando a meta de 2023, que era de 30,0 mg/L.

"A despoluição dos rios e seus afluentes é uma prioridade para a gestão pública. Queremos não apenas dar sequência ao que já existia, mas ampliar e intensificar ainda mais os programas e metas", pontua o Secretário-Executivo de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Anderson Oliveira.

Além disso, o Daee já recuperou 17 quilômetros de margens. Com investimento total de R$ 171,6 milhões, a intervenção, que inclui a instalação de muros de gabiões ao longo do rio, auxilia no controle do processo de erosão das margens e na segurança dos usuários das ciclofaixas. Os novos muros também contam com rampas de acesso a cada 250 metros – intercaladas em cada margem, que permitem o acesso da fauna local à margem do rio, como as capivaras.

A recuperação total das margens deve ser concluída ainda neste mês, com a etapa final das obras que totalizam, ao todo, cerca de 18 quilômetros. Com a instalação dos gabiões, haverá a redução da erosão das encostas e do depósito de materiais dentro do leito do rio, o que também auxilia no combate a enchentes – já que esse material diminui a capacidade de o rio absorver o volume de água das chuvas.

Com a conclusão dessas obras, todos os trechos tanto da Ciclovia Franco Montoro, quanto do Parque Bruno Covas, voltam a ser liberados para a população. Outra novidade é que agora haverá uma conexão direta para os ciclistas irem até o Parque Villa-Lobos, o que permite maior locomoção nas opções de lazer da população e conexão com as ciclovias das avenidas Brigadeiro Faria Lima, Pedroso de Morais e Professor Fonseca Rodrigues.

Breitener Holding e Participações S.A.

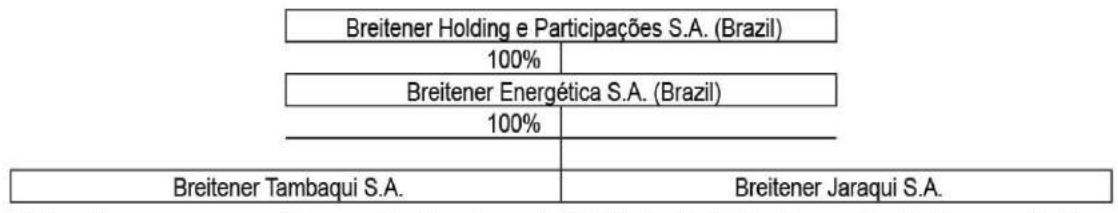
CNPJ nº 40.659.026/0001-60

Relatório Anual da Administração

A Administração da Companhia, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são compostas por Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Breitener Holding e Participações S.A. **Perfil corporativo:** A Breitener Holding e Participações S.A. foi criada em 8 de fevereiro de 2021 com a finalidade específica de comprar as ações da Breitener Energética S.A. Posteriormente, em 27 de agosto de 2021, a Petrobras anunciou, que celebrou um contrato para vender sua participação de 93,66% na Breitener Energética S.A., situada no Amazonas, para a Breitener Holding e Participações S.A., que é uma subsidiária integral da Ceiba Energy LP. A aquisição de 100% das ações da Breitener Energética S.A. foi finalizada em 6 de novembro de 2021 pela Breitener Holding e Participações S.A., pelo valor total de R$394.901, conforme descrito a seguir:

Acionistas	CNPJ	Percentual de ações na Companhia	Preço base de aquisição	Preço base de aquisição	PBAC		LP	PDF	
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	33.000.167/0001-01	93,66%	–	251009	261.603	–	14.026	247.577	
GGR Participações S.A.	11.562.228/0001-91	3,34%	8.951	8.951	9.329	–	500	8.829	
ALN Gás e Energia S.A.	03.843.830/0001-79	1,00%	2.680	2.680	2.793	–	150	2.643	
Orteng Equipamentos e Sistemas Ltda.	19.884.626/0001-36	1,00%	2.680	2.680	2.793	–	150	2.643	
Alcântara, Mendes & Cia Ltda.	41.424.136/0001-06	1,00%	2.680	2.680	2.793	–	150	2.643	
Total		**100%**	**16.991**	**268.000**	**279.312**	–	**14.976**	**264.336**	(a)
					Earn-out		nov/23	29.536	(b)
					Earn-out		nov/24	10.408	(b)
					Venda de motores			621	(c)
					Contraprestações totais			**304.901**	

(a) Preço base de aquisição definido em agosto de 2021 ajustado pela correção definida em contrato e descontado o Leakage Petrobras (LP). (b) Valor presente do earn-out relacionado com a correção do contrato pelos IGP-M em 2023 e 2024 nos montantes de R$ 42.000 mil e R$ 14.800 mil, respectivamente, à taxa livre de risco de 10% ao ano (baseada na NTN-B), ambos com vencimento em 15 de julho de 2025. (c) Venda de motores (restituição do valor de 90% à petrobras) - 13 motores Jenbacher. O fluxo de vencimento do saldo a pagar (earn-out) pela aquisição da Breitener Energética S.A. em agosto de 2021 possuem correção pelo IGP-M em 2023 e 2024 nos montantes de R$ 42.000 mil e R$ 14.800 mil, respectivamente, à taxa livre de risco de 10% ao ano (baseada na NTN-B), ambos com vencimento em 15 de julho de 2025. Em 2023, o contas a pagar por aquisição é composto também pelos montantes do Reprocessamento de impostos da Jaraqui e Tambaqui e reembolsos de CCC, enquanto em 2021 a rubrica era composta por valores somente da Breitener Holding (tabela acima). O total saldo de contas a pagar pela aquisição em 2023 foi de R$ 112.033 mil.



Práticas de governança, sociais, organização e de sustentabilidade: Em 2023, a Companhia atualizou suas Políticas, Procedimentos, Ações e Projetos, assegurando que seus negócios fossem pautados pela ética, integridade, transparência e gestão responsável de suas atividades. Foram implementadas práticas de governança corporativa, promovendo a transparência e a distribuição equitativa de informações aos seus stakeholders, além de incorporar práticas anticorrupção nos negócios. A Companhia expandiu seus canais de comunicação, buscando garantir a inclusão e consulta de todos os stakeholders (colaboradores, fornecedores, parceiros comerciais e comunidades), mantendo um relacionamento pautado pela transparência, credibilidade e ética. Houve um esforço contínuo para desenvolver os negócios de maneira segura, justa e inclusiva, valorizando as pessoas e o capital humano. A Companhia deu prioridade ao bem-estar de seu público interno, promovendo campanhas de saúde e segurança e reafirmando seu compromisso com a vida dos colaboradores, comunidades e parceiros. Foram realizadas avaliações detalhadas dos recursos humanos das empresas do grupo, resultando em mudanças e melhorias significativas. Em 2023, ocorreram alterações na equipe, com a contratação de profissionais para cargos-chave que apoiariam as operações de investimento no Brasil, incluindo a Breitener Holding S.A. O organograma do grupo foi revisado e analisado para sugerir e implementar uma estrutura mais eficiente, além de realizar contratações e substituições necessárias, de acordo com as necessidades da Companhia. Essas propostas foram aprovadas pelo Conselho. A Companhia investiu significativamente em reforçar a solidez, eficiência e sustentabilidade dos negócios, com foco nos aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG), colocando as práticas de ESG no centro de suas decisões estratégicas e reforçando seu compromisso com uma gestão responsável. Essa abordagem visa contribuir para o desenvolvimento sustentável, enfrentar desafios globais e alinhar-se às melhores práticas de políticas socioambientais do mercado. A Companhia cumpriu rigorosamente as condicionantes ambientais de suas Licenças de Operação, emitidas pelo IPAAM - Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas, executando e gerenciando programas ambientais adequados, realizando uma gestão ambiental responsável e comprometida com a proteção do meio ambiente, minimizando impactos negativos e promovendo a preservação dos recursos naturais, com foco na gestão de resíduos. **Desempenho Operacional em 2023:** No ano de 2023, a Companhia alcançou uma produção média líquida de 123,2 MW por meio das subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui, superando em 2,6% a capacidade contratada de 120 MW para ambas as usinas. Este avanço foi resultado de uma estratégia eficaz de operação e manutenção, que elevou a disponibilidade operacional para 92,6% e a confiabilidade para 96,2%. A melhoria na eficiência e a redução na quantidade de falhas contribuíram para diminuir o tempo necessário para reparos dos equipamentos. **Desempenho Financeiro em 2023:** O ano de 2023 apresentou desafios econômicos mundiais, mas também oportunidades de destaque. A Companhia soube se adaptar e mostrar resiliência, alcançando um desempenho financeiro robusto. Mesmo diante das adversidades, a Companhia destacou-se pela significativa redução nos custos operacionais, que permitiu uma condição favorável de gestão de seu caixa com a implementação de melhorias de seus controles internos. Ao final do ano, a Companhia contava com uma sólida posição de caixa, o que proporciona flexibilidade financeira para suportar as operações e investimentos futuros. Em 17 de abril de 2023, a controlada Breitener Energética realizou a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, garantidas e em série única, com valor total de R$ 73.000.000,00. A taxa de juros foi definida em DI + 3,5000%, com vencimento para 17 de dezembro de 2024. Esta emissão visa atender a fins gerais corporativos, incluindo capital de giro e reforço de caixa, alinhando-se à estratégia do grupo. Como parte deste processo de emissão de debêntures, foram estabelecidas garantias a favor do Santander, sendo este o único debenturista. Essas garantias serão mantidas até que se cumpram os requisitos estipulados no contrato de emissão. **Agradecimentos:** Nós deixamos aqui registrados os nossos agradecimentos e reconhecimento a todos os nossos colaboradores e parceiros pela confiança e empenho durante o ano de 2023.

Rio de Janeiro, 18 de abril de 2024

A Administração

Paulo Alexandre Macedo de Almeida
Diretor

Paula Barcelos Loureiro
Diretora

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Consolidado 2023	Consolidado 2022*	Controladora 2023	Controladora 2022*
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	85.287	112.546	1.404	1.497
Contas a receber, líquidas	6	98.810	291.135	–	–
Estoques	7	49.050	59.618	–	–
Imposto de renda e contribuição social	15	56.821	53.750	1.139	1.056
Impostos e contribuições	15	7.756	2.855	155	126
Dividendos e Juros sobre capital próprio	12	–	–	99.479	99.479
Adiantamento a fornecedores		4.025	3.539	40	40
Outros		4.651	–	–	–
		306.400	**523.443**	**102.217**	**102.198**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Mútuo com partes relacionadas	12	205	45.500	205	45.500
Contas a receber, líquidas	6	146.164	120.125	12.397	9.054
Partes relacionadas - Outros	12	–	–	71.511	50.094
Depósitos judiciais	22	2.964	2.210	–	–
Imposto de renda e contribuição social	15	75.109	72.626	–	–
Impostos e contribuições	15	195.523	190.618	–	–
Prêmio de seguros		4.272	–	–	–
		424.237	**431.079**	**84.113**	**104.648**
Investimentos	8	–	–	348.278	367.745
Imobilizado	9	10.828	11.021	915	1.109
Intangível		119	199	119	199
		10.947	**11.220**	**349.312**	**369.053**
		435.184	**442.299**	**433425**	**473.701**
		741.584	**965.742**	**535.642**	**575.899**

*Reapresentado Nota 2.2

Passivo	Nota	Consolidado 2023	Consolidado 2022*	Controladora 2023	Controladora 2022*
Circulante					
Fornecedores	11	7.328	18.309	27	269
Debêntures	14	90.676	82.984	–	–
Imposto de renda e contribuição social	15	45.594	56.907	–	–
Impostos e contribuições	15	10.219	10.782	287	49
Programa de regularização fiscal	15	2.727	3.352	–	–
Passivos contingentes	15.5	8.018	8.018	–	–
Salários, férias, encargos e participações		10.533	12.602	–	23
Provisão para gastos de P&D		10.343	7.513	–	–
Dividendos e juros sobre capital próprio	16.5	31.020	31.020	31.020	31.020
Adiantamento de cliente		573	638	218	217
		217.031	**232.125**	**31.551**	**31.578**
Não circulante					
Debêntures	14	–	44.072	–	–
Fornecedores	11	3.546	–	–	–
Partes Relacionadas	12	–	–	253.858	234.186
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	98.645	156.862	–	–
Programa de regularização fiscal	15	1.249	4.690	–	–
Contas a pagar de aquisição	13	112.033	99.540	112.032	90.616
Passivo Contingentes	15.5	170.134	170.134	–	–
Provisão para processos judiciais e administrativos	22	745	38.528	–	–
Outros passivos		621	891	621	619
		386.973	**514.717**	**366.511**	**325.451**
		604.004	**746.842**	**398.062**	**356.999**
Patrimônio líquido					
Capital social	16.1	122.001	122.001	122.001	122.001
Capital a integralizar	16.1	(8.644)	(8.644)	(8.644)	(8.644)
Reservas de lucros	16.4	99.590	99.590	99.590	99.590
Lucros (Prejuízos) acumulados	16.4	(75.367)	5.953	(75.367)	5.953
		137.580	**218.900**	**137.580**	**218.900**
		741.584	**965.742**	**535.642**	**575.899**

*Reapresentado Nota 2.2

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração de Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Consolidado 2023	Consolidado 2022*	Controladora 2023	Controladora 2022*
Receita de serviços	17	75.612	92.814	–	–
Custo dos serviços	18.1	(102.988)	(135.055)	–	–
Prejuízo bruto		(27.376)	(42.241)	–	–
Receitas (despesas) operacionais					
Vendas		–	(1.746)	–	–
Gerais e administrativas	18.2	(26.238)	(26.240)	2.294	(2.354)
Tributárias		(5.585)	(3.439)	(1.151)	(132)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	19	116.132	(5.580)	70.969	105.072
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		**84.309**	**(37.005)**	**72.112**	**102.586**
Resultado Financeiro Líquido		**(159.030)**	**107.973**	**(135.997)**	**1.869**
Receitas financeiras	20	61.263	121.229	45	2.820
Despesas financeiras	20	(241.650)	(29.618)	(136.112)	(961)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	20	21.357	16.362	70	10
Resultado de participações em investimentos	8	–	–	(17.435)	(94.788)
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos		**(102.097)**	**28.727**	**(81.320)**	**9.667**
Imposto de renda e contribuição social	15.3	20.777	(19.060)	–	–
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**(81.320)**	**9.667**	**(81.320)**	**9.667**
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (em R$)	16.6	(0,67)	0,08	(0,67)	0,08

*Reapresentado Nota 2.2

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Capital subscrito e integralizado	Capital a integralizar	Legal	Retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**122.001**	**(8.644)**	**3.542**	**50.480**	**56.047**	**223.426**
Lucro líquido do exercício (Reapresentado)	–	–	–	–	9.667	9.667
Apropriações de lucro líquido em reservas	–	–	2.988	42.580	(45.568)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(14.193)	(14.193)
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	**122.001**	**(8.644)**	**6.530**	**93.060**	**5.953**	**218.900**
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(81.320)	(81.320)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**122.001**	**(8.644)**	**6.530**	**93.060**	**(75.367)**	**137.580**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto se indicado em contrário)

	Nota	Consolidado 2023	Consolidado 2022*	Controladora 2023	Controladora 2022*
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(81.320)	9.667	(81.320)	9.667
Ajustes para:					
Juros sobre debêntures	14	19.339	–		–
Apropriação de custo	14	905	–	–	–
Amortização menos valia	19	–	–	(70.969)	(105.953)
Resultado de participação em investimento	8.2	–	–	17.435	94.788
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros		(40.720)	42.645	125	(15.603)
Depreciação e amortização		329	119	329	101
Reversão e Provisão de Perdas de crédito esperadas - PCE	6.2	(13.665)	19.298		–
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	15.4	(58.217)	(33.744)		–
Receita de juros de mútuos com partes relacionadas	12.2	(3.308)	–	–	–
Perdão de dívida com partes relacionadas	12.2	215.708	–	136.035	
Reversão e provisão para perdas com processos judiciais e administrativos	22	(37.783)	37.110		–
Líquido do reembolso efetuado pela Petrobrás e provisões.		5.953	–	–	–
Redução (aumento) de ativos					
Contas a receber		(53.563)	(137.507)	(3.344)	(56)
Contas a receber - arrendamento financeiro	10	278.425	153.574	–	–
Estoques	7	10.568	39.783	–	–
Outros ativos		(10.164)	(5.737)	–	(58.226)
Aumento (redução) de passivos					
Fornecedores	11	(7.435)	(14.927)	(243)	230
Outros passivos		4.136	72.533	19.346	284.497
Imposto de renda e contribuição social pagos		(32.663)	(41.636)	–	–
Recursos líquidos gerados pelas atividades		**196.525**	**141.178**	**17.395**	**209.445**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Fornecimento de caixa por meio de mútuo	12.2	(167.105)	(45.500)	(90.740)	(45.500)
Redução de capital	8.2	–	–	73.000	–
Aquisição de Imobilizado e Intangível		(55)	(1.189)	(54)	(1.171)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimento		**(167.160)**	**(46.689)**	**(17.794)**	**(46.671)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Mútuo com partes relacionadas		–	–	306	–
Cessão de debêntures	14	73.000	–	–	(210.751)
Pagamento de juros sobre debêntures	14	(19.699)	(46.546)	–	(7.693)
Amortização debêntures	14	(109.925)	(70.496)	–	(2.326)
Recursos líquidos gerados pelas (utilizados) nas atividades de financiamento		**(56.624)**	**(117.042)**	**306**	**(220.770)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa		**(27.259)**	**(22.553)**	**(93)**	**(57.996)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		112.546	135.099	1.497	59.493
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		85.287	112.546	1.404	1.497
Redução de caixa e equivalentes de caixa		**(27.259)**	**(22.553)**	**(93)**	**(57.996)**

*Reapresentado Nota 2.2

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração de Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Consolidado 2023	Consolidado 2022*	Controladora 2023	Controladora 2022*
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(81.320)	9.667	(81.320)	9.667
Resultado abrangente total	**(81.320)**	**9.667**	**(81.320)**	**9.667**

*Reapresentado Nota 2.2

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Breitener Holding e Participações S.A. e suas controladas (denominada, em conjunto, "Breitener", "Breitener Holding" ou a "Companhia"), subsidiária integral da Ceiba Energy Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Ceiba Energy"), foi constituída em 8º de fevereiro de 2021 com sede em São Paulo, tendo como atividade principal a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista, e o objetivo de atuar como holding das empresas do Grupo Breitener Energética S.A. A Companhia é uma empresa investida da Denham Capital, uma empresa de investimento global em infraestrutura, energia e recursos sustentáveis, e celebrou com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras ("Petrobras") e outros acionistas minoritários, um contrato de compra e venda de ações e outras avenças por meio do qual a Breitener Holding se comprometia a adquirir a participação societária de 100% na Breitener Energética S.A. ("Breitener Energética" e "Aquisição", respectivamente). O encerramento desta aquisição ocorreu em novembro de 2021, quando a Ceiba Energy passou a deter 100% do controle acionário da Breitener Energética S.A. e de suas subsidiárias, Breitener Jaraqui S.A. ("Jaraqui") e Breitener Tambaqui S.A. ("Tambaqui"), em conjunto, as "SPEs". A Breitener Energética S.A. (denominadas, em conjunto, "BESA" ou a "Controlada"), teve, inicialmente, como objeto social a produção e a comercialização de energia elétrica para fornecimento exclusivo à Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica Emergencial (CBEE), para suprimento ao Sistema Interligado, na modalidade de potência contratada e energia fornecida, na cidade de Maracanaú, estado do Ceará. Após cumpridas integralmente suas obrigações decorrentes do contrato com a CBEE, em abril de 2005, a Controlada focou todos os recursos na transferência de sua planta em Maracanaú/CE para Manaus/AM, visando a implantação de duas usinas termoelétricas, na mesma localidade, com o objetivo de fornecer energia elétrica a região norte do país. **(a) Contrato de fornecimento de energia e arrendamento mercantil dos equipamentos:** Atendendo a obrigação contratual específica, a Controlada criou duas Sociedades de Propósito Específico ("SPEs") - Breitener Tambaqui S.A. e Breitener Jaraqui S.A. - que assumiram os contratos de fornecimento de energia celebrados em 4 de maio de 2005 com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - AmE (antiga Manaus Energia S.A.). Estes contratos têm vigências de vinte anos, com parcelas vencíveis mensalmente e corrigidas pela variação do índice geral de preços ao mercado - IGP-M. As cláusulas contratuais estabelecem a disponibilização mensal de 120 MW líquidos, ininterruptos, de energia elétrica; que a operação e manutenção da planta termoelétrica seja efetuada pela Controlada; e que todo o combustível consumido dentro dos limites de consumo específico e/ou *heat rate* será ressarcido pela arrendatária, descontado do incentivo recebido pela CCC-ISOL - Conta de Consumo de Combustíveis nos Sistemas Isolados. Para iniciar a operação, as SPEs alugaram da Breitener Energética S.A. os motores transferidos de Maracanaú/CE e assumiram os custos de transporte e instalação, dentre outros. Os contratos preveem que as plantas termelétricas arrendadas pela Controlada, bem como os motores de propriedade das suas SPEs, serão revertidas para o patrimônio da arrendatária sem qualquer indenização devida, findos os prazos de vigência dos contratos em maio de 2025. Em dezembro de 2018 o controle da AmE relativo à parte de distribuição de energia foi vendido para o Consórcio Oliveira Energia/Atem, não afetando os contratos existentes, já que tais contratos foram anteriormente transferidos para a nova empresa criada pertencente ao grupo Eletrobras, a Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. (AmE-GT). Em 28 de junho de 2021, foi deliberada em assembleia geral a incorporação da AmE-GT pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A (Eletronorte), controlada da Eletrobras, com efeitos a partir de 01 de julho de 2021. No dia 2 de fevereiro de 2023, as companhias Breiteners receberam propostas para a rescisão consensual dos contratos OC 1815/2005 e 1816/2005, firmados com a ELETRONORTE e suas subsidiárias, Breitener Tambaqui S.A. e Breitener Jaraqui S.A. As propostas sugerem finalizar o CBR vigente, a transferência dos ativos das UTEs para a Eletronorte e transferir a responsabilidade de operação e manutenção das UTEs para a mesma. O objetivo é trocar os acordos atuais por novos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs) com a Amazonas Energia, visando a redução de despesas para a CCC e a promoção de tarifas mais acessíveis. A indenização sugerida pela rescisão segue a Cláusula 53, relativa a penalidades por rescisão, e seria paga em 12 parcelas mensais ajustadas pelo CDI. Para que a proposta se concretize, é necessária a aprovação explícita de todas as partes envolvidas, bem como a autorização da ANEEL e de outras entidades reguladoras, levando em conta os diversos aspectos regulatórios e competitivos. Em 10 de fevereiro de 2023, a direção da Breiteners confirmou o recebimento das propostas e manifestou o desejo de avançar nas negociações para a conclusão amigável dos contratos. Esse entendimento inicial foi submetido à ANEEL para a devida validação e permanece em avaliação até o momento da emissão deste relatório financeiro. **(b) Combinação de Negócios:** No período 08 de fevereiro a 31 de dezembro de 2021, o Grupo passou pelos principais eventos a seguir: (i) aquisição da Breitener Energética S.A., através do contrato de compra e venda de ações e outras avenças originado pela Petróleo Brasileiro S.A. Em 27 de agosto de 2021, a Petróleo Brasileiro S.A., assinou acordo de venda da totalidade de sua participação acionária de 93,7% na Breitener Energética S.A. para a Breitener Holding Participações S.A. subsidiária integral da Ceiba Energy LP, para maiores detalhes, vide nota explicativa 24. Em 10 de novembro de 2021, foi finalizada a operação de compra e venda de ações da Companhia, onde a Breitener Holding e Participações S.A. ("Comprador") adquiriu a totalidade das ações de emissão da Breitener Energética S.A. detidas pela Petróleo Brasileiro S.A. e pelos demais acionistas minoritários até aquela data, concluindo a compra pelo Comprador de 100% do capital social da Breitener Energética S.A. **1.1. Destaques dos exercícios de 2023 e 2022: 1.1.1. Emissão de Debentures:** O grupo Breitener, por meio da Breitener Energética, seguiu a estratégia de seu acionista de custear a obra de outra empresa de seu grupo econômico, a Portocem Geração de Energia S.A., e buscou capitalizar seu caixa por meio da segunda emissão de debentures, em 17 de maio de 2023, conforme a resolução CVM nº 160, em série única, não conversíveis em ações, no valor de R$ 73 milhões, com vencimento em 17 de dezembro de 2024, tendo a Vórtex DTVM Ltda. como a Administradora das debêntures, conforme pode ser observado na nota 14. Com o recurso em caixa, e seguindo a deliberação de seus acionistas, a Breitener Energética reduziu seu capital no montante de R$ 73 milhões, e por sua vez a realizou a transferência de R$ 63 milhões em maio de 2023 e R$ 10 milhões em dezembro de 2023 para sua acionista a Holding Participações S.A., que por sua vez realizou a transferência por meio de empréstimo de mútuo de R$ 72.491 para a Portocem. Os pagamentos das parcelas das Debentures, foram realizadas por meio de remessas de dividendos acumulados, antecipados e empréstimos de mútuos de suas subsidiarias Breitener Tambaqui S.A. e Breitener Jaraqui S.A. conforme pode ser observado na nota 12. **1.1.2. Perdão de dívida com a Portocem:** Ao longo do ano de 2023, a construção da Usina Termelétrica da Portocem Geração de Energia S.A., financiada pelos empréstimos de mútuo das empresas Breitener Holding (R$ 126 milhões), Breitener Energética (R$ 44 milhões), Breitener Tambaqui (R$ 28 milhões) e Breitener Jaraqui (R$ 8 milhões), foi paralisada em função da retirada do fornecedor de gás GNL, a Shell Gás & Power Developments B.V. pelo encerramento do acordo comercial de preferência de compra e venda de suprimento de gás. O contrato de suprimento de gás era vital para o empreendimento, e devido da guerra da Ucrânia, o mercado global de gás GNL foi afetado de forma sensível, o que prejudicou o avanço deste contrato, e na busca por outros fornecedores com preços e condições compatíveis ao projeto, o que tornou inviável a sua continuidade neste projeto. Com a operação firmada da venda da Portocem do grupo Ceiba Energy fez com que os acionistas do grupo Breitener tomassem decisão estratégica de perdoar a dívida da Portocem com as empresas do grupo. Os valores registrados no ativo das empresas do grupo Breitener foram baixados e reconhecidos ao resultado na rubrica de outras despesas financeiras, conforme pode ser observado na nota 20, e adicionadas para fins de apuração do IRPJ e da CSLL do ano de 2023. **1.1.3. Ajuste contábil do contas a pagar com a Petrobras:** Em 21 de dezembro de 2021, Petrobras depositou uma quantia de R$ 56 milhões para Breitener Holding, a título de reembolso de despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social provenientes da competência deste mesmo ano, e devidos pelas empresas operacionais do grupo, Breitener Jaraqui e Breitener Tambaqui. Deste modo, Breitener Holding transferiu valor integral recebido para sua empresa controlada, Breitener Energética, que por sua vez repassou a mesma quantia para suas empresas controladas com acréscimo de R$ 3 milhões, de modo a antecipar a parcela da dívida devida pelos antigos acionistas minoritários da Breitener Energética, e que até aquele momento não haviam realizado a transferência. Breitener Tambaqui e a Breitener Jaraqui realizaram a quitação destes referidos passivos tributários. As reapurações do IRPJ e da CSLL das empresas operacionais do grupo Breitener ocorreram em data posterior à operação de compra e venda das ações da Breitener Energética, e o fato que deu origem a reapuração destes tributos foi registrado na contabilidade de maneira retroativa ao dia 07 de abril de 2021, data do acordo judicial entre as empresas Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui com Amazônia Energia e Eletrobras (responsável solidária) de valores de reembolso de crédito relacionados ao CCC-ISOL. Posteriormente, foi celebrado Instrumento de Confissão de

Dívida (ICD) entre Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui com sua então controladora indireta, Petrobras, que resultou no reconhecimento de montante de R$ 332 milhões no resultado da Breitener Jaraqui e de R$ 103 milhões no resultado da Breitener Tambaqui. Os valores recalculados e pagos pela Petrobras e minoritários, de IRPJ e CSLL, também geraram créditos tributários (pagamentos indevidos a maior), que no caso da Jaraqui foi no valor de R$ 31.562, e para a Tambaqui foi de R$ 14.664, pelos quais as Companhias geraram pedidos de restituição (Perdcomps) em março de 2022. Os recebimentos das restituições destes tributos pela Receita Federal do Brasil serão repassados a Petrobras conforme acordo comercial entre as empresas Petrobras (vendedora) e Ceiba Energy (compradora). Os valores recebidos por transferência bancária foram reconhecidos no dia 27 de junho de 2022, como aumento de capital social, tanto para Breitener Energética, como para as empresas operacionais, que no caso da Breitener Jaraqui, reconheceu o aumento de capital de R$ 47.595 e a Breitener Tambaqui reconheceu o aumento de capital de R$ 12.246. Entretanto, não houve deliberação pela administração, como também não houve alteração no Estatuto Social das Companhias do aumento de capital, o que fez a administração em 2023, reavaliar a operação como mero reembolso de despesas, acarretando lançamento contábil de reclassificação dos valores reconhecidos no capital da Companhia para a conta de reserva lucros acumulados. Além do ajuste realizado no capital, a administração entendeu que os valores dos créditos fiscais devem ser reconhecidos como repasses para a Petrobras, por serem provenientes da gestão do antigo acionista (Petrobras) da Breitener Energética. Logo, a Companhia reclassificou os créditos fiscais reconhecidos no Ativo Circulante para o Não Circulante e reconheceu provisão de outros contas a pagar no Passivo Não Circulante contra a conta de Reserva de Lucros (vide nota 2.2). **1.1.4. Ajuste do IRPJ e da CSLL corrente e diferido:** A Companhia revisou as apurações do IRPJ e da CSLL, e reconheceu na base destes tributos o efeito da exclusão temporária das despesas com aquisição de ativos novos e antigos (da construção das Usinas), conforme o que preconiza os artigos 46 e 49 da Lei 12.973/14, que não foram aproveitados nas apurações das empresas Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui entre o período de novembro de 2021 a dezembro de 2022. O impacto fiscal resultou em ajuste contábil que foi realizado no resultado do ano de 2023, o que reduziu a despesa de IRPJ e CSLL corrente das empresas em R$ 15 milhões na Breitener Jaraqui e R$ 20 milhões na Breitener Tambaqui e demais efeitos nas despesas do IRPJ e da CSLL diferidos. **1.1.5. Reversão da Provisão de Contingência do CCC-ISOL:** Em 2022, a Companhia realizou provisão de contingência de débitos relacionados a conta CCC-ISOL, em função do processo administrativo nº 48500.004046-2012-35, instaurado em 09/07/2012 pela fiscalização da ANEEL, com o objetivo de apurar o consumo e gestão dos estoques de combustíveis nas usinas beneficiárias da CC-C-ISOL (Conta de Consumo de Combustíveis nos Sistemas Isolados) e a subsequente reposição da quantidade superior aos limites fixados pelo Grupo Técnico Operacional da Região Norte da Eletrobrás e aprovados pela ANEEL. Com relação especificamente à Breitener, a ANEEL concluiu pela obrigatoriedade de devolução do valor referente à quantidade de combustível que excedeu os limites do consumo eficiente, na seguinte proporção: 6.115 mil quilogramas de Óleo OC1A e PGE pela Breitener Jaraqui e proporção 10.721 mil quilogramas pela Breitner Tambaqui. Diante do cenário desfavorável, no dia 23 de janeiro de 2023, a Breitener requereu o adiamento do pedido de reconsideração quanto à decisão de mérito, contudo, tal pedido não foi deferido pela Diretoria da ANEEL. A Breitener, em 2022, efetuou a avaliação da causa junto ao jurídico e a Companhia entendeu que praticamente não havia chance de reversão do resultado, considerando que a fase de apuração da quantidade de combustíveis havia sido superada, após todas as manifestações e documentos apresentados, pode -se concluir que, enquanto não proferida decisão judicial com eficácia imediata ou que suspenda ou interfira no resultado dos processos administrativos 48500.005530/2016-13 e 48500.005531/2016-50, a Companhia entendeu ser adequada a constituição de passivo em face da Breitener. A última apuração da ANEEL indica o montante de R$ 34.431 para a Jaraqui e R$ 75.426 para a Tambaqui com risco de perda possível, R$ 13.502 para a Jaraqui e R$ 23.510 para a Tambaqui como provável, tendo sido efetuada suas respectivas provisões. A empresa Breitener Jaraqui obteve pela via judicial, no âmbito do TRF-1 (Mandado de Segurança nº 1074231-92.2023.4.01.3400) , a concessão do efeito suspensivo, tendo inclusive contratado seguro-garantia do valor do débito acrescido de 30%, de modo que os efeitos da decisão proferida na via administrativa estão suspensos.. A empresa Breitener Tambaqui obteve pela via judicial, no âmbito do TRF-1 (agravo de instrumento de n. 1030367-19.2023.4.01.0000), a concessão do efeito suspensivo, tendo inclusive contratado seguro-garantia do valor do débito acrescido de 30%, de modo que os efeitos da decisão proferida na via administrativa estão suspensos. Em decorrência do exposto, o escritório de advocacia que patrocina a causa, Nunes Fernandes Advogados e Associados, em novembro de 2023, alterou o prognóstico da causa para possível da Breitener Tambaqui e Jaraqui, tendo como argumento que eventual ação judicial, com o objetivo de discussão do mérito da cobrança, possui chance de êxito favorável para a Companhia. Desta forma, a Breitener Tambaqui reverteu em dezembro de 2023 a provisão constituída em 2022 no montante atualizado de R$ 23.660, e a Breitener Jaraqui, no mesmo mês, reverteu a provisão constituída em 2022 no montante atualizado de R$ 13.502. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados. O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 18 de abril de 2024, autorizou a divulgação destas Demonstrações Financeiras. **2.1. Moeda funcional:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia. **2.2. Reapresentação das demonstrações financeiras:** Os ajustes refletidos nesta nota de reapresentação, foram oriundos da revisão contábil que a Companhia realizou no ano de 2023, que está contextualizado na NE 1.1.3, e demonstrado nos quadros abaixo. As reapresentações demonstram o impacto no investimento da Breitener Holding, proveniente dos resultados reapresentados de 2022 que foram afetados pela constituição de provisão (repasse de restituições de tributos a Petrobras) nas Companhias Tambaqui e Jaraqui, além de restituições recebidas pela Breitener Energética a serem repassadas para a Petrobras. Além disso, ocorreu o impacto da reversão do aumento de capital em 2021, cuja natureza é reembolso de despesas com tributos, e que afetou a conta de Lucro (Prejuízos) Acumulados.

(i) Balanço Patrimonial

			Controladora
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo	**2022**	**2022**	**2022**
Outros	102.198	–	102.198
Total circulante	**102.198**	**–**	**102.198**
Partes relacionadas	–	50.094	50.094
Investimento	361.792	5.953	367.745
Outros	55.862	–	55.862
Total não circulante	**417.654**	**56.047**	**473.701**
Total	**519.851**	**56.047**	**575.899**

			Controladora
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Passivo	**2022**	**2022**	**2022**
Outros	31.578	–	31.578
Total circulante	**31.578**		**31.578**
Contas a pagar de aquisição	40.522	50.094	90.616
Outros	234.805	–	234.805
Total não circulante	**275.327**	**50.094**	**325.421**
Lucros (Prejuízos) acumulados	0	5.953	5.953
Outros	212.947	–	212.947
Total no PL	**212.947**	**5.953**	**218.900**
Total circulante	**519.852**	**56.047**	**575.899**

			Consolidado
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo	**2022**	**2022**	**2022**
Impostos de renda e contribuição social	99.976	(46.226)	53.750
Outros	469.693	–	469.693
Total circulante	**569.669**	**(46.226)**	**523.443**
Impostos de renda e contribuição social	26.400	46.226	72.626
Outros	269.673	–	369.673
Total não circulante	**396.073**	**46.226**	**442.299**
Total	**965.741**	**–**	**695.742**

			Consolidado
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Passivo	**2022**	**2022**	**2022**
Outros	232.125	–	232.125
Total circulante	**232.125**	**2.332**	**234.457**
Contas a pagar de aquisição	49.718	49.822	99.540
Adiantamento Petrobrás	56.047	(56.047)	–
Outros	414.905	272	415.177
Total não circulante	**520.670**	**(5.953)**	**514.717**
Lucros (Prejuízos) acumulados	–	5.953	5.953
Outros	212.947	–	212.947
Total no PL	**212.947**	**5.953**	**218.900**
Total circulante	**965.742**	–	**965.742**

(ii) Demonstração do resultado

			Controladora
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
	2022	**2022**	**2022**
Resultado de participações em investimentos	(44.694)	(50.094)	(94.788)
Outros	104.455	–	104.455
Lucro do exercício	**59.761**	**(50.094)**	**9.667**

			Consolidado
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
	2022	**2022**	**2022**
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	44.514	(50.094)	(5.580)
Outros	15.247	–	15.247
Lucro do exercício	**59.761**	**(50.094)**	**9.667**

(iii) Demonstração do resultado abrangente

			Controladora e Consolidado
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
	2022	**2022**	**2022**
Lucro líquido do exercício	59.761	(50.094)	9.667
Resultado abrangente total	**59.761**	**(50.094)**	**9.667**

(iv) Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Saldo em 1º de janeiro de 2022	167.379	56.057	223.426
Lucro líquido do exercício	59.761	(50.094)	9.667
Dividendos	(14.193)	–	(14.193)
Total do patrimonio líquido	**212.947**	**5.953**	**218.900**

(vi) Demonstração dos fluxos de caixa

			Controladora
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Lucro líquido do exercício	59.761	(50.094)	9.667
Resultado de Participações em investimentos	(44.694)	139.482	94.788
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros	73.785	(89.388)	(15.603)
Outros ativos	(8.132)	(50.094)	(58.226)
Outros passivos	234.403	50.094	284.497
Outros	(373.119)	–	(373.119)
Total de caixa aplicado	**(57.996)**	**–**	**(57.996)**

			Consolidado
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Lucro do exercício	59.761	(50.094)	9.667
Outros passivos	22.439	50.094	72.533
Outros	(104.753)	–	(104.753)
Total de caixa aplicado	**(22.553)**	**–**	**(22.553)**

Os ajustes refletidos nesta nota de reapresentação, foram oriundos da revisão contábil que a Companhia realizou no ano de 2023 do reembolso de despesas pago pelo antigo acionista da Breitener Jaraqui, a Petrobras, para custear a reapuração dos impostos IRPJ e CSLL do ano de 2021. O histórico destes ajustes está contextualizado na NE 1.1.3. **3. Sumário das políticas contábeis materiais são:** As práticas contábeis para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas abaixo das respectivas notas explicativas e são consistentes com as políticas contábeis adotadas. **As notas que apresentam as políticas contábeis materiais são: Notas Explicativas:** 5. Caixa e equivalentes de caixa; 6. Contas a receber; 7. Estoque; 8. Investimentos; 10. Fornecedores; 11. Arrendamento mercantil; 15. Tributos; 15.5 Passivo Contingente; 16. Patrimônio Líquido; 17. Receita de serviço; 18. Custos e despesas por natureza; 22. Processos judiciais e contingências. **3.1. Instrumentos financeiros:** Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. **3.1.1. Ativos financeiros: a) Reconhecimento e mensuração inicial:** Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos. **b) Classificação e mensuração subsequente:** Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. **3.1.2. Passivos Financeiros: a) Reconhecimento e mensuração inicial:** Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento e inicialmente mensurado a valor justo. Caso não seja classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão reduzem ou aumentam esse valor. **b) Classificação e mensuração subsequente:** Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício. **3.1.3. Instrumentos Financeiros derivativos.:** A companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para fornecer proteção contra sua exposição no preço na compra de equipamentos. Os instrumentos financeiros designados em operações de Hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo mensurados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente no resultado do exercício. **3.2. Caixa e Equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento de curto prazo a partir da data da contratação, sujeitos a riscos imateriais de mudança de valor. **4. Estimativas e julgamentos relevantes:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados. A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia e suas controladas. **4.1. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências:** A Companhia e suas controladas são partes em arbitragens, processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrentes do curso normal de suas operações e utiliza-se de estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres e avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração. Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema. Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Companhia e suas controladas, nova jurisprudência, alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos. Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 22. **4.2. Tributos diferidos sobre o lucro:** A Companhia e suas controladas realizam julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas pela Companhia. A movimentação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos estão apresentados na nota explicativa 15.3. **4.3. Perdas de crédito esperadas:** A provisão de perdas de crédito esperadas (PCE) para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de *default*, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. Para tal, a Companhia utiliza julgamentos nessas premissas, além de informações sobre atrasos nos pagamentos e avaliações do instrumento financeiro com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação. **4.4. Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas estimam a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos, considerando procedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza. **4.5. Arrendamento:** Os arrendamentos mercantis que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios sobre o ativo objeto do arrendamento são classificados como arrendamentos financeiros. Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia é a arrendatária, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo do item arrendado, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, ambos determinados no início do arrendamento. No contrato em que a Companhia é arrendadora do bem, celebrado com a Eletronorte, foi constituído um contas a receber por valor igual ao investimento no arrendamento e suas parcelas são corrigidas pela variação do Índice Geral de Preços ao Mercado - IGP-M, conforme fluxo do arrendamento efetuado pela Companhia, o qual possui reajuste anual em novembro, estabelecido em cláusula contratual. O contrato possui vencimento em maio de 2025. O arrendamento ativo da Companhia é segregado em parcelas mensais de "O&M" Operação e Manutenção e de Potência. A Companhia efetua análise do arrendamento financeiro em que ela é arrendadora e arrendatária do bem, onde é feita a estimativa dos valores a serem pagos e recebidos, de acordo com o prazo do arrendamento, mensurando os valores de cada parcela, atualizadas pelo IGP-M, além dos reajustes anuais contratuais previstos. **4.6. Novas normas e interpretações: 4.6.1. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):** O CPC emite pronunciamentos e intepretações tidos como análogos às International Financial Reporting Standards (IFRS), tal como emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As emendas das IFRS, conforme NE 3 - Sumário das principais práticas contábeis, estão em linha com as divulgações emitidas pelo CPC até 31 de dezembro de 2023. A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que entraram em vigor e aqueles que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2023, bem como os IFRS equivalentes. As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: • Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) - Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. • Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. • Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. Os normativos que entraram em vigor dentro do exercício de 2023 foram avaliados pela Companhia e não geram impacto de divulgação ou impacto material nas Demonstrações Financeiras. A seguinte alteração de norma, foi emitida pelo IASB, mas não entrou em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. Quanto ao normativo que ainda não entrou em vigor, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras e até o momento não foi identificado impactos de divulgação e não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

5. Caixa e equivalente de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Caixa	–	1	–	–
Banco conta corrente	4.515	13.262	51	–
Aplicações financeiras (i)	80.771	99.283	1.353	1.497
	85.287	112.546	1.404	1.497

(i) São aplicações financeiras de alta liquidez, com vencimentos originais de até 12 meses, e com baixo risco de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2023 as aplicações financeiras estão concentradas em CDB e compromissada, com remuneração entre 85 e 100% (60 a 70% em 2022) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6. Contas a receber

6.1. Contas a receber, líquidas

		Consolidado
	2023	**2022**
Recebíveis de contratos com clientes		
Terceiros	79	–
Operação e manutenção (a)	16.824	17.092
Liquidação financeira - CCEE (b)	–	5.042
Reembolso de encargos e recebíveis (c)	9.509	19.389
Outras	171	1.369
Subtotal	**26.583**	**42.892**
Arrendamento financeiro (d)	383.125	372.405
Outras	–	1.933
Subtotal	**383.125**	**396.459**
Total do contas a receber	**409.708**	**471.590**
Perdas de crédito esperadas - PCE (e)	–	(13.665)
Total do contas a receber, líquidas	**409.708**	**437.627**
Circulante	263.544	283.499
Não circulante	146.164	154.128

a) Operação e manutenção: Decorre dos serviços de operação e manutenção vinculados ao contrato de fornecimento de energia elétrica firmados pela Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui com a arrendatária. **b) Liquidação financeira - CCEE:** Refere-se aos recebíveis de liquidação financeira na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, o qual está totalmente provisionado na PCE em 31 de dezembro de 2022. **c) Reembolso de encargos e recebíveis:** Refere-se ao reembolso de encargos vinculados ao contrato de fornecimento de energia e recebíveis em aberto com a arrendatária referente às parcelas remanescentes de notas fiscais de potência. **d) Recebíveis mínimos de arrendamento mercantil financeiro (com transferência de benefícios, riscos e controles):** O saldo consolidado decorre da parcela de disponibilidade de capacidade dos contratos de fornecimento de energia elétrica firmados pela Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui com a Eletronorte, atual arrendatária (vide nota 11). **e) Perdas de crédito esperadas - PCE:** Em 31 de dezembro de 2023 foi realizado o estorno de recebíveis da gestão Petrobras que a Companhia não possui expectativa de recebimento, assim como a reversão da provisão para perda constituída no mesmo valor, gerando um crédito no resultado em 2023.

6.2. Aging do contas a receber - Terceiros

				Consolidado
		2023		2022
	Contas a receber	PCE	Contas a receber	PCE
A vencer	409.379		863.533	
Vencidos:	–	–		–
De 1 a 3 meses	190	–	17.092	–
De 3 a 6 meses	139	–		–
De 6 a 12 meses	–	–	484	–
Acima de 12 meses	–	–	13.181	–
	409.708	–	894.290	–

6.3. Movimentação das perdas de crédito esperadas - PCE

	Consolidado		Controladora	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Saldo inicial	13.665	33.963	–	–
Adições	–	1.745	–	–
Reversões	–	(22.043)	–	–
Baixas	(13.665)	–	–	–
	–	13.665	–	–

A movimentação da PCE em 2023 reflete, principalmente, a baixa dos valores constituídos pela Petrobrás em setembro/2021 para ajustar o saldo do contas a receber, os quais não temos expectativa de recebimentos. A movimentação da PCE em 2022 reflete, principalmente, a reversão de depósito judicial e à baixa dos valores referentes ao processo que a Jaraqui e Tambaqui possuíam contra a Amazonas Energia - AmE e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, pleiteando glosas das notas de potência entre 2018 e 2019, o qual teve seu desfecho desfavorável à Companhia em 09 de fevereiro de 2023. **Prática contábil:** Quando a Companhia é arrendadora de um bem em um arrendamento financeiro, constitui-se um recebível por valor igual ao investimento líquido no arrendamento, composto pelos pagamentos do arrendamento a receber e qualquer valor residual não garantido de responsabilidade da Companhia, descontados pela taxa de juros implícita da operação. A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos. Em geral, para os demais recebíveis, a Companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda). Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a Companhia compara o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial. Para tal, a Companhia utiliza, entre outros, os seguintes indicadores: alteração significativa real ou esperada na classificação de crédito externa do instrumento financeiro e informações sobre atrasos nos pagamentos. Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário. A Companhia considera inadimplência quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias. Perda de crédito esperada é a média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à Companhia e todos os fluxos de caixa contratuais devidos à Companhia e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original.

7. Estoques

		Consolidado
	2023	**2022**
Peças de manutenção	49.050	59.618
Total	49.050	59.618

As peças são mantidas em estoque para manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de produção de energia, conforme estabelece o contrato com a AmE-GT. O custo das peças é registrado no resultado do exercício mediante sua utilização. **Prática contábil:** Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado de aquisição e compreendem, principalmente, materiais e suprimentos para manutenção, e são ajustados ao seu valor de realização líquido, quando este for inferior ao seu valor contábil. Materiais, suprimentos e outros representam, principalmente, insumos de produção e materiais de operação que serão utilizados nas atividades da Companhia e estão demonstrados ao custo médio de compra, quando este não excede ao custo de reposição. Os estoques incluem as importações em andamento, que são demonstrados ao custo de aquisição.

8. Investimento

8.1. Investimentos diretos (Controlada)

	Principal segmento de atuação	% de participação direta da Breitener Energética	% no capital votante	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício
Empresa Controlada					
Breitener Energética S.A	G&E	100,00%	100,00%	699.492	(17.435)

8.2. Informações da investida (Controlada direta) - Breitener Energética S.A.

	Aquisição Breitener Energética	Resultado de participação em investimentos	Menos Valia	Repasses à Petrobras	Amortização Menos Valia	Saldo em 2022 Reapresentado
Subsidiárias e controladas						
Breitener Energética S/A	342.345	(94.788)	(201)	14.436	105.953	367.745
	342.345	**(94.788)**	**(201)**	**14.436**	**105.953**	**367.745**

	Aquisição Breitener Energética	Redução de Capital	Resultado de participação em investimentos	Amortização Menos Valia	Saldo em 2023 Reapresentado
Subsidiárias e controladas					
Breitener Energética S/A	367.745	(73.000)	(17.435)	70.969	348.279
	367.745	**(73.000)**	**(17.435)**	**70.969**	**348.279**

8.3. Informações da investida (Controlada direta) - Breitener Energética S.A

Em 31 de dezembro de 2023, as principais informações financeiras da Breitener Energética S.A (Consolidado) são:

	Breitener Energética S.A. (Consolidado) 2023	2022 Reapresentado
Ativo	961.051	1.045.132
Passivo	261.559	255.205
Receita líquida	75.612	92.814
Lucro/Prejuízo do exercício	(17.435)	(94.788)
Capital social	519.458	592.458
Quantidade ações possuídas (em lote mil)	519.458	592.458
Patrimônio líquido	699.492	789.927
Participação no capital social, no final do exercício	100%	100%
Participação no patrimônio líquido	699.492	789.927

As SPEs foram constituídas em 10 de maio de 2005, são Sociedades de Propósito Específico (SPE), e tem como objeto social a operação e manutenção de uma planta termoelétrica, com potência de 60MW, na cidade de Manaus. A data do início da operação comercial da Breitener Tambaqui foi 12 de janeiro de 2006 e da Breitener Jaraqui foi em 5 de abril de 2006, ambas têm duração de 20 anos, a mesma das suas obrigações contratuais, relacionadas ao fornecimento de energia elétrica à região norte do país. Em 2023 a amortização da menos valia foi realizada no valor de R$ 70.969, sendo R$ 105.953 em 2022, vide nota explicativa 19 - Outras (despesas) receitas, líquidas., referente ao "PPA" Pu*rchase price allocation* de 2021. O valor total determinado do PPA, em 2021, foi de R$ 362.731, restando R$ 172.866 a realizar entre 2024 e 2025, período compreendido pelo contrato do arrendamento, até seu vencimento em maio de 2025. **Prática contábil: Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas abrangem informações da Breitener Holding e Participações S.A. e das suas controladas diretas e indiretas. O controle é obtido quando a Breitener Holding possui: i) poder sobre a investida; ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos. As empresas subsidiárias e controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir, utilizando práticas contábeis consistentes às adotadas pela Companhia. Transações e saldos entre entidades do grupo, incluindo lucro não realizado oriundo dessas transações, são eliminados no processo de consolidação. **Investimentos societários:** Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam controlada.

9. Imobilizado

9.1. Por tipo de ativos

	Terrenos	Direito de uso	Consolidado Total
Ativos adquiridos na aquisição vide nota (24) de 2021	7.612	320	7.932
Depreciação acumulada	–	2.139	2.139
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.612	2.459	10.071
Custo	7.612	913	8.525
Depreciação acumulada	–	1.546	1.546
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.612	2.459	10.071
Custo e depreciação acumulada	7.612	3.409	11.021
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.612	3.409	11.021
Custo e depreciação acumulada	–	–	(74)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.612	2.301	10.947

10. Arrendamentos Mercantis

10.1. Recebimentos mínimos de arrendamento mercantil financeiro

Recebimentos mínimos de arrendamento mercantil financeiro

			Consolidado Recebimentos
Compromissos estimados	Valor futuro	Juros anuais	Valor presente
2024	266.699	(33.204)	233.495
2025	155.574	(5.944)	149.630
Em 31 de dezembro 2023	**422.273**	**(39.418)**	**383.125**
Circulante			249.531
Não circulante			133.595
Em 31 de dezembro 2023			**383.125**
Circulante			261.334
Não circulante			355.305
Em 31 de dezembro 2023			**616.639**

A movimentação do contrato de arrendamento reconhecido como ativo está demonstrada a seguir: 7

		Consolidado
Circulante e não circulante	2023	2022
Saldo inicial	616.639	744.309
Recebimentos	(278.425)	(265.127)
Juros incorridos	61.432	82.939
Remensuração dos contratos	(16.520)	55.064
Impacto PPA	(244.234)	(244.234)
Em 31 de dezembro 2023	**138.891**	**616.639**

Prática contábil: Os arrendamentos mercantis que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios sobre o ativo objeto do arrendamento são classificados como arrendamentos mercantis financeiros. Para os arrendamentos mercantis financeiros em que a Companhia é a arrendatária, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo do item arrendado, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, ambos determinados no início do arrendamento. No contrato em que a Companhia é arrendadora do bem, celebrado com a AmE-GT, foi constituído um contas a receber por valor igual ao investimento líquido no arrendamento mercantil. No mês de novembro de cada ano, ocorre o reajuste dos fluxos dos arrendamentos da Breitener Jaraqui e Breitener Tambaqui com a Eletronorte, onde as parcelas a vencer e juros a apropriar são calculados com base no IGP-M, sendo contabilizada a remensuração na receita financeira da Companhia e no contas a receber. O contrato de aluguel das plantas da Breitener Energética com suas controladas, Breitener Jaraqui e Breitener Tambaqui, é atualizado anualmente em dezembro, também conforme o IGP-M e segue o mesmo racional de contabilização do arrendamento de suas controladas com a Eletronorte, porém gerando um contas a pagar e despesa financeira nas mesmas, por se tratar de arrendamento passivo na Jaraqui e Tambaqui. Os rendimentos e as despesas financeiras são apropriados ao resultado ao longo do prazo de contrato, com base na taxa que ajustou o recebível/pagamento ao valor presente. Pagamentos e recebimentos contingentes são reconhecidos como despesas e/ou receitas quando incorridos.

11. Fornecedores

	Consolidado 2023	2022	Controladora 2023	2022
Terceiros no País	7.328	15.009	27	269
Partes relacionadas (i)	–	3.300	–	–
Total a curto prazo	10.874	18.309	27	269
Terceiros no País	3.546	–	–	–
	3.546	–	–	–
	10.874	18.309	27	269

Os fornecedores no consolidado estão relacionados às compras de materiais e suprimentos, pagamentos de seguros e aquisição de serviços diversos. Nas compras efetuadas por meio de invoices emitidas por clientes do exterior, tendo como principal fornecedor da Breitener, a Innio Jenbacher GMBH & CO OG, os materiais passam pela conversão da moeda estrangeira para o Real na data do pagamento da referida invoice, além de sofrer os gastos com despesas aduaneiras, além do pagamento da taxa Siscomex, que é um instrumento administrativo que integra as atividades de registro, acompanhamento e controle das operações de comércio exterior, além do frete. Quando se faz necessário a troca de alguma mercadoria internacional adquirida com defeito, os contratos preveem que a Companhia será responsável apenas pela despesa acessória, sendo o frete, enquanto os demais gastos são cobertos pela garantia do fornecedor. **12. Partes relacionadas:** A Controlada segue a política de transações que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações. Esta política orienta na celebração de Transações com Partes Relacionadas de forma a assegurar os interesses da Companhia, alinhada à transparência nos processos, às exigências legais e às melhores práticas de Governança Corporativa, sem conflito de interesses e em observância aos seguintes princípios: Competitividade: preços e condições dos serviços compatíveis com os praticados no mercado; Conformidade: aderência aos termos e responsabilidades contratuais praticados pela Companhia; Transparência: reporte adequado das condições acordadas, bem como seus reflexos nas demonstrações financeiras da Companhia; • Equidade: estabelecimento de mecanismos que impeçam discriminações ou privilégios e adoção de práticas que assegurem e não utilização de informações privilegiadas ou oportunidades de negócio em benefício individual ou de terceiros; • Comutatividade: prestações proporcionais para cada contratante. A política também visa a garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da administração da Companhia.

						Controladora 2023	2022 Reapresentado
Ativo	Ceiba Desenv.	Breitener Tambaqui	Breitener Jaraqui	Portocem	Breitener Energética	Total	Total
Circulante							
Dividendos	–	–	–	–	99.479	99.479	99.749
	–	–	–	–	**99.479**	**99.479**	**99.749**
Não circulante							
Repasse a ser realizado PTR	–	22.566	45.077	–	3.868	71.511	50.054
Contratos de mútuo (i)	205	–	–	–	–	205	45.500
	205	**22.566**	**45.077**	**–**	**103.347**	**171.195**	**195.303**

	Ceiba FIP	Breitener Tambaqui	Breitener Jaraqui	Breitener Energética	Total	Total
Passivo						
Circulante						
Dividendos	31.020	–	–	–	31.020	31.020
Não circulante						
Repasses (ii)	–	14.596	10.776	3.181	28.553	9.184
Cessão de debêntures	–	–	–	225.000	225.000	225.000
Contratos de mútuo (i)	–	–	–	306	306	–
	31.020	**14.596**	**10.776**	**228.487**	**284.879**	**267.536**

			Consolidado 2023	2022 Reapresentado
Ativo Circulante	Ceiba Desenvolvimento	Ceiba Energy LP	Total	Total
Contratos de mútuo	205	–	205	45.000
	205	**–**	**205**	**45.000**
Passivo Circulante	Ceiba Desenvolvimento	Ceiba Energy LP	Total	Total
Dividendos a pagar	–	31.020	31.020	31.020
	–	**31.020**	**31.020**	**31.020**

(i) Durante o exercício de 2022, A Breitener Holding e Participações S.A., mutuante, celebrou três contratos de Mútuo com a Portocem Geração de Energia S.A., mutuária, no valor total de R$ 63.644 o qual foi parcialmente pago pela Companhia, no valor de R$ 45.500, nas seguintes datas: 03 de fevereiro, 11 de maio, 16 de maio, 04 de agosto, 05 de setembro, 04 de outubro, 01 de novembro e 02 de dezembro de 2022, sendo as últimas liberadas em 05 de janeiro de 2023 no valor de R$ 18.144 e R$ 62.300 em 22 de maio de 2023 (Vide NE 17 - Eventos Subsequentes). Os contratos de mútuo celebrados com a Portocem Geração de Energia S.A. , conforme NE 1.1.2, foram integralmente perdoados no dia 28 de dezembro de 2023; (ii) A Breitener Holding efetuará o repasse de R$ 225.000 referentes aos pagamentos das debêntures para controlada a Breitener Energética, além de R$ 2.092 relacionados à restituição de impostos pagos para a Receita federal e R$ 1.009 referente a pedido de reembolso para a Petrobras, relacionado aos gastos englobados no contrato de SPA. Com a Breitener Tambaqui, o repasse de R$ 12.344 é referente a restituição de impostos a serem pagos pela Petrobras, em função dos indébitos que estão contabilizados como impostos a recuperar e no valor de R$ 1.420 aos pedidos de reembolso à Petrobras com os gastos englobados no contrato de SPA. A Breitener Jaraqui tem a receber o montante de R$ 6.568 pela Breitener Holding os pedidos de reembolso à Petrobras com os gastos englobados no contrato de SPA, pagos pela Jaraqui.

12.2. Mapa de Movimentação dos mútuos

				Controladora
Ativo não circulante	Saldo em 2022	Mútuo	Perdão de dívida	Saldo em 2023
Portocem Geração de Energia S/A	45.500	90.535	(136.035)	–
Ceiba Desenvolvimento S/A	–	205	–	205
	45.500	**90.740**	**(136.035)**	**205**
Passivo não circulante	Saldo em 2022	Mútuo	Perdão de dívida	Saldo em 2023
Breitener Energética S/A	–	306	–	306
	–	**306**	**–**	**306**

					Consolidado
Ativo não circulante	Saldo em 2022	Mútuo	Juros	Perdão de dívida	Saldo em 2023
Portocem Geração de Energia S/A	45.500	166.900	3.308	(215.708)	–
Ceiba Desenvolvimento	–	205	–	–	205
Total	**45.500**	**167.105**	**3.308**	**(215.708)**	**205**

12.3. Remuneração da administração da Companhia: O plano de cargos e salários e de benefícios e vantagens vigente na Companhia e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas a seus empregados e dirigentes. Em 2023, a Companhia não estabeleceu valor global de remuneração, assim como em 2022, pois os administradores, membros da Diretoria da Companhia, recebem suas remunerações através de outras empresas do mesmo grupo econômico.

		2023 Conselho de Administração	2022 Conselho de Administração
Número de membros	Controlador Ceiba Energy FIP	3	3
Número de membros remunerados	–	–	–

Em 10 de novembro de 2021, a Breitener Energética S.A foi impactada por uma mudança societária devido a venda da totalidade de suas ações para a Breitener Holding e Participações S.A., alterando o quadro de conselheiros remunerados e não remunerados. Os conselheiros eleitos em renunciaram a suas respectivas remunerações pela participação no conselho de administração das empresas Breitener Tambaqui, Breitener Jaraqui e Breitener Energética, conforme declarado em cartas de renúncias datadas de 22.11.2023.

13. Contas a Pagar por aquisição

	Consolidado 2023	2022 Reapresentado	Controladora 2023	2022 Reapresentado
Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras	112.032	99.540	112.032	90.616
	112.032	**99.540**	**112.032**	**90.616**

O fluxo de vencimento do saldo a pagar (*earn-out*) pela aquisição da Breitener Energética S.A. em agosto de 2021 possuem correção pelo IGP-M em 2023 e 2024 nos montantes de R$ 42.000 mil e R$ 14.800 mil, respectivamente, à taxa livre de risco de 10% ao ano (baseada na NTN-B), ambos com vencimento em 15 de julho de 2025. Em 2023, o contas a pagar por aquisição é composto também pelos montantes da Jaraqui e Tambaqui, enquanto em 2021 a rubrica era composta por valores somente da Breitener Holding.

				Consolidado
	Saldo em 2022 Reapresentado	Provisão	Reversão	Saldo em 2023
Earn–out	40.522	–	–	40.522
Reprocessamento de impostos (i)	46.226	–	–	46.226
Reembolso CCC (ii)	8.924	–	–	8.924
Atualização de impostos (iii)	–	12.493	–	12.493
Restituição de IRPJ e CSLL 2021 (iv)	3.868	–	–	3.868
Total	**99.540**	**12.492**	–	**112.033**

(i) Valor inerente ao reconhecimento do passivo com a Petrobrás referente reprocessamento de impostos ocorridos em 2021 e que não constam no contrato de compra e venda (SPA), vide nota 1.1.1. (ii) Reembolsos recebidos em 2022 referentes valores de CCC de períodos anteriores e que não constam no contrato de compra e venda (SPA). (iii) Atualização do item (i). (iv) Restituições de impostos ocorridas em dezembro de 2022 a ser repassado para a Petrobrás

14. Debêntures

Debêntures	Natureza	Taxas	2023	2022
1ª e 2ª emissão	Não conversíveis em ações	CDI (i)	90.676	127.056
Total			–	**127.056**
Circulante			**90.676**	**82.984**
Não circulante			–	**44.072**

(i) A Companhia possui spread bancário em 31 de dezembro de 2023 de 3,5%, sendo o cálculo dos juros com base na taxa DI + 3,5%. Referem-se a emissão, através da Breitener Energética, de debêntures simples, nos termos da Instrução CVM 476, não conversíveis em ações, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado facultativo, quando a emissora se obriga a efetuar o pagamento do valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário, conforme aplicável, acrescido dos juros remuneratórios das debêntures, calculados pro rata temporis desde a data de subscrição e integralização ou da data de último pagamento dos juros remuneratórios, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela emissora, nos termos da escritura de emissão, em até três dias úteis a contar do recebimento da correspondência pela emissora. As debêntures deverão ser emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados representativos das debêntures. As debêntures são da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações. Os recursos captados foram utilizados para aquisição de 100% da participação acionária da Breitener Energética S.A. pela Breitener Holding Participações S.A. Sobre o valor nominal unitário ou sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures, conforme aplicável, incidirão juros remuneratórios equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interbancários ("DI") de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A, acrescida de uma sobretaxa de 4,00%, base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, considerando a possibilidade de redução de margem nos termos contratuais ("juros remuneratórios"). A primeira emissão de debentures foi realizada pela Breitener Holding e Participações S.A. em 09 de novembro de 2021, conforme a Instrução CVM nº 476, em série única, não conversíveis em ações, no valor de R$ 225.000, com vencimento em 09 de abril de 2024, tendo a Vórtx DTVM Ltda. como a Administradora das debêntures. O saldo do valor nominal unitário das debêntures deverá ser amortizado pela Emissora em parcelas consecutivas, sendo que a 1ª (primeira) foi paga no dia 09 de dezembro de 2021, ainda pela Breitener Holding. Em 05 de janeiro de 2023, em uma reunião de diretoria, a Breitener Holding deliberou sobre o reembolso por parte da subsidiária integral Breitener Energética S.A. de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única nos termos da Lei nº 6.385 e Instrução CVM nº 467. Assim, ficou deliberado que a Breitner Energética deveria restituir à Breitener Holding os recursos no valor total de R$18.044 a título de reembolso do pagamento das 02 (duas) primeiras parcelas de amortização das Debêntures em 09 de dezembro de 2021 e 09 de janeiro de 2022.

	2023	2022
Saldo inicial	**127.056**	–
Cessão	73.000	244.098
Juros incorridos	19.339	–
Juros pagos	(19.699)	(46.546)
Comissão por emissão de debêntures	905	–
Amortização	(109.925)	(70.496)
Total	90.676	127.056

A segunda emissão de debentures foi realizada pela Breitener Energética S.A. em 17 de maio de 2023, conforme a resolução CVM nº 160, em série única, não conversíveis em ações, no valor de R$ 73.000, com vencimento em 17 de dezembro de 2024, tendo a Vórtx DTVM Ltda. como a Administradora das debêntures. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas e requerimentos de covenants financeiros. Em 2023, a Breitener Energética possuía como cláusula restritiva das debêntures a serem vencidas o atingimento do "Índice mínimo de cobertura do serviço da dívida" - ICSD mínimo, de acordo com a escritura de emissão das debêntures. O ICSD mínimo de 1,30x (um inteiro e trinta centésimos), de acordo com (a) as demonstrações financeiras anuais consolidadas e auditadas da Emissora; ou (b) eventualmente, no caso da distribuição de dividendos intermediários (trimestral ou semestralmente), com base nas demonstrações financeiras interinas consolidadas auditadas da Emissora para os últimos 4 (quatro) trimestres consecutivos imediatamente anteriores encerrados, foi alcançado em 16 de maio, 15 de agosto e 16 de novembro de 2023.

15. Tributos e Passivos Contingentes

15.1. Tributos correntes

						Consolidado
Imposto de renda e contribuição social	2023	Ativo Circulante 2022 Reapresentado	2023	Ativo não circulante 2022 Reapresentado	2023	Passivo Circulante 2022
No país:						
Imposto de renda	42.311	40.006	51.799	49.793	33.388	41.814
Contribuição social	14.510	13.744	23.309	22.833	12.206	15.093
Total	**56.821**	**53.750**	**75.109**	**72.626**	**45.594**	**56.907**

						Consolidado
Demais impostos e contribuições	2023	Ativo Circulante 2022	2023	Ativo não circulante 2022	2023	Passivo Circulante 2022
No país:						
Impostos retidos na fonte	–	–	–	–	42	38
ICMS	418	418	–	–	8.277	7.229
PIS e COFINS (i)	–	2.437	34.033	30.985	567	3.514
PIS e COFINS Diferidos (ii)	7.202		–	13.183	–	–
PIS e COFINS - Exclusão do ICMS da base de cálculo (iii)	–	–	161.490	146.449	–	1
IOF	–	–	–	–	1.021	–
Outros impostos	136	–	–	–	312	–
Total	7.756	2.855	195.523	190.618	10.219	10.782

(i) Até setembro de 2019, em função da omissão da Lei 12.973/2014 quanto ao tratamento a ser dado às receitas financeiras sobre o arrendamento mercantil, a Companhia adicionava à sua base de cálculo de PIS e COFINS as referidas receitas. Com a publicação da IN RFB nº 1881/2019, que esclarece que não serão acrescidos à base de cálculo do PIS e da COFINS as receitas financeiras oriundas de arrendamento mercantil, a Companhia reprocessou a apuração destes impostos relativos ao período de julho de 2015 a abril de 2019. Em complemento, houve também o alargamento da base de PIS e COFINS, conforme decisão do Superior Tribunal de Justiça - STJ, que definiu o conceito de insumos utilizando os critérios da essencialidade ou relevância, considerando sua imprescindibilidade ou importância para o desenvolvimento da atividade econômica. Essas decisões resultaram em um crédito, o qual foi objeto de pedido de restituição junto à Secretaria da Receita Federal. (ii) Os valores decorrem, principalmente, do reconhecimento dos créditos tributários vinculados à revitalização das plantas industriais das subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui. (iii) Referiam-se ao PIS e COFINS decorrente de ganho de processo judicial relacionado à exclusão do ICMS da base de cálculo dessas contribuições.

		Controladora Ativo Circulante
Imposto de renda e contribuição social	2023	2022
No país:		
Imposto de renda	979	912
Contribuição social	160	144
Total	**1.139**	1.056

				Controladora
Demais impostos e contribuições	2023	Ativo circulante 2022	2023	Passivo Circulante 2022
No país:				
Impostos retidos na fonte	–	–	92	11
PIS e COFINS	41	126	–	38
IOF	–	–	195	–
Outros impostos	114	–	–	–
Total	155	126	287	49

A Companhia monitora periodicamente seus créditos de impostos, com o intuito de garantir a sua efetiva recuperabilidade, promovendo ajustes pontuais (baixas) quando não comprovada a sua recuperabilidade.

15.2. Programa de Regularização Fiscal - REFIS

				Consolidado
	Passivo circulante 2023	2022	Passivo não circulante 2023	2022
IRPJ	699	1.324	238	1.873
CSSL	738	737	366	1.025
PIS	263	263	132	555
COFINS	1.027	1.028	514	1.235
	2.727	**3.352**	**1.249**	**4.690**

Valores referentes ao parcelamento ordinário de débitos tributários solicitados pela subsidiária Breitener Jaraqui junto à Receita Federal do Brasil, de forma amigável e sem qualquer benefício financeiro. Os débitos tributários envolvidos, relacionados a pedidos de compensações não homologados pela Receita Federal, encontravam-se exigíveis em função do encerramento da defesa na esfera administrativa e ausência de provas complementares que pudessem suportar uma defesa no âmbito judicial. Em 31 de dezembro de 2023, a movimentação do REFIS é composto pelos seguintes valores:

	2022	Atualização monetária	Pagamento	2023
IRPJ	3.195	(520)	(1.738)	937
CSSL	1.758	222	(876)	1.104
PIS	818	(116)	(307)	395
COFINS	2.271	469	(1.199)	1.541
TOTAL	**8.042**	**55**	**(4.120)**	**3.977**
Passivo circulante	3.352			2.727
Passivo não circulante	4.690			1.249

15.3. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro: A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos registrados estão apresentados a seguir:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022 Reapresentado
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(102.098)	28.727
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	34.713	(9.767)
Equivalência patrimonial	–	–
Temporárias	(61.253)	(53.468)
Permanentes	(19.541)	35.920

	Consolidado 2023	Consolidado 2022 Reapresentado
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	8.643	12.628
Diferido	58.214	33.747
Imposto de renda e contribuição social	**20.777**	**(19.060)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	58.214	33.747
Imposto de renda e contribuição social correntes	(32.499)	(52.809)
Imposto de renda de exercícios anteriores	(4.940)	–
Total	**20.777**	**(19.060)**
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	(25.19%)	66.35%

As adições e exclusões temporárias referem-se aos ajustes dos livros fiscais para expurgar o impacto do IFRS 16, sendo esse o mais relevante ajuste temporário. A Companhia também efetua ajustes temporários para a provisão do PPP e PLR. As exclusões e adições permanentes são montantes relevantes de ajustes referentes à PCE e perdas judiciais. **15.4. Imposto de renda e contribuição social diferidos - não circulante: a) A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:**

	Arrendamento mercantil financeiro: Imobilizado	Contas a receber	Prejuízos fiscais	Outros	Consolidado Total
Em 1 de janeiro de 2022	17.811	(238.552)	35.106	4.043	(181.592)
Reconhecido no resultado do exercício	(2.862)	46.471	(8.702)	(3.931)	30.976
Em 31 de dezembro de 2022	14.949	(192.081)	26.404	112	(150.616)
Reconhecido no resultado do exercício	(7.316)	74.626	(9.096)	–	58.214
Em 31 de dezembro de 2023	7.634	(117.455)	17.308	112	(92.406)
Impostos diferidos ativos					17.308
Impostos diferidos passivos					(109.710)
Em 31 de dezembro de 2023					(92.406)

As SPEs constituíram crédito de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social diferidos, observando o limite a 30% do imposto de renda e contribuição social diferido passivo, tendo em vista o direito irrevogável de utilização desses créditos quando da realização dos impostos correntes. A Administração da Companhia monitora a geração de lucro nas operações e considera que os créditos e débitos fiscais diferidos serão realizados na proporção da realização das receitas e despesas, e da resolução final dos eventos futuros. **b) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos:** A Administração considera que os débitos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros. Em 31 de dezembro de 2023, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é a seguinte:

	Consolidado 2023 Ativos	Passivos
2024	18.638	(77.442)
2025	7.766	(32.268)
Total	**17.308**	**(109.710)**

Prática contábil: As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, compreendendo os impostos correntes e diferidos calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de IRPJ de 10% sobre o lucro tributável (lucro real) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável (lucro real) para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando-se a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável (lucro real) do exercício. **a) Imposto de renda e contribuição social correntes:** São calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro são avaliadas periodicamente, levando em consideração a probabilidade de aceitação pela autoridade fiscal. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** São geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, e mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no exercício quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam promulgadas ou substantivamente promulgadas ao final do período que está sendo reportado. O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade na mesma entidade tributável ou nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os passivos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

15.5. Passivo Contingentes

	IRPJ	CSLL	PIS	COFINS	Total (Consolidado)
Valor original	6.900	2.661	3.652	27.839	41.052
Atualização monetária acumulada até 31/12/2020	4.021	3.467	1.242	7.924	16.654
Saldo em 31/12/2020	10.921	6.128	4.894	35.763	57.706
ICMS BASE PIS E COFINS de janeiro a outubro/2021	–	–	11.906	54.847	66.753
Atualização monetária de janeiro a outubro/2021	(2.626)	(1.568)	12.839	59.484	68.129
Repasse para a Petrobras	–	–	(1.218)	(13.218)	(14.436)
Total em 31 de dezembro de 2023	**8.295**	**4.560**	**28.421**	**136.876**	**178.152**
Passivo circulante					**8.018**
Passivo não circulante					**170.134**

De acordo com o contrato de compra e venda entre Breitener Holding e Petrobras S.A, alguns ativos e passivos contingentes foram excluídos da negociação e o seu impacto deve ser mitigado pela restituição dos ganhos à Petrobras ou as perdas à Breitener Holding S.A. O principal ativo listado refere-se à exclusão do ICMS da base do cálculo do PIS e da COFINS representando aproximadamente 93% do saldo total. Este montante foi reconhecido pela Breitener Energética e suas empresas controladas como ativo uma vez que o processo foi julgado a favor das empresas. Desta forma, o valor recebido pela Tambaqui, Jaraqui e Energética, será repassado 15 dias após o ressarcimento da Receita Federal, para Petrobras através da Breitener Holding.

16. Patrimônio líquido

16.1. Capital Social: A Companhia foi constituída com capital social de R$ 1(mil reais), dividido em 1 mil ações, todas nominativas e sem valor nominal, subscritas pelo único acionista da Companhia, Ceiba Energy Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Conforme ata de assembleia em 27 de julho de 2021 a Ceiba Energy Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia aumentou o capital da Companhia no valor de R$ 122.000 (cento e vinte e dois milhões de reais). Em 31 de dezembro de 2022 e 2023, o capital subscrito e totalmente integralizado é de R$113.357, havendo a parcela de R$ 8.644 de capital a integralizar. A Companhia possui 122.001.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Acionista	Capital Social	N° de ações ordinárias	Participação
Ceiba Energy Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	122.001	122.001	100%
Total	**122.001**	**122.001**	**100%**

16.2. Reservas de lucros: Reserva legal: Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. **Retenção de Lucros:** É destinada à retenção de lucros líquidos das deliberações obrigatórias, conforme contrato pré-estabelecido na aquisição da Breitener Energética S.A, previamente aprovado em Assembleia Geral. **16.3. Dividendos e juros sobre capital próprio:** Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateado pelas ações em que se dividir o capital da Companhia. Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateado pelas ações em que se dividir o capital da Companhia. A proposta de dividendos registrada nas demonstrações financeiras da Companhia, a ser apreciada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, é assim demonstrada:

	2023	2022 Reapresentado
	(81.320)	9.667
Dividendos Mínimos obrigatórios	–	–
Total de dividendos e juros sobre capital próprio	–	–
Dividendos Mínimos obrigatórios (Original)	–	14.193
Reserva legal (Original)	–	2.988
Reserva de retenção de Lucro (Original)	–	42.580
Total da destinação do resultado (Original)	**(81.320)**	**69.582**

Prática contábil: A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JSCP) com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A parcela dos dividendos prevista no estatuto ou que represente o dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras. Qualquer excesso deve ser mantido no patrimônio líquido, na conta dividendo adicional proposto, até a deliberação definitiva a ser tomada pelos acionistas na AGO.

16.4. Resultado por ação

	2023	Consolidado e Controladora 2022 Reapresentado
Lucro (prejuízo) do exercício atribuível aos acionistas da Breitener Holding S.A.	(81.320)	9.667
Quantidade de ações	122.001	122.001
Lucro (prejuízo) do exercício básico e diluído por ação ordinária (R$ por ação)	(0,67)	0,08

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação.

17. Receita de serviços

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita bruta de serviços - O&M	104.173	118.165
ICMS	(21.104)	(17.701)
PIS	(1.331)	(1.365)
COFINS	(6.126)	(6.285)
Total de deduções da receita bruta	(28.561)	(25.351)
Total da receita líquida	**75.612**	**92.814**

Prática contábil: A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços, líquida dos descontos, impostos e encargos sobre a prestação de serviços. Custos e despesas por natureza

18. Custos e despesas por natureza

18.1. Custos dos produtos e serviços vendidos

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Materiais e combustíveis	(40.830)	(62.952)
Serviços, fretes, aluguéis e outros	(19.382)	(22.655)
Gastos com pessoal	(42.776)	(49.447)
Total de custos dos serviços prestados	**(102.988)**	**(135.055)**

18.2. Despesas gerais e administrativas

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Serviço de registro, certificação e inspeção (i)	(13.308)	(12.261)	2.904	(1.803)
Serviços Jurídicos	(1.349)	(2.606)	(281)	(428)
Depreciação e amortização	(329)	(101)	(329)	(101)
Gastos com pessoal	(11.252)	(9.898)	–	(22)
Prêmio por performance (ii)	–	(1.374)	–	–
Total de despesas	**(26.238)**	**(26.240)**	**2.994**	**(2.354)**

(i) Variação referente a baixa de contas a receber proveniente da época da gestão do antigo acionista majoritário; (ii) Em 2023, a Companhia corrigiu a contabilização do Prêmio por performance para a linha de custos operacionais.

19. Outras (despesas) receitas, líquidas

	Consolidado 2023	Consolidado 2022 Reapresentado	Controladora 2023	Controladora 2022 Reapresentado
Gastos vinculados à revitalização da planta industrial (i)	2.457	(24.266)	–	–
Reversão (constituição) de processos judiciais e administrativos (NE 1.1.5)	37.783	(37.117)	–	
Receita de locação terreno	3.132	2.199	–	–
Obrigações com P&D	(689)	(659)	–	–
Participação nos lucros e resultados	–	(1.374)	–	–
Reversão de PCLD	13.665	–	–	–
Amortização menos valia (ii)	70.969	105.953	70.699	105.953
Reprocessamento de impostos (ii)	–	(50.094)	–	–
Outras (iv)	(11.185)	(222)	–	(881)
Total de custos dos serviços prestados	**116.132**	**(5.580)**	**70.969**	**105.072**

(i) Em 2022 foram realizados gastos de aquisição de maquinário relacionado ao REVAMP, e no ano de 2023 além de não haver despesas relacionadas ao REVAMP, a Jaraqui ajustou as despesas referentes aos pagamentos efetuados do REFIS contra ativo de contas a receber com a Petrobras; (ii) Resultado líquido do valor reembolsado pela Petrobrás e da provisão constituída conforme NE .1.1.3. (iii) Valor a ser reembolsado para a Petrobrás conforme NE 1.1.3. (iv) A variação refere-se principalmente a baixas de contas a pagar da gestão da Petrobras.

20. Resultado financeiro

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Receitas financeiras				
Receita de juros sobre o arrendamento mercantil financeiro	44.911	110.573	–	–
Receita com recebíveis de ativos financeiros	13.038	10.637	45	2.820
Outras Receitas	3.315	19	–	–
	61.264	**121.229**	**45**	**2.820**
Despesas financeiras				
Juros s/ debêntures (NE 1.1.1)	(23.134)	(26.165)	–	–
Despesas financeiras	–	(193)	–	(193)
Perda por ajuste a valor justo	(208)	(684)	–	(684)
Perdão de dívida (NE 1.1.2)	(215.708)	–	(136.035)	
Outras despesas (i)	(2.600)	(2.576)	(77)	(84)
	(241.650)	**(29.618)**	**(136.112)**	**(961)**
Variações monetárias e cambiais, líquidas				
Atualização monetária sobre impostos a recuperar	22.263	16.529	70	10
Variação cambial sobre fornecedores	(165)	(167)	–	–
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	754	–	–	–
Atualização monetária sobre P&D	(1.496)	–	–	–
	21.356	**16.362**	**70**	**10**
Resultado financeiro	**159.030**	**107.973**	**(135.997)**	**1.869**

(i) Despesas de comissões bancárias relacionadas a gestão do financiamento por emissão de debentures.

21. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Valores pagos durante o exercício				
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte de terceiros		1.039		462

22. Processos judiciais e contingências

22.1. Processos judiciais provisionados: A Companhia constituiu provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. As principais ações se referem a: • Demandas trabalhistas, destacando-se reclamações trabalhistas nas quais as Breitener Tambaqui, Breitener Jaraqui e/ou Breitener Energética figuram como responsável subsidiária pelas obrigações não adimplidas pelas empresas contratadas para prestação de serviço terceirizado. Traz-se especial destaque à Execução Provisória nº 0000467-03.2023.5.11.0014, na qual resta incontroversa[1] a responsabilidade da Breitener Jaraqui por parte do crédito pleiteado na demanda. • Ações cíveis, especialmente (i) o Cumprimento de Sentença nº 0736999-09.2018.8.07.0001, relativo à condenação em honorários sucumbenciais das subsidiárias Breitener Jaraqui e Breitener Tambaqui em decorrência da improcedência da Ação nº 0026960-96.2015.8.07.0001 (nº antigo: 2015.01.1.089956-7), ajuizada visando impedir a aplicação de glosa pela Amazonas Distribuidora de penalidades por indisponibilidade desde o ano de 2015; (ii) os processos administrativos nº 48500.005530/2016-13 e 48500.005531/2016-50 nos quais discute-se a exigência de reembolso realizado supostamente a maior pela CCEE à Breitener Jaraqui e Breitener Tambaqui e onde se encontra monetizada a cobrança relativa ao consumo excessivo de combustível apurado no processo administrativo nº 48500.004046/2012-35. Os valores provisionados são os seguintes:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Processos trabalhistas	745	23	–	–
Processos cíveis	–	37.337		
Processos fiscais	–	1.168	–	–
Total	**745**	**38.528**	**–**	**–**
Passivo não circulante	745	38.528	–	–
Saldo inicial	38.528	1.418	–	–
Adição / (reversão), líquida	(36.776)	36.776	–	–
Atualização de juros	1.007	334	–	–
Saldo final	**745**	**38.528**	**–**	**–**

As reversões ocorridas no período findo em 31 de dezembro de 2023, referem-se à reversão por alteração de prognóstico de provável para possível em três processos administrativos[2] em curso perante a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), relativos à fiscalização do reembolso dos custos de geração nos Sistemas Isolados pela Conta de Consumo de Combustíveis ("CCC"), em conformidade com o previsto na Resolução Normativa ANEEL nº 427/2011, no período de 30/07/2009 a 30/04/2017. Na preparação das demonstrações financeiras de 2023, a Companhia considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade de desembolso financeiro. Dentre os valores estimados, é passível de reembolso pelo antigo acionista da Companhia, a Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras"), nos termos da Cláusula 10.9 (Contingências) do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças celebrado entre a Breitener Holding e Participações S.A., na qualidade de compradora, a Petrobras, na qualidade de vendedora, e a Companhia, na qualidade de interveniente-anuente, em 27 de agosto de 2022.

22.2. Depósitos judiciais: Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Ativo não circulante				
Fiscais	2.964	2.210	–	–
Total	**2.964**	**2.200**	**–**	**333**

22.3. Processos judiciais não provisionados

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos. Os passivos contingentes, acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2023, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Trabalhistas	1.106	3.685	–	56
Cíveis	108.562	124.366	–	–
Fiscais	34.363	32.306	162	12.368
Ambientais	7.335	6.263	15.907	–
Total	**151.366**	**166.620**	**16.069**	**12.424**

Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza cível, fiscal, ambiental e trabalhista, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível:

	2022	Estimativa 2023
Autor: União Federal		
1) Incidência de ICMS sobre transferência de imobilizado para o estado do Amazonas. Situação atual: A execução fiscal encontra-se suspensa, ante o deferimento de efeito suspensivo no processo de embargos à execução. Execução Fiscal nº 0014580-48.2015.4.01.3200, vinculada à Ação Anulatória nº 0009514-87.2015.4.01.320	2.841	12.209
2) Pedidos de compensação não homologados pela Receita Federal do Brasil , que alega a inexistência do crédito declarado. Contingência passiva possível relativa aos processos administrativos nº 10283.901691/2021-28, 10283.900858/2018-38, 10283.901711/2021-61, 10283.902799/2014-17, 10283.902801/2014-40, 10283.902802/2014-94, 10283.720943/2017-33, 10283.900859/2018-82 e 11080.737483/2018-11. Situação atual: Julgadas improcedentes as Manifestação de Inconformidade. Aguardando julgamento do Recurso Voluntário.	14.848	10.657
Autor: Estado do Amazonas		
Autor: Estado do Amazonas 3) Execução Fiscal nº 0802003-50.2013.8.04.0001 objetivando a cobrança de suposto débito de ICMS supostamente decorrente da entrada de mercadorias de outras unidades da federação sem o devido recolhimento do ICMS-Antecipado. Situação atual: Execução suspensa até o trânsito em julgado dos Embargos nº 0241799-97.2013.8.04.0001, onde foi proferida sentença de procedência para extinguir o referido débito tributário. Atualmente aguardamos o julgamento do recurso de apelação interposto pelo estado do Amazonas.	16.037	–
6) Processos diversos de natureza fiscal	637	9.440
Total dos processos de natureza fiscal	**34.363**	**32.306**

Descrição do processo de natureza ambiental	2023	Estimativa 2022
Autor: Secretaria Municipal Meio Ambiente de Manaus		
1) Descumprimento de natureza 018/2013 e prática de ação causadora de degradação ambiental em APP - Área de Preservação Permanente. Situação atual: Aguardando julgamento da defesa administrativa apresentada pela Companhia.	7.335	6.263
Total dos processos de natureza ambiental	**7.335**	**6.263**

Descrição dos processos de natureza trabalhista	2023	Estimativa 2022
Autor: Wellington Barreto de Oliveira		
1) Trata-se de pagamento de horas extras e adicional noturno. Situação atual: Apresentado agravo de instrumento em recurso de revista no Tribunal Superior do Trabalho. Aguardando julgamento.	771	3.232
Autor: Outros		
1) Processos diversos de natureza trabalhista	335	453
Total dos processos de natureza trabalhista	**1.106**	**3.685**

Descrição do processo de natureza cível	2023	Estimativa 2022
Autor: ANEEL		
Refere-se ao processo administrativo de fiscalização da ANEEL ao consumo e gestão dos estoques de combustíveis nas usinas beneficiárias da CCC-ISOL (Conta de Consumo de Combustíveis nos Sistemas Isolados). -Situação atual: Aguardando avaliação pela ANEEL.	105.018	109.857
Autor: União Federal		
1) Trata-se de ação ordinária, através da qual a Breitener pretende a declaração de nulidade dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPJE nº 03/2013. Situação atual: Pendente de análise da defesa administrativa.	–	11.538
2) Processos diversos de natureza cível.	3.544	2.971
Total dos processos de natureza cível	**108.562**	**124.366**

22.4. Contingências Ativas

22.4.1. Acordo judicial com a Amazonas Energia S.A - AmE e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras: As subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui, assinaram acordo judicial com a AmE e Eletrobras, conforme mencionado na nota explicativa 1.1.2. Os valores acordados entre as partes, no montante de R$ 436.025, foram calculados de acordo com os parâmetros de atualização monetária e juros estabelecidos nas decisões judiciais proferidas em cada ação judicial. Com a assinatura do acordo judicial com a Amazonas Energia S.A e Eletrobras, as subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui, resolvem os pleitos judiciais relacionados aos processos mencionados abaixo, todavia estes não serão extintos enquanto não cumpridas e satisfeitas integralmente as parcelas e demais obrigações atinentes ao contrato. No ano de 2023 a Companhia manteve o monitoramento do adimplemento dos acordos firmado em juízo, não havendo alterações relevantes sobre este tópico até o momento. Os processos mencionados a seguir encontram-se suspensos desde a homologação judicial do mencionado acordo e assim permanecerão até o adimplemento total da transação. **a) Reembolso Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis dos Sistemas Isolados - CCC-ISOL - Ação de Cobrança nº 0055069-28.2012.8.07.0001:** Ação de cobrança em face da Amazonas Energia e da Eletrobras, com o objetivo: (i) quanto às faturas futuras, reconhecer o direito de receber durante toda a execução dos contratos de suprimento de energia, o pagamento pela energia fornecida referente ao combustível com base no valor efetivamente reembolsado pela CCC/ISOL, determinando que a Amazonas Energia revisite e corrija as diferenças da CCC/ISOL presumida e efetiva, bem como determinar que a metodologia contratual seja aplicada também ao consumo de Gás Natural para produção da energia elétrica contratada; e (ii) quanto às faturas pretéritas, determinar que sejam pagas as diferenças de faturamento decorrentes da utilização da metodologia equivocada e ilegalidades utilizadas para cálculo do pagamento pela energia fornecida referente ao combustível, sem prejuízo das sobrevierem no curso da ação, acrescidos de juros de mora e correção monetária. Houve sentença favorável às subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui, e antes do acordo judicial aguardava-se julgamento no Superior Tribunal de Justiça. No ano de 2023 a Companhia manteve o monitoramento do adimplemento do acordo firmado em juízo, não havendo alterações relevantes sobre este tópico até o momento. **b) Encargos Moratórios - Ação Declaratória nº 0027135-95.2012.8.07.0001, 0059523-56.2009.8.07.0001 e 0027136-80.2012.8.07.0001:** A subsidiária Breitener Jaraqui ajuizou ação declaratória cumulada com condenatória em face da Amazonas Energia e Eletrobras, por meio da qual pretendia o recebimento de encargos relativos a juros de mora e correção monetária referente ao atraso das faturas relativas ao contrato de fornecimento de energia, celebrado entre as partes, bem como das faturas inadimplidas, com a inclusão dos encargos legais, a partir de janeiro de 2009. Posteriormente, a subsidiária Breitener Tambaqui ingressou com uma nova ação de cobrança pelo mesmo motivo acima, para as faturas relativas ao período de abril de 2006 a dezembro de 2008. Em outubro de 2020, após ação transitada em julgado pelo Superior Tribunal Federal, com decisão favorável à Companhia, houve início do cumprimento da sentença para o pagamento de encargos sobre as faturas pagas em atraso relativas ao período de julho de 2009 a dezembro de 2018, atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC e juros de mora, não cabendo mais a possibilidade de recurso à Amazonas Energia. Após iniciada a fase de execução da sentença, as partes apresentaram petição conjunta para suspensão do prazo de execução, objetivando celebrar acordo para parcelamento da dívida. A subsidiária Breitener Tambaqui também

ajuizou ação de cobrança pleiteando encargos moratórios referente a atraso das faturas vencidas no período de 2009 a 2012. No entanto, em agosto de 2017, foi celebrado acordo extrajudicial que prevê a quitação deste processo judicial, no montante de R$ 106.749, em 24 parcelas, e os pagamentos das parcelas, na forma de adiantamentos, foram iniciados em agosto de 2017. No entanto, a arrendatária decidiu não quitar as três últimas parcelas residuais, em função da queda da liminar que garantia o recebimento da totalidade do faturamento da energia contratada. As parcelas inadimplidas do acordo extrajudicial, foram incluídos no acordo judicial celebrado em abril de 2022. No ano de 2023 a Companhia manteve o monitoramento do adimplemento do acordo firmado em juízo, não havendo alterações relevantes sobre este tópico até o momento. **c) Penalidades - Ação de Cobrança nº 0714179-59.2019.8.07.0001:** Em 2015, as subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui ajuizaram ação visando a cobrança das parcelas em aberto relativas ao preço do combustível referente à energia fornecida bem como a suspensão da aplicação de penalidade em razão de indisponibilidade de potência, a fim de garantir a totalidade do faturamento da energia contratada. Para esse processo judicial, houve sentença favorável as SPEs (vide item "d"). Em 2019, após a queda da liminar, as subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui ingressaram com ação anulatória que busca declarar a ilegalidade de glosas realizadas pela Amazonas Distribuidora relativas às notas de outubro e novembro de 2018 (Ação nº 0714179-59.2019.8.07.0001), decorrentes de penalidade por indisponibilidade de potência. A ação foi julgada improcedente, reconhecendo a legalidade da penalidade aplicada e, consequentemente, das glosas, condenando as SPEs ao pagamento das custas e honorários advocatícios. Essa ação judicial não estava transitada e julgada até o acordo. Ressalta-se que, para fins do acordo judicial, as faturas glosadas na aplicação da penalidade foram consideradas em sua totalidade, de forma a equalizar os valores devidos por todas as partes. No ano de 2023 a Companhia manteve o monitoramento do adimplemento do acordo firmado em juízo, não havendo alterações relevantes sobre este tópico até o momento. **d) Divergência nos valores de potência contratada - Ação de cobrança nº 0722541-84.2018.8.07.0001:** Ação de cobrança referente a faturamentos a menor da potência contratada entre novembro de 2016 e março de 2017 em razão de aditivo contratual firmado entre as partes, no âmbito de contrato de suprimento de energia celebrado na modalidade Produtor Independente de Energia - PIE. Essa ação foi julgada parcialmente procedente, condenando as rés ao pagamento das diferenças apuradas no faturamento de suprimento do período de dezembro de 2016 a março de 2017. As partes interpuseram recurso especial, e até a data do acordo aguardava-se o julgamento do Superior Tribunal da Justiça. No ano de 2023 a Companhia manteve o monitoramento do adimplemento do acordo firmado em juízo, não havendo alterações relevantes sobre este tópico até o momento. **22.4.2. Amazonas Geração e Transmissão de Energia - AmE-GT e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras: a) Penalidades - Ação de Cobrança nº 0739539-93.2019.8.07.0001:** Em dezembro de 2019 as subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui ingressaram ação judicial contra a AmE-GT, por entender ser improcedente as glosas realizadas relativas as notas faturadas no período de dezembro de 2018 a novembro de 2019, devido a incapacidade de entregarem a totalidade da energia prevista no contrato (60MW mês), em função da queda da liminar que garantia o recebimento da totalidade do faturamento da energia contratada. Em 21 de março de 2023 foi arquivado o processo definitivamente, com a sentença julgada como improcedente, reconhecendo a legalidade das glosas. O transitado em julgado ocorreu em 09 de fevereiro de 2023. A ação judicial contra a AmE-GT não foi contemplada no acordo judicial com a Amazonas Energia S.A - AmE - e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras. Conforme divulgado na nota explicativa n.º 1, o controle da Amazonas Energia S.A - AmE foi transferido para iniciativa privada e os contratos de fornecimentos de energia foram cedidos à Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. (AmE-GT), pertencente ao grupo Eletrobras, em dezembro de 2018. Nesse contexto, o acordo judicial celebrado entre as subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui e a AmE / Eletrobras, conforme nota explicativa n.º 1.1.2, se limitou às operações durante o período que a AmE pertencia ao grupo Eletrobras. No ano de 2023 a Companhia manteve o monitoramento do adimplemento do acordo firmado em juízo, não havendo alterações relevantes sobre este tópico até o momento. **22.4.3. SUFRAMA - Repetição de Indébito 1003600-54.2017.4.01.3200:** Em 2017 as subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui ajuizaram a Ação nº 1003600-54.2017.4.01.3200 visando a restituição dos valores pagos pela Taxa de Serviços Administrativos - TSA na Zona Franca de Manaus a partir de 2012. Houve o trânsito em julgado da procedência da ação, de forma que atualmente aguardamos a expedição dos precatórios em favor das subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui. **22.4.4. União Federal: a) Mandado de Segurança ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS - 0007251-29.2008.4.01.3200:** Em 2008 as subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui impetraram o Mandado de Segurança nº 0007251-29.2008.4.01.3200, com o objetivo de afastar a inclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS, bem como obter o direito à restituição dos valores indevidamente recolhidos. Com o trânsito em julgado favorável da referida ação restou constituído o direito à restituição dos valores indevidamente recolhidos, o que ocorrerá via precatório a ser expedido nos autos do referido Mandado de Segurança, cujo crédito, nos termos da cláusula 10.9.8 do CCVA[3] deverá ser cedido à Petrobrás (Vendedora) nos autos do próprio processo judicial, de forma que o montante do crédito não ingressará nos caixas da Breitener. Processo encerrado e atualmente em fase de cumprimento de sentença. No ano de 2023 aguarda-se a expedição do precatório em favor da Companhia **b) Ação Judicial redução da base de cálculo da contribuição patronal[4]:** As subsidiárias Breitener Tambaqui, Breitener Jaraqui e Breitener Energética ajuizaram ações com o objetivo de deduzir da base de cálculo da contribuição previdenciária patronal as rubricas relativas ao adicional de terço de férias, aviso prévio indenizado, 15 (quinze) primeiros dias de afastamento do empregado por motivo de doença ou acidente de trabalho, gratificação de 2/3 de férias firmada em acordo coletivo, horas extras e adicional de horas extras. Considerando a jurisprudência dominante, a respeito da chance de sucesso da demanda quanto à restituição dos valores pagos a maior pela Companhia, considera-se: (i) provável para a rubrica relativa aos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento do empregado por motivo de doença ou acidente de trabalho; (ii) possível para a gratificação de 2/3 de férias firmada em acordo coletivo e (iii) remoto para adicional de terço de férias , aviso prévio indenizado, horas extras e adicional de horas extras. Processo suspenso até julgamento do Tema pelo Superior Tribunal de Justiça. **c) Repetição de Indébito 1004425-27.2019.4.01.3200:** Em 2019 a subsidiária Breitener Energética ajuizou a Ação nº 1004425-27.2019.4.01.3200 visando a restituição dos valores pagos a maior à título de IRPJ e CSLL, decorrentes de saldo negativo apurado no ano-calendário de 2013. O caso encontra-se atualmente em fase de provas, aguardando o início da produção de prova pericial contábil, sendo possível a chance de êxito da demanda. **d) Pedidos de Restituição (PER) não homologados pela RFB[5]:** Processos judiciais e administrativos nos quais discute-se a não homologação de pedidos de restituições pela Receita Federal do Brasil (RFB), aos quais atribui-se prognóstico de ativo possível, tendo em vista a pendência de proferimento de decisão final nos processos administrativos e judiciais. Aguarda-se a apreciação dos pedidos de restituição pela Receita Federal do Brasil. **e) Repetição de indébito IRPJ 2019 - 0011531-96.2015.4.01.3200:** Em 2015 a subsidiária Breitener Tambaqui ajuizou a Ação nº 0011531-96.2015.4.01.3200 visando a restituição dos valores pagos a maior à título de IRPJ e CSLL, decorrentes de saldo negativo de IRPJ apurado no ano-calendário de 2009. O caso encontra-se atualmente em fase de provas, aguardando o início da produção de prova pericial contábil, sendo possível a chance de êxito da demanda. **f) Repetição de indébito PIS e COFINS julho e agosto de 2015 - 1010783-71.2020.4.01.3200:** Em 2020 a subsidiária Breitener Tambaqui ajuizou a Ação nº 1010783-71.2020.4.01.3200 visando a restituição dos valores pagos em duplicidade a título de PIS e COFINS nas competências de julho e agosto de 2015. O caso encontra-se atualmente em fase de provas, aguardando o início da produção de prova pericial contábil, sendo possível a chance de êxito da demanda. **g) Limitação da base de cálculo de contribuição de terceiro a 20 salários-mínimos - 1042676-75.2023.4.01.3200:** Em 2023 as subsidiárias Breitener Tambaqui, Breitener Jaraqui e Breitener Energética impetraram Mandado de Segurança visando a limitação da base de cálculo da contribuição de terceiros a 20 salários-mínimos por CNPJ, bem como a restituição dos valores pagos a este título a partir da competência de outubro de 2018. O caso encontra-se atualmente aguardando a apreciação do pedido liminar, sendo possível a chance de êxito da demanda tendo em vista a pendência de decisão definitiva sobre o assunto pelo Superior Tribunal de Justiça (Tema 1.079/STJ). **22.4.5. Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL): a) Ilegalidade da limitação de reembolso dos custos com combustível ao preço de referência da ANP - 0016572-94.2013.4.01.3400:** Em 2013 foi ajuizada ação pelas subsidiárias Breitener Jaraqui e Breitener Tambaqui visando o visando o reembolso da CCC à luz do que determinava a Lei nº 8.631/93 e os Decretos nº 774/93 e 7246/10, sem as limitações impostas pelas Resoluções da ANEEL ao preço de referência divulgado pela ANP ou qualquer outro ato normativo superveniente. Foi proferida sentença julgado procedente a ação, porém, foi concedido efeito suspensivo à ANEEL, de forma que segue vigente a limitação do reembolso praticado ao preço de referência do combustível, divulgado pela ANP. Atualmente aguardamos o julgamento do referido recurso de apelação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. **b) Ilegalidade da limitação de reembolso dos custos com combustível ao preço de referência da ANP - 0016572-94.2013.4.01.3400:** Em 2013 foi ajuizada ação pelas subsidiárias Breitener Jaraqui e Breitener Tambaqui visando o visando o reembolso da CCC à luz do que determinava a Lei nº 8.631/93 e os Decretos nº 774/93 e 7246/10, sem as limitações impostas pelas Resoluções da ANEEL ao preço de referência divulgado pela ANP ou qualquer outro ato normativo superveniente. Foi proferida sentença julgado procedente a ação, porém, foi concedido efeito suspensivo à ANEEL, de forma que segue vigente a limitação do reembolso praticado ao preço de referência do combustível, divulgado pela ANP. Atualmente aguardamos o julgamento do referido recurso de apelação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. **c) Reembolso da despesa com pagamento de ICMS - 0019637-10.2007.4.01.3400:** Em 2007 foi impetrado Mandado de Segurança pelas subsidiárias Breitener Jaraqui e Breitener Tambaqui visando o reembolso relativo ao ICMS pago na aquisição de combustível, promovidos por intermédio das CCC's, tal como se procedia anteriormente à Resolução Homologatória nº 432/07. Atualmente, aguarda-se o julgamento dos recursos de Apelação de ambas as partes. **22.4.6. Fazenda Pública do Estado do Amazonas: a) Afastamento da retenção de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS das receitas advindas dos contratos de suprimento de energia - Mandados de Segurança nº 0002168-66.2007.4.01.3200 e 0002169-51.2007.4.01.3200:** Em 2007 foram impetrados os Mandados de Segurança nº 0002168-66.2007.4.01.3200 e 0002169-51.2007.4.01.3200, pelas subsidiárias Breitener Jaraqui e Breitener Tambaqui, respectivamente, visando o afastamento da retenção de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS das receitas advindas de seus respectivos contratos de suprimento de energia. Atualmente se encontram vigentes decisões judiciais que determinaram a redução da retenção para 5,85%, sendo que em ambos os casos aguardamos o proferimento de decisão definitiva acerca do tema. **Prática contábil:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Passivos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. A metodologia adotada para mensuração das provisões está descrita na nota explicativa 4.1. Os ativos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja tida como praticamente certa, o ativo relacionado não é um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

23. Gerenciamento de riscos e investimentos financeiros

É de responsabilidade da área financeira da companhia planejar a gestão do caixa de curto e longo prazo, otimizar os recursos financeiros visando maior ganho e menor risco. É necessário o acompanhamento regular dos indicadores de mercado para que seja sugerida a melhor estratégia de aplicação dos recursos. As aplicações devem ser realizadas com a liquidez necessária para honrar os pagamentos previstos pelo fluxo de caixa. Devem ser permitidas somente aplicações financeiras em Renda Fixa, priorizando títulos públicos federais que acompanhem direta ou indiretamente, a variação das taxas de juros diárias praticadas no mercado de certificado de depósito interbancário (CDI) ou a média da taxa básica diária de juros de mercado (SELIC), com liquidez e para títulos e certificados emitidos por instituições financeiras ou empresas privadas. **23.1. Instrumentos financeiros:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. Durante os exercícios de 2023 e 2022 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da Companhia. **Ativos e passivos financeiros:** Todas as operações com instrumentos financeiros ativos e passivos, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e estão demonstradas em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

		Consolidado			Controladora	
	Mensuração	2023	2022	Mensuração	2023	2022
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	85.287	112.546	Custo amortizado	1.404	1.497
Contas a receber, líquidas	Custo amortizado	98.810	291.135	Custo amortizado	–	–
		184.097	**403.681**		**1.404**	**1.497**
Não circulante						
Partes relacionadas	Custo amortizado	205	45.500	Custo amortizado	205	45.500
Contas a receber, líquidas	Custo amortizado	146.164	120.124	Custo amortizado	12.397	9.054
Depósitos judiciais	Custo amortizado	2.964	2.210	Custo amortizado	–	–
		149.333	**167.834**		**12.602**	**54.554**
		333.430	**571.515**		**14.006**	**56.051**
		Consolidado			Controladora	
	Mensuração	2023	2022 Reapresentado	Mensuração	2023	2022 Reapresentado
Passivo						
Circulante						
Debêntures	Custo amortizado	90.676	82.984	Custo amortizado	–	–
Fornecedores	Custo amortizado	7.328	18.309	Custo amortizado	27	269
Outras contas a pagar	Custo amortizado	573	638	Custo amortizado	218	217
		98.577	**101.931**		**245**	**486**
Não circulante						
Debêntures	Custo amortizado	–	44.072	Custo amortizado	–	–
Contas a pagar de aquisição	Custo amortizado	114.117	99.540	Custo amortizado	99.540	40.522
Passivo contingente	Custo amortizado	170.134	178.152	Custo amortizado	–	–
Outras contas a pagar	Custo amortizado	623	891	Custo amortizado	621	621
		284.874	**322.655**		**100.161**	**41.143**
		383.451	**424.589**		**100.407**	**41.629**

23.2. Mensuração dos instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado. O valor justo desses instrumentos financeiros é equivalente aos seus valores contábeis. **23.3. Gerenciamento de riscos:** A gestão da Companhia e de suas controladas são realizadas por seus diretores, segue uma política que visa contribuir para um balanço adequado entre seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas. As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos: **23.3.1. Risco cambial:** No que se refere ao gerenciamento dos riscos cambiais que busca identificá-los e tratá-los de forma integrada, visando garantir alocação eficiente dos recursos destinados à proteção patrimonial. O risco cambial decorre da possibilidade de oscilações de taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para a aquisição de equipamentos ou serviços e a contratação de instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas avaliam permanentemente essas oscilações, procurando renegociar suas dívidas na medida em que essas impactam significativamente seus fluxos financeiros. **23.3.2. Risco de taxa de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas relativas às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente ao contrato de fornecimento de energia, o qual tem suas parcelas corrigidas pela variação do Índice Geral de Preços ao Mercado - IGP-M e às aplicações financeiras atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). **23.3.2.1. Risco de taxa de juros:** A Breitener efetuou a análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros expostos à variação de taxas de juros e indicadores financeiros, levando em consideração a exposição líquida destes instrumentos financeiros, mantidos em 31 de dezembro de 2023. A Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2023, a taxa IGP-M será de 4,07% e a taxa Selic será de 9,00%. Essa estimativa é baseada no relatório Focus no Banco Central do Brasil de 02 de janeiro de 2024. A análise efetuada pela Companhia demonstra a sensibilidade a eventuais possíveis na taxa de juros, após o efeito advindo de uma baixa na taxa de juros de 25% e 50% em relação ao cenário provável. As taxas utilizadas na análise de sensibilidade e seus respectivos cenários, com efeitos de 25% e 50%, são demonstrados a seguir os aumentos em R$ mil:

Consolidado

Operação	Juros	Componente	Cenário provável	Cenário 1	Cenário 2
Arrendamento (ativo)	IGP-M	–	4,07%	3,05%	2,04%
Debêntures (passivo)	Selic	CDI	9,00%	6,75%	4,50%
Aplicação financeira	Selic	CDI	9,00%	6,75%	4,50%

Consolidado

Operação	Taxa	Ativo	Passivo	Exposição líquida	Cenário Provável*	Cenário 1	Cenário 2
Arrendamento (ativo)	IGP-M	– 383.125		– 383.125	15.593	11.685	7.815
Debêntures (passivo)	Selic CDI		– 90.676	90.676	8.161	6.121	4.080
Aplicação financeira	Selic CDI	85.287	–	85.287	7.676	5.757	3.838

(*) A análise de sensibilidade é baseada nas projeções das taxas conforme relatório Focus do Banco Central do Brasil de 02 de janeiro de 2024. **23.3.3. Risco de crédito:** A Companhia está expostas ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, equivalentes de caixa e recebíveis de ativos financeiros. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis de ativos financeiros, e demais contas a receber em 31 de dezembro de 2023 e 2022. A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa, equivalentes de caixa e investimentos em recebíveis de ativos financeiros são reduzidos em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas da Companhia e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez. **23.3.4. Risco de Liquidez:** É o risco de a Companhia não dispõem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área financeira, visando assegurar que exista caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. **23.4. Seguros:** Para proteção de seu patrimônio, a Companhia transfere, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da Companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais. As premissas de riscos adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes. Em 09 de novembro de 2023, a Breitener Energética celebrou contrato de seguro de riscos operacionais com a Starr International Brasil Seguradora S.A, tendo suas controladas, Breitener Jaraqui e Breitener Tambaqui, como sua cossegurada, onde ficou estabelecida a garantia de indenização e ou reembolso de despesas incorridas até o limite contratado, em decorrência da realização dos riscos cobertos, desde que ocorram em território nacional e durante o período de vigência da apólice, até o valor fixado na apólice. O período de vigência do seguro é compreendido entre 09 de novembro de 2023 até 09 de novembro de 2024, com limite máximo de garantia até o valor de R$ 200.000. O prêmio do seguro é de R$ 2.770, além de IOF de R$ 204, dos quais serão pagos nos primeiros meses de 2024, através das suas controladas. Em 09 de novembro de 2023, a controladora Energética celebrou um novo contrato de seguro de responsabilidade civil para as controladas Breitener Jaraqui e Breitener Tambaqui e as coligadas Breitener Holding e Ceiba Desenvolvimento, com a Axa Seguros S.A. O prêmio do contrato é de R$ 132, a ser quitado em 2 parcelas iguais de R$ 66, com vencimento em janeiro e março de 2024 no dia 15 e será pago através das controladas Tambaqui e Jaraqui. O limite máximo da garantia da apólice é de R$ 50.000. Em 09 de novembro de 2023, a Breitener Energética celebrou um novo contrato de seguro D&O para as controladas Breitener Jaraqui e Breitener Tambaqui e as coligadas Breitener Holding, Portocem Geração de Energia e Ceiba Desenvolvimento, com a Zurich Seguros. O prêmio do contrato é de R$ 41 com vencimento para janeiro e fevereiro de 2024. O limite máximo da apólice é de R$ 15.000. O contrato garante indenizações ou reembolsos ao segurado, até o limite máximo da importância segurada, relativas a reparações por danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, durante a vigência da apólice, em todos os locais estabelecidos pelo segurado. O período de vigência do contrato é de 09 de novembro de 2023 até 09 de novembro de 2024.

24. Combinação de negócios

Em 9 de novembro de 2021, foi concluída a compra, pela Breitener Holding e Participações S.A., de 100% do capital social da Breitener Energética S.A., conforme documento "Certificado de Fechamento" assinado entre as partes que esclarece que as condições suspensivas foram cumpridas, principalmente quanto a: necessidade de avaliação e aprovação do CADE, não exercício de preferência pelos acionistas minoritários e obtenção de financiamento do preço de aquisição. Também nesta data foram praticados os seguintes atos: devolução da garantia financeira fornecida pela compradora, transferência da totalidade das ações à compradora, rescisão do contrato de compartilhamento de custos entre a Companhia e a vendedora, dentre outros. **Contraprestação transferida:** A contraprestação transferida de R$ 304.901 foi composta da seguinte forma:

Em milhares de Reais	31/08/2021 (Reapresentado)
Parcela do principal (i)	264.336
Earn - out (ii)	39.944
Venda de motores (iii)	621
Total da contraprestação transferida	**304.901**

i) Preço base de aquisição definido em agosto de 2021 ajustado pela correção definida em contrato e descontado o Leakage Petrobras (LP). ii) Valor presente do earn-out relacionado com a correção do contrato pelo IGP-M em 2023 e 2024 nos montantes de R$ 42.000 mil e R$ 14.800 mil, respectivamente, à taxa livre de risco de 10% ao ano (baseada na NTN-B), ambos com vencimento em 15 de julho de 2025. iii) Venda de motores (restituição do valor de 90% à Petrobras) -13 motores Jenbacher. **Ativos adquiridos e passivos assumidos:** A tabela abaixo resume o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data base de 31 de outubro de 2021:

Em milhares de Reais	31/10/2021 (Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	93.129
Clientes	287.949
Estoques	124.315
Impostos a recuperar	297.143
Outros créditos	663
Clientes - acordo judicial	22.043
Impostos diferidos	25.270
Depósitos judiciais	2.081
Imobilizado	8.291
Repasses à Petrobras	(192.588)
Fornecedores de serviços	(42.328)
Obrigações trabalhistas	(5.858)
Obrigações tributárias	(104.934)
Outras contas a pagar	(8.788)
Dividendos a pagar	(6.436)
Empréstimos e financiamentos	(220)
Impostos e contribuições sociais diferidos	(185.192)
Provisões e contingências	(10.279)
Total dos ativos identificáveis, líquido	**304.261**

Mensuração de valor justo: As principais premissas no cálculo do valor justo do Contas a Receber de Arrendamento são: (i) Taxa de desconto nominal de 13,3%; As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Ativos adquiridos	Técnica de avaliação
Contas a Receber de Arrendamento	O contas a receber representa, substancialmente, o reconhecimento do arrendamento mercantil em virtude da entrega dos ativos e passivos ao final do contrato à Amazonas Energia S.A. Para o cálculo inicial considerou-se o faturamento relacionado com a obrigação de performance de disponibilidade de potência a valor presente por taxa de desconto intrínseca que equilibra o valor do ativo imobilizado líquido na data do reconhecimento inicial. O valor justo do contas a receber considera o reequilíbrio entre as obrigações de performance, ajustando o déficit da geração de receita (O&M).

Valor bruto do contas a receber de arrendamento, considerando o total dos montantes a receber até o final da vigência dos contratos é de R$ 787.411. Em 2022 a amortização da menos valia foi realizada no valor de R$ 105.953, sendo R$ 12.947 em 2021, vide nota explicativa 19 - Outras (despesas) receitas, líquidas., referente ao "PPA" Purchase price allocation de 2021. O valor reduz o montante a receber referente ao ativo de arrendamento.

Ágio

Em milhares de Reais	31/10/2021 (Reapresentado)
Contraprestação transferida	304.901
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis	(304.261)
Parcela não alocada (goodwill)	**640**

O ágio é atribuído principalmente ao contrato, que prevê a geração de energia e disponibilidade de potência das empresas operacionais Breitener Energética S.A que possuem com a Amazonas Energia. S.A, e que são controladas pela Breitener Holding e Participações S.A.

Diretoria Executiva

Paulo Alexandre Macedo de Almeida – Diretor Presidente
Paula Barcellos Loureiro – Diretora Jurídico

Conselho de Administração

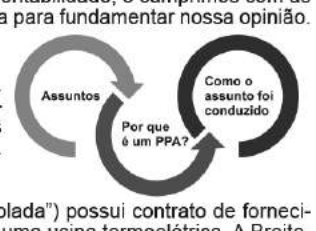
Ramon Andres Lafee Espinoza – Conselheiro
Javier Antonio Marrero Castells – Conselheiro
Emilio Alberto Vicens – Conselheiro

Contador

Romualdo de Freitas
Contador - CRC-AM 016541/O AM

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Breitener Holding e Participações S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Breitener Holding e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Breitener Holding e Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Breitener Holding e Participações S.A. e da Breitener Holding e Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards* Board - IASB (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais Assuntos de Auditoria: Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA: Arrendamento (Notas 1, 4.5 e 6): A controlada Breitener Energética S.A. ("Breitener Energética" ou "controlada") possui contrato de fornecimento de energia com a Eletronorte S.A. que contém um arrendamento financeiro, onde a controlada atua como arrendadora de uma usina termoelétrica. A Breitener Energética é responsável pela operação e manutenção da usina de energia. O contrato prevê, ao seu término, a transferência de propriedade ou controle do ativo ao arrendatário, sendo os bens revertidos para a Eletronorte S.A. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo referente ao contas a receber de arredamento é de R$ 383.125 mil. Em razão dos julgamentos exercidos na classificação do arrendamento e na mensuração da contraprestação dos valores de arrendamento, bem como o cálculo do ajuste a valor presente destas contraprestações referente ao contrato de arrendamento, que podem impactar o valor das receitas de juros do arrendamento e contas a receber, o tema foi considerado como o principal assunto de auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação dos contratos de arrendamentos. Também efetuamos leitura do contrato de fornecimento de energia, que contém o arrendamento, e avaliamos sua classificação como arrendamento financeiro face à transferência do ativo ao cliente. Testamos a exatidão matemática do cálculo dos juros e da atualização monetária no exercício e verificamos o efetivo recebimento das parcelas do contrato durante o exercício. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas na determinação do valor dos arrendamentos a receber, bem como sua apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS") e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional

e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de janeiro, 18 de abril de 2024

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/F-5
Patricio Marques Roche Contador CRC 1RJ081115/O-4

ARCOVERDE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ/MF Nº 28.008.887/0001-83 - NIRE 33.3.0033453-0
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: Em 15 de abril de 2024, às 08:00 horas, na sede da Arcoverde Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA**: Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença de todos os Conselheiros de Administração da Companhia. **COMPOSIÇÃO DA MESA**: Assumiu a presidência o Sr. Rodrigo Costa Rocha, que convidou a Sra. Cynthia Sisconetto Lemos para secretariar os trabalhos. **ORDEM DO DIA**: Deliberar sobre a reeleição dos membros da Diretoria da Companhia. **DELIBERAÇÕES**: Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, após debates e discussões, os Membros do Conselheiro de Administração da Companhia aprovaram a reeleição das seguintes pessoas para compor a Diretoria da Companhia: Sr. **Vagner Alexandre Serratto**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 5.347.493-4, expedida pelo SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 997.036.459-68, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908 e Sra. **Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca**, brasileira, casada, economista, portadora da carteira de identidade nº 09.712.232-9, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF/ME sob o nº 025.141.547-31, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. Os Diretores ora eleitos terão **mandato até 02 de maio de 2025** mediante a assinatura e apresentação dos respectivos termos de posse que integram a presente ata como Anexos I-A e I-B. Findas as deliberações, fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração da deliberação desta Reunião, incluindo os registros públicos correspondentes. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **ASSINATURAS**: Mesa: Rodrigo Costa Rocha (Presidente) e Cynthia Sisconetto Lemos (Secretária). Conselheiros de Administração: José Guilherme Cruz Souza, Rodrigo Costa Rocha e Cynthia Sisconetto Lemos. A presente é cópia fiel da original lavrada no Livro de Registro de Atas de Reunião do Conselho de Administração Mesa: Rodrigo Costa Rocha - Presidente da Mesa, Cynthia Sisconetto Lemos - Secretária. Membros do Conselheiro de Administração: José Guilherme Cruz Souza, Rodrigo Costa Rocha e Cynthia Sisconetto Lemos. JUCERJA: Certifico o arquivamento em 19/04/2024 sob o nº 00006194362 - Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.
CNPJ/MF Nº 05.982.449/0001-16 - NIRE 33.3.0034948-1
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: Em 15 de abril de 2024, às 10:00 horas, na sede da Energética Serra da Prata S.A. ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA**: Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença de todos os Conselheiros de Administração da Companhia. **COMPOSIÇÃO DA MESA**: Assumiu a presidência o Sr. Rodrigo Costa Rocha, que convidou a Sra. Cynthia Sisconetto Lemos para secretariar os trabalhos. **ORDEM DO DIA**: Deliberar sobre a reeleição dos membros da Diretoria da Companhia. **DELIBERAÇÕES**: Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, após debates e discussões, os Membros do Conselheiro de Administração da Companhia aprovaram a reeleição das seguintes pessoas para compor a Diretoria da Companhia: Sr. **Vagner Alexandre Serratto**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 5.347.493-4, expedida pelo SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 997.036.459-68, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908 e Sra. **Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca**, brasileira, casada, economista, portadora da carteira de identidade nº 09.712.232-9, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF/ME sob o nº 025.141.547-31, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. Os Diretores ora eleitos terão **mandato até 02 de maio de 2025** mediante a assinatura e apresentação dos respectivos termos de posse que integram a presente ata como Anexos I-A e I-B. Findas as deliberações, fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração da deliberação desta Reunião, incluindo os registros públicos correspondentes. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **ASSINATURAS**: Mesa: Rodrigo Costa Rocha (Presidente) e Cynthia Sisconetto Lemos (Secretária). Conselheiros de Administração: José Guilherme Cruz Souza, Rodrigo Costa Rocha e Cynthia Sisconetto Lemos. A presente é cópia fiel da original lavrada no Livro de Registro de Atas de Reunião do Conselho de Administração. Mesa: Rodrigo Costa Rocha - Presidente da Mesa, Cynthia Sisconetto Lemos - Secretária. Membros do Conselheiro de Administração: José Guilherme Cruz Souza, Rodrigo Costa Rocha e Cynthia Sisconetto Lemos. JUCERJA: Certifico o arquivamento em 18/04/2024 sob o nº 00006193220 - Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

ÁGUA VERMELHA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ/MF Nº 26.855.869/0001-01 - NIRE 33.3.0033207-3
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: Em 15 de abril de 2024, às 09:00 horas, na sede da Água Vermelha Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA**: Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença de todos os Conselheiros de Administração da Companhia. **COMPOSIÇÃO DA MESA**: Assumiu a presidência o Sr. Rodrigo Costa Rocha, que convidou a Sra. Cynthia Sisconetto Lemos para secretariar os trabalhos. **ORDEM DO DIA**: Deliberar sobre a reeleição dos membros da Diretoria da Companhia. **DELIBERAÇÕES**: Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, após debates e discussões, os Membros do Conselheiro de Administração da Companhia aprovaram a reeleição das seguintes pessoas para compor a Diretoria da Companhia: Sr. **Vagner Alexandre Serratto**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 5.347.493-4, expedida pelo SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 997.036.459-68, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908 e Sra. **Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca**, brasileira, casada, economista, portadora da carteira de identidade nº 09.712.232-9, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF/ME sob o nº 025.141.547-31, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. Os Diretores ora eleitos terão **mandato até 02 de maio de 2025** mediante a assinatura e apresentação dos respectivos termos de posse que integram a presente ata como Anexos I-A e I-B. Findas as deliberações, fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração da deliberação desta Reunião, incluindo os registros públicos correspondentes. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **ASSINATURAS**: Mesa: Rodrigo Costa Rocha (Presidente) e Cynthia Sisconetto Lemos (Secretária). Conselheiros de Administração: José Guilherme Cruz Souza, Rodrigo Costa Rocha e Cynthia Sisconetto Lemos. A presente é cópia fiel da original lavrada no Livro de Registro de Atas de Reunião do Conselho de Administração. Mesa: Rodrigo Costa Rocha - Presidente da Mesa, Cynthia Sisconetto Lemos - Secretária. Membros do Conselheiro de Administração: José Guilherme Cruz Souza, Rodrigo Costa Rocha e Cynthia Sisconetto Lemos. JUCERJA: Certifico o arquivamento em 18/04/2024 sob o nº 00006192566 - Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

V2I ENERGIA S.A.
CNPJ/MF Nº 34.395.916/0001-00 - NIRE 33.3.0033239-1
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: Em 15 de abril de 2024, às 15:00 horas, na sede da V2I Energia S.A. ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA**: Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença de todos os Conselheiros de Administração da Companhia. **COMPOSIÇÃO DA MESA**: Assumiu a presidência o Sr. Rodrigo Costa Rocha, que convidou a Sra. Cynthia Sisconetto Lemos para secretariar os trabalhos. **ORDEM DO DIA**: Deliberar sobre a reeleição dos membros da Diretoria da Companhia. **DELIBERAÇÕES**: Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, após debates e discussões, os Membros do Conselheiro de Administração da Companhia aprovaram a reeleição das seguintes pessoas para compor a Diretoria da Companhia: Sr. **Vagner Alexandre Serratto**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 5.347.493-4, expedida pelo SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 997.036.459-68, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908 e Sra. **Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca**, brasileira, casada, economista, portadora da carteira de identidade nº 09.712.232-9, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF/ME sob o nº 025.141.547-31, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. Os Diretores ora eleitos terão **mandato até 02 de maio de 2025** mediante a assinatura e apresentação dos respectivos termos de posse que integram a presente ata como Anexos I-A e I-B. Findas as deliberações, fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração da deliberação desta Reunião, incluindo os registros públicos correspondentes. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **ASSINATURAS**: Mesa: Rodrigo Costa Rocha (Presidente) e Cynthia Sisconetto Lemos (Secretária). Conselheiros de Administração: José Guilherme Cruz Souza, Rodrigo Costa Rocha e Cynthia Sisconetto Lemos. A presente é cópia fiel da original lavrada no Livro de Registro de Atas de Reunião do Conselho de Administração. Mesa: Rodrigo Costa Rocha - Presidente da Mesa, Cynthia Sisconetto Lemos - Secretária. Membros do Conselheiro de Administração: José Guilherme Cruz Souza, Rodrigo Costa Rocha e Cynthia Sisconetto Lemos. JUCERJA: Certifico o arquivamento em 18/04/2024 sob o nº 00006192535 - Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

LEST - LINHAS DE ENERGIA DO SERTÃO TRANSMISSORA S.A.
CNPJ/MF Nº 24.100.518/0001-65 - NIRE 33.3.0032400-3
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: Em 15 de abril de 2024, às 11:00 horas, na sede da LEST - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA**: Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença de todos os Conselheiros de Administração da Companhia. **COMPOSIÇÃO DA MESA**: Assumiu a presidência o Sr. Rodrigo Costa Rocha, que convidou a Sra. Cynthia Sisconetto Lemos para secretariar os trabalhos. **ORDEM DO DIA**: Deliberar sobre a reeleição dos membros da Diretoria da Companhia. **DELIBERAÇÕES**: Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, após debates e discussões, os Membros do Conselheiro de Administração da Companhia aprovaram a reeleição das seguintes pessoas para compor a Diretoria da Companhia: Sr. **Vagner Alexandre Serratto**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 5.347.493-4, expedida pelo SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 997.036.459-68, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908 e Sra. **Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca**, brasileira, casada, economista, portadora da carteira de identidade nº 09.712.232-9, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF/ME sob o nº 025.141.547-31, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. Os Diretores ora eleitos terão **mandato até 02 de maio de 2025** mediante a assinatura e apresentação dos respectivos termos de posse que integram a presente ata como Anexos I-A e I-B. Findas as deliberações, fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração da deliberação desta Reunião, incluindo os registros públicos correspondentes. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **ASSINATURAS**: Mesa: Rodrigo Costa Rocha (Presidente) e Cynthia Sisconetto Lemos (Secretária). Conselheiros de Administração: José Guilherme Cruz Souza, Rodrigo Costa Rocha e Cynthia Sisconetto Lemos. A presente é cópia fiel da original lavrada no Livro de Registro de Atas de Reunião do Conselho de Administração. Mesa: Rodrigo Costa Rocha - Presidente da Mesa, Cynthia Sisconetto Lemos - Secretária. Membros do Conselheiro de Administração: José Guilherme Cruz Souza, Rodrigo Costa Rocha e Cynthia Sisconetto Lemos JUCERJA: Certifico o arquivamento em 18/04/2024 sob o nº 00006193189 - Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

MANGUE SECO HOLDING S.A.
CNPJ/MF Nº 41.318.907/0001-80 - NIRE 33.3.0033728-8
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: Em 15 de abril de 2024, às 14:00 horas, na sede da Mangue Seco Holding S.A. ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA**: Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença de todos os Conselheiros de Administração da Companhia. **COMPOSIÇÃO DA MESA**: Assumiu a presidência o Sr. Rodrigo Costa Rocha, que convidou a Sra. Cynthia Sisconetto Lemos para secretariar os trabalhos. **ORDEM DO DIA**: Deliberar sobre a reeleição dos membros da Diretoria da Companhia. **DELIBERAÇÕES**: Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, após debates e discussões, os Membros do Conselheiro de Administração da Companhia aprovaram a reeleição das seguintes pessoas para compor a Diretoria da Companhia: Sr. **Vagner Alexandre Serratto**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 5.347.493-4, expedida pelo SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 997.036.459-68, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908 e Sra. **Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca**, brasileira, casada, economista, portadora da carteira de identidade nº 09.712.232-9, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF/ME sob o nº 025.141.547-31, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. Os Diretores ora eleitos terão **mandato até 02 de maio de 2025** mediante a assinatura e apresentação dos respectivos termos de posse que integram a presente ata como Anexos I-A e I-B. Findas as deliberações, fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração da deliberação desta Reunião, incluindo os registros públicos correspondentes. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **ASSINATURAS**: Mesa: Rodrigo Costa Rocha (Presidente) e Cynthia Sisconetto Lemos (Secretária). Conselheiros de Administração: José Guilherme Cruz Souza, Rodrigo Costa Rocha e Cynthia Sisconetto Lemos. A presente é cópia fiel da original lavrada no Livro de Registro de Atas de Reunião do Conselho de Administração. Mesa: Rodrigo Costa Rocha - Presidente da Mesa, Cynthia Sisconetto Lemos - Secretária. Membros do Conselheiro de Administração: José Guilherme Cruz Souza, Rodrigo Costa Rocha e Cynthia Sisconetto Lemos. JUCERJA: Certifico o arquivamento em 18/04/2024 sob o nº 00006192505 - Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

MÉRITO EMPREENDIMENTOS S.A.
CNPJ/MF Nº 58.022.153/0001-10

Balanços Encerrados em 31/12/2022 e 2021 (Valores expressos em Reais - R$)

Ativo	Dez/2022	Dez/2021
Ativo Circulante	**21.659.387**	**21.668.601**
Disponibilidades	**2.007**	**14.007**
Caixa e Bancos	2.007	14.007
Estoques	**21.302.582**	**21.302.582**
Imóveis Destinados a Venda	21.302.582	21.302.582
Créditos	**354.798**	**352.012**
Acordos a Receber	250.544	250.444
Devedores Compra Imóveis	802	802
Bloqueio Judicial	100.766	100.766
Inss a Compensar	2.786	-
Ativo Não Circulante	**110.494.963**	**111.574.830**
Outros Creditos	**1**	**1**
Creditos Difícil Recebimento	1	1
Direitos Creditorios	**39.317.353**	**39.317.353**
Sotave Norte Proc 522/85 5	39.317.353	39.317.353
Investimentos Comprom.	**14.436.822**	**14.436.822**
Invest Compromissados	14.436.822	14.436.822
Investimentos	**51.902.501**	**51.902.501**
Equivalencia Patrimonial	51.902.501	51.902.501
Investimento em Coligadas	**4.836.379**	**5.916.246**
28 de Agosto Adm. Partic.	4.836.379	5.916.246
Imobilizado	**1.907**	**1.907**
Imobilizado	199.003	199.003
Depreciações	(197.096)	(197.096)
Total do Ativo	**132.154.350**	**133.243.431**

Passivo	Dez/2022	Dez/2021
Passivo Circulante	**1.657.983**	**1.657.710**
Obrigações a Curto Prazo	**1.657.983**	**1.657.710**
Impostos a Pagar	1.653.809	1.653.901
Contribuições a Recolher	4.174	3.809
Passivo Não Circulante	**144.058**	**174.609**
Obrigações a Longo Prazo	**144.058**	**174.609**
Parcelamento Fiscal	**144.058**	**174.609**
Reparcelamento - REFIS	144.058	174.609
Patrimônio Líquido	**130.352.309**	**131.411.112**
Capital Realizado	78.039.960	77.989.960
Reservas	254.534.436	254.534.436
Ações Tesouraria	(18.151.094)	(18.151.094)
Resultados Acumulados	(184.070.993)	(182.962.190)
Total do Passivo	**132.154.350**	**133.243.431**

Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido (Valores Expressos em Reais - R$)

	Capital Subscrito	Reserva de Capital	Ações em Tesouraria	Resultados Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2019	**77.152.983**	**254.534.436**	**-18.137.996**	**-181.855.350**	**131.694.073**
Realização de Capital	436.978	-	-	-	436.978
Aquisição de Ações	-	-	(13.098)	-	(13.098)
Prejuízo Liquido do Exercício	-	-	-	(740.321)	(740.321)
Recuperação de Prejuízo	-	-	-	155.242	155.242
Saldo em 31/12/2020	**77.589.961**	**254.534.436**	**(18.151.094)**	**(182.440.429)**	**131.532.874**
Realização de Capital	367.932	-	-	-	367.932
Prejuízo Liquido do Exercício	-	-	-	(489.693)	(489.693)
Saldo em 31/12/2021	**77.957.893**	**254.534.436**	**(18.151.094)**	**(182.930.122)**	**131.411.113**
Realização de Capital	50.000	-	-	-	50.000
Ajuste Prejuízo Liquido	32.067	-	-	-32.067	-
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	-1.108.804	-1.108.804
Saldo em 31/12/2022	**78.039.960**	**254.534.436**	**-18.151.094**	**-184.070.993**	**130.352.309**

Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Metodo Direto em 31/12/2022

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	Dez/2022	Dez/2021
Pagamentos a Fornecedores e Empregados	-1.191.867	-487.374
Caixa Líquido proveniente das Atividades Operacionais	-1.191.867	-487.374
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Recebido por Amortização de Investimentos	1.179.867	463.859
Caixa Líquido usado nas atividades de investimento	1.179.867	463.859
Diminuição Líquida ao Caixa e Equivalentes de Caixa	**12.000**	**(23.515)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	**14.006**	**32.713**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	**2.006**	**14.006**

Demonstração do Resultado dos Exercícios (Valores expressos em Reais - R$)

Descrição	2022	2021
Operações em Continuidade		
Despesas Operacionais	**(1.108.771)**	**(409.212)**
Despesas Administrativas	882.954	228.371
Despesas com Pessoal	224.697	179.767
Despesas Tributarias	1.120	1.074
Resultado Equiv. Patrimonial	**-**	**(79.275)**
Despesa e Receita Financeira		
Despesas Financeiras	(32)	(1.206)
Receitas Financeiras	-	-
Resultado Antes do CSLL e do IRPJ	**(1.108.803)**	**(489.693)**
Prejuízo Contábil Liq. Antes Contr Social	**(1.108.803)**	**(489.693)**
Contribuição Social	-	-
Prejuízo Contabil Liq. Antes Imposto Renda	**(1.108.803)**	**(489.693)**
Imposto de Renda	-	-
Resultado Líquido Operações Continuidade	**(1.108.803)**	**(489.693)**

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

1. Contexto Operacional: A sociedade tem como atividade preponderante, no contexto do seu objetivo social, a implementação da cobrança dos denominados créditos de difícil liquidação contra terceiros, aportados para integralização de seu Capital Social. Complementa o objeto da empresa a administração de seus imóveis. **2. Sumario das Praticas Contabeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, as quais a partir da extinção da correção monetária do balanço pela lei 9.249/95, não prevêem o reconhecimento dos efeitos inflacionários. As principais práticas contábeis são como segue: (A) Apuração: A apuração do resultado é através do regime de competência dos exercícios. (B) Créditos a Receber: Os valores a receber estão demonstrados por seus valores atualizados monetariamente, até a data do Balanço encerrado em 1995, exceto os Créditos de Difícil Recebimento, que estão demonstrados por seu valor original de ingresso na sociedade, devido às circunstâncias que originaram o seu recebimento por parte da Companhia. (C) Ajuste ao Valor presente: A companhia entendeu por não reconhecer o ajuste a valor presente dos créditos, tendo em vista as questões de ordem prática que envolvem este cálculo, inclusive o prazo para o recebimento. **3. Capital Social:** O Capital Social total é de 456 milhões de ações ordinárias e preferenciais, sendo que em 31/12/2022 são representadas por 370.442.969 ações, cada uma com o valor patrimonial de R$ 0,3518, devido a recompra mediante permutas de 85.557.031 ações preferenciais. **4. Ações em Tesouraria:** A empresa procedeu anteriormente a recompra de 85.557.031 ações preferenciais, sendo ainda que existem mais 150 milhões de ações ordinárias que estão lançadas como INVESTIMENTOS COMPROMISSADOS, perfazendo um total de 235.557.031 ações de sua emissão em tesouraria, correspondente a 51.66% das 456 milhões de ações que constituem a totalidade do capital social. **5. Investimento em Coligadas:** A empresa tem investido em 31/12/2022 o valor de R$4.836.379,00 junto a Vinte e Oito de Agosto Administração e Participações Ltda. Os investimentos relevantes em sociedade coligadas e controladas sobre os quais a companhia tem influencia na administração, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Vinte e Oito de Agosto Adm. e Participações Ltda. Capital - 98.473.708; Reserva de Capital - 21.991.588; Valor do Investimento - 51.902.500; Prejuizo Acumulado - 69.743.301; Quantidade de Quotas - 4.426.819; % de Participação - 99,999978.

Antonio Barboza Vilhena - Dir. Presidente
Diniz Fracaro - Dir. Financeiro/ Antonio José Molon - TC CRC 1SP 0457950-3

Diário do Acionista
As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade
Tels.: (21) 99122-4278
publicidade@diariodoacionista.com.br

Manhã Tarde Noite 30º 27º 5% 06:05 17:35 **OUTONO:** Sol o dia todo sem nuvens. Noite ainda sem nuvens.

DOENÇA

Secretaria detecta aumento de bronquiolite no Rio de Janeiro

MARIANA TOKARNIA/ABRASIL

A busca por internação por bronquiolite aumentou quase seis vezes em um mês no estado do Rio de Janeiro. Segundo o Centro de Inteligência em Saúde da Secretaria de Estado de Saúde (SES-RJ), o número de solicitações por leitos aumentou de 16 pedidos na semana entre 10 e 16 de março para 94 na semana entre 7 e 13 de abril.

A bronquiolite é a inflamação dos bronquíolos, pequenas vias aéreas que formam a parte final dos brônquios e levam oxigênio para os pulmões. É diferente da bronquite, que é a inflamação dos próprios brônquios. A bronquiolite é mais comum em crianças menores, de até os 2 anos de vida, e pode se tornar grave em pouco tempo se não tratada corretamente.

Os sintomas mais comuns são coriza; tosse leve; febre persistente, ou seja, de mais de três dias; respiração acelerada e com dificuldade e fadiga.

De acordo com a SES-RJ, ela pode ser causada por diversos agentes infecciosos, como o vírus sincicial respiratório (VSR), influenza, parainfluenza e adenovírus, sendo o VSR o principal agente infeccioso da bronquiolite. Ainda não há vacina específica contra o VSR disponível para crianças. Mas a secretaria ressalta que a imunização contra a influenza, o vírus da gripe, está disponível e impacta positivamente na contenção desses casos, que seguem aumentando nas unidades de saúde.

Além de detectar o aumento de bronquiolite, a SES-RJ detectou o aumento do número de casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) em crianças e adolescentes por outras causas, passando de 228 para 366 também de março para abril.

MEDIDAS

Diante dos aumentos registrados, a SES-RJ informa que cerca de 2,5 milhões de doses da vacina contra a gripe foram disponibilizadas aos 92 municípios fluminenses para serem aplicadas nas unidades de saúde.

A Campanha de Vacinação contra a Gripe começou em 25 de março e vai até o dia 31 de maio, tendo como meta atingir 90% de cobertura vacinal dos grupos prioritários, o que corresponde a 6,7 milhões de pessoas no estado do Rio de Janeiro. Até sexta-feira (19), 16,17% dos grupos prioritários haviam se vacinado. No ano passado, 45% se vacinaram.

Os grupos prioritários são idosos, crianças de 6 meses a 5 anos de idade, trabalhadores da saúde, gestantes, puérperas, mulheres até 45 dias pós-parto e trabalhadores da educação, entre outros públicos.

A SES-RJ alerta para que haja o cuidado com a hidratação e que os responsáveis procurem um médico para avaliar a administração de medicamento.

OPORTUNIDADES

Prefeitura do Rio divulga mais de 1.300 postos de trabalho

A Prefeitura do Rio, por meio da Secretaria Municipal de Trabalho e Renda (SMTE), anunciou, nesta segunda-feira, um total de 1.316 novas vagas de emprego para trabalhadores, com e sem deficiência. São 931 vagas para trabalhadores em geral, e outras 385 destinadas a pessoas com deficiência. O destaque da semana fica por conta dos frentistas, profissionais que trabalham nos postos de combustíveis: há 20 vagas abertas sem necessidade de experiência prévia para o Rio e a região Metropolitana. Para se candidatar, basta ter o Fundamental completo.

Os demais postos de trabalho da semana são destinados a candidatos com ou sem experiência anterior, em diversas atividades. Há vagas para cozinheiro, operador de supermercado, instalador de painéis fotovoltaicos, eletricista, babá, nutricionista (para quem tem ensino superior na área), enfermeiro, assistente administrativo, servente de obras e copeiro (essas quatro últimas, para PCDs), entre muitas outras oportunidades profissionais.

"Acreditamos que a melhor política social é o emprego com carteira assinada. Por isso, é importante gerar oportunidades para trabalhadores experientes que precisam se recolocar, mas também para quem busca a primeira oportunidade. Queremos as portas abertas do mercado de trabalho para o ingresso dos jovens e o retorno de quem esteve fora", defendeu o secretário municipal de Trabalho e Renda, Everton Gomes.

Além das vagas de emprego, também são oferecidas oportunidades de estágio aos estudantes universitários. Nesta semana, a SMTE apresenta chances para alunos de Engenharia de Produção, Ciências Contábeis, Administração, Pedagogia, Publicidade e Propaganda, Farmácia, Jornalismo e Psicologia em diversas regiões da cidade.

COMO SE INSCREVER

Os candidatos podem se inscrever pela internet. Não é mais necessário o uso de código para o preenchimento do formulário. Pessoas sem acesso à internet podem se inscrever presencialmente em um dos sete postos da Central do Trabalhador, nos seguintes endereços: Centro (Av. Presidente Vargas, 1.997, no CIAD); Campo Grande (Rua Coxilha, s/nº); Engenho Novo (Rua Vinte Quatro de Maio, 931); Ilha do Governador (Estrada do Dendê, 2.080); Jacarepaguá (Av. Geremário Dantas, 1.400, salas 172 e 173); Santa Cruz (Rua Lopes de Moura, 58) e Tijuca (Rua Camaragibe, 25). Os postos funcionam das 8h às 16h. Os candidatos devem levar RG, CPF, PIS e currículo para fazer a inscrição.

Pessoas com deficiência têm a opção de enviar o currículo para o e-mail vagaspcd.smte@gmail.com ou comparecer ao CIAD, referência na busca e na oferta de oportunidades de emprego para pessoas com deficiência no município.

ARMAMENTO

Polícia Militar do Rio analisa origem de 492 fuzis apreendidos

ANA CRISTINA CAMPOS/ABRASIL

Mais de 90% dos fuzis apreendidos no ano passado pela Polícia Militar do Rio de Janeiro foram fabricados em outros países. O maior número de apreensões ocorreu em áreas do estado onde há disputas de território entre facções criminosas rivais. As duas constatações fazem parte de um estudo da Subsecretaria de Inteligência (SSI)da Secretaria de Estado de Polícia Militar, que analisou a apreensão de 492 fuzis em 2023.

Um aspecto abordado no estudo da SSI diz respeito à marca dos fuzis apreendidos. Dos 492, 199 são da marca norte-americana Colt. Foram registrados no estudo 194 fuzis sem marca, ou seja, armas que entram no país ou no estado separadas por peças e montadas por armeiros envolvidos com as organizações criminosas. As demais armas apreendidas são de 43 marcas diversas, praticamente todas de países do Hemisfério Norte.

O estudo da SSI mostra que as apreensões se concentraram com maior intensidade nas áreas integradas de segurança pública (AISPs) da zona oeste da capital e da Baixada Fluminense. Das dez AISPs com maior número de apreensões, oito estão situadas nessas regiões do estado. As únicas exceções são a AISP 3 (região do Méier e adjacências) e a AISP 16 (Olaria e adjacências). Das 492 apreensões de fuzis no ano passado, 377 foram registradas nessas dez regiões.

Ainda sob o aspecto geográfico, o estudo destaca a expansão do crime organizado para o interior do estado. Na região do 5º Comando de Policiamento (5º CPA), Sul Fluminense e Costa Verde, foram apreendidos 13 fuzis no ano passado. Já na região do 6º CPA, Norte e Noroeste do estado, ocorreram sete apreensões.

"Compartilhado com a Polícia Federal, o estudo indica que o tráfico internacional de armas representa um dos maiores desafios para a área de segurança pública do Rio de Janeiro, cuja solução depende de uma ação articulada entre as polícias do estado e as forças federais", diz nota da Polícia Militar.

Vasco da Gama Sociedade Anônima do Futebol
CNPJ/MF nº 47.589.413/0001-17 – NIRE 33.300.345.108
Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária

Temos a honra de convocar os senhores acionistas para a **Assembleia Geral Ordinária do Vasco da Gama Sociedade Anônima do Futebol**, que se realizará no dia **29 de abril de 2024**, em primeira convocação, às **10 horas** e, em segunda convocação às **10 horas e 30 minutos**, em formato **híbrido, na sede da Companhia,** com endereço na Avenida Almirante Julio de Sá Bierrenbach, nº 200, Prédio Pacific, bloco 2, sala 502, CEP 22775-028, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, para deliberações das seguintes matérias da **Ordem do Dia: a)** Examinar, discutir e aprovar o relatório da Administração, Demonstrações Financeiras e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023; **b)** Eleição e posse dos novos membros de Conselho de Administração, representantes do Club de Regatas Vasco da Gama; e **c)** Eleição e posse de membro suplente do Conselho Fiscal. Em relação aos acionistas que não puderem estar presentes presencialmente à Assembleia Geral, que será híbrida e em tempo real, deverão realizar o cadastro prévio **até as 13 horas do dia 26 de abril de 2024**, através do e-mail assembleiageral@vasco.com.br, para o qual deverão enviar os documentos de representação necessários, quais sejam: (i) documento de identidade com foto recente e validade nacional, se pessoa física e (ii) comprovação de poderes de representação no caso de procuradores, com os devidos registros nos órgãos competentes, se aplicável. O acesso à plataforma digital será restrito aos acionistas da Companhia e aos seus representantes. Quaisquer dúvidas e/ou dificuldades deverão ser esclarecidas com antecedência de 02 (dois) dias úteis da data da realização da Assembleia, através do e-mail: assembleiageral@vasco.com.br Rio de Janeiro, 19 de abril de 2024. **Joshua Wander** – Presidente do Conselho de Administração. (19, 20 e 23/04/2024)

7TRAN TECNOLOGIA, TRÂNSITO E EDUCAÇÃO S.A
CNPJ 43.173.625/0001-68
CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ref.: Assembleia Geral Ordinária – Modalidade Virtual

Convocamos os acionistas da 7TRAN TECNOLOGIA, TRÂNSITO E EDUCAÇÃO S.A, situado na Rua Dona Romana, nº 322, Engenho Novo, CEP 20.710-200, RJ, para participarem da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em formato virtual, no dia **29 de abril de 2024**, com **início às 09h30min em primeira convocação** com a presença da metade dos participantes e às **10h00min em segunda convocação com qualquer número de participantes**, com transmissão pela plataforma **Zoom**, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2023; b) Eleição da Diretoria em substituição aos membros que renunciaram ou votação para que o conselho contrate um diretor / empresa profissional; c) Apresentação do diretor contratado para gerir a sociedade; d) Outros assuntos de interesse da sociedade.**

Link para acesso a reunião: https://us06web.zoom.us/meeting/register/tZcrcuirrDgrGND6OVNB2ttP0LjJaIcQCwc ; Link para acesso ao sistema de votação reunião: https://voto.easyvote.com.br/app/7tran; Usuário e Senha (Somente números): CPF do participante ou CNPJ **(se for pessoa jurídica). Procedimentos para Participação e Habilitação dos Participantes e Procuradores: 1.** O participante que não puder participar, poderá indicar um procurador legalmente constituído, para representa-lo na assembleia, desde que a procuração por instrumento público, seja encaminhada com 2(dois) dias úteis antes da realização do evento para o endereço eletrônico **7tran.sa@gmail.com**, a fim de analisarmos e validarmos o referido documento internamente; **2.** No dia da assembleia, ao ingressar na plataforma "Zoom" o participante deverá preencher os campos obrigatórios, tais como, **Nome, Sobrenome, E-mail e CPF**. Caso o participante seja um procurador legalmente constituído por procuração, o campo **Nome** deverá constar o nome do procurador. Destacamos que a procuração, com reconhecimento de firma, deverá ser enviada por e-mail antes da assembleia; **3.** Os participantes permanecerão com áudio e vídeo desligados, sendo estes liberados no momento em que houver o interesse em falar, se manifestando através da ferramenta "levantar mão" ou através do envio de mensagens por meio da ferramenta **Q&A**; **4.** Para a participação da assembleia, a 7tran orienta que o participante utilize uma estrutura adequada de internet e equipamentos que suportem a transmissão de vídeo e áudio, o uso de internet banda larga ou similar, assim como o ambiente adequado ao tipo de reunião; **5.** O presidente da assembleia poderá determinar o uso da ferramenta de votação da Easyvote no decorrer da transmissão, sempre que julgar necessário, nesse momento todos os participantes deverão acessar a plataforma de votação, no link constante nesta convocação. Ressaltamos, ainda, a importância da participação de todos a esta assembleia, pois as deliberações tomadas obrigarão a todos.

Rio de Janeiro, 18 de abril de 2024.
Adriana Correa de Araújo
Presidente do Conselho

BRASIL VENTOS ENERGIA S.A
CNPJ/MF 24.042.246/0001-94 NIRE 33.3.0031899-2
CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA À FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. Convidamos o senhor acionista da BRASIL VENTOS ENERGIA S.A ("Companhia") a participar da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas, que será realizada no dia 26 de abril de 2024, às 16h, na Avenida Graça Aranha, nº 26, 11º andar, Condomínio do Edifício Barão de Mauá II, Centro. Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP: 20030-000, com a seguinte Ordem do Dia: Matérias Ordinárias: (i) Exame, discussão e votação do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) Apreciação da destinação do resultado do exercício; (iii) Reeleição e eleição de membros do Conselho de Administração; e (iv) Eleição de membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal. Encontram-se à disposição do senhor acionista, na sede social da Companhia, os documentos exigidos pelo Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, enviados também por meio eletrônico. Rio de Janeiro, 26 de março de 2024. Luciano Roberto Barbosa - Presidente do Conselho de Administração - Brasil Ventos Energia S.A.

Hospital Federal dos Servidores do Estado SUS MINISTÉRIO DA SAÚDE GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2024

O Agente de Contratação Antônio José de Souza Castro convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº 90003/2024 no dia 29/04/2024 às 11h00min. – Objeto Contratação de Serviço de Empresa Especializada para Prestação de Serviços Continuados de Transporte de Pacientes, compreendendo a utilização de viaturas Ambulâncias de Transporte do Tipo B (Suporte Básico), a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Processo nº 33433.149171/2022-19. O pregão será realizado no site https://www.comprasnet.gov.br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

SE VINEYARDS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ/MF Nº 28.008.733/0001-91 - NIRE 33.3.0034734-8
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: Em 15 de abril de 2024, às 12:00 horas, na sede da SE Vineyards Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA**: Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença de todos os Conselheiros de Administração da Companhia. **COMPOSIÇÃO DA MESA**: Assumiu a presidência o Sr. Rodrigo Costa Rocha, que convidou a Sra. Cynthia Sisconetto Lemos para secretariar os trabalhos. **ORDEM DO DIA**: Deliberar sobre a reeleição dos membros da Diretoria da Companhia. **DELIBERAÇÕES**: Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, após debates e discussões, os Membros do Conselheiro de Administração da Companhia aprovaram a reeleição das seguintes pessoas para compor a Diretoria da Companhia: Sr. **Vagner Alexandre Serratto**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 5.347.493-4, expedida pelo SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 997.036.459-68, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908 e Sra. **Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca**, brasileira, casada, economista, portadora da carteira de identidade nº 09.712.232-9, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF/ME sob o nº 025.141.547-31, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. Os Diretores ora eleitos terão **mandato até 02 de maio de 2025** mediante a assinatura e apresentação dos respectivos termos de posse que integram a presente ata como Anexos I-A e I-B. Findas as deliberações, fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração da deliberação desta Reunião, incluindo os registros públicos correspondentes. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **ASSINATURAS**: Mesa: Rodrigo Costa Rocha (Presidente) e Cynthia Sisconetto Lemos (Secretária). Conselheiros de Administração: José Guilherme Cruz Souza, Rodrigo Costa Rocha e Cynthia Sisconetto Lemos. A presente é cópia fiel da original lavrada no Livro de Registro de Atas de Reunião do Conselho de Administração. Mesa: Rodrigo Costa Rocha - Presidente da Mesa, Cynthia Sisconetto Lemos - Secretária. Membros do Conselheiro de Administração: José Guilherme Cruz Souza, Rodrigo Costa Rocha e Cynthia Sisconetto Lemos. JUCERJA: Certifico o arquivamento em 19/04/2024 sob o nº 00006194384 - Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

PROSPERITATE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.
CNPJ Nº 21.587.321/0001-04 - NIRE 33.3.0031409-1
CONVOCAÇÃO: Ficam convidados os senhores Acionistas da PROSPERITATE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A. a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária que ocorrerá no dia 30 de Abril de 2024, às 8:30 horas, em primeira convocação, havendo quorum, ou às 9:00 horas, em segunda convocação, com qualquer número de pessoas presentes, na sede da Companhia à Av. Paisagista José Silva de Azevedo Neto, nº 200, Bloco 05, Loja 107, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, com a finalidade de deliberarem sobre a seguinte pauta: (i) aprovar as contas dos administradores, o relatório da administração, as demonstrações financeiras e correspondentes notas explicativas referentes aos exercícios social encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2022 e 2023 ; (ii) eleger os novos membros da Diretoria e do Conselho de Administração. Rio de Janeiro, 19 de Abril de 2024.
VITORINO LUIS DOMENECH RODRIGUEZ
PRESIDENTE - Membro do Conselho de Administração

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio
CNPJ/MF nº 00.880.446/0001-58 – NIRE 33.300.162.178 ("Companhia")
Edital de Convocação dos Acionistas da Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio ("Companhia") para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Pelo presente Edital de Convocação, o Conselho de Administração da Companhia, representado por seu presidente, Sr. Carlo Alberto Bottarelli, convoca os Acionistas da Companhia a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada, no dia 30 de abril de 2024, às 10h00min ("AGOE"), que se realizará na sede social da Companhia, localizada na Rua Almirante Grenfall, 405 – Bloco Vermelho – 2º e 3º andares, Vila São Luiz, Duque de Caxias/RJ, para discutirem e deliberarem sobre: 1. Tomada de contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer do auditor externo independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 2. A destinação do resultado do exercício social de 2023; 3. Remuneração global dos administradores da Companhia e; 4. Eleição dos Conselheiros do Conselho de Administração. **Informações Gerais: (1)** Os Acionistas que se fizerem representar por procuradores, deverão entregar, com antecedência mínima de 48 horas à realização da AGOE, o respectivo instrumento de mandato, com poderes específicos para representação na AGOE, inclusive para deliberar sobre a eventual suspensão da AGOE, na sede social da Companhia ou pelo e-mail daniela.rego@concer.com.br; e **(2)** A documentação relativa à matéria constante da Ordem do Dia, incluindo a Proposta da Administração apresentada pela Companhia será divulgada e estará disponível para retirada pelos Acionistas nesta data na sede da Companhia ou poderá ser solicitada pelo e-mail daniela.rego@concer.com.br. Duque de Caxias, 22 de abril de 2024. Atenciosamente, **Carlo Alberto Bottarelli** – Presidente do Conselho de Administração. (19, 20 e 23/04/2024)

Laguna Beach Empreendimentos Imobiliários SPE S/A
Em Liquidação
CNPJ/MF nº 18.777.562/0001-01 – NIRE 33.300.318.160
Edital de Convocação da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária

Convocamos os Senhores Acionistas para a **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Laguna Beach** Empreendimentos Imobiliários SPE S/A, em liquidação, que se realizará no dia **29 de abril de 2024 às 19:00**, em primeira convocação e em segunda convocação às 19:30 hs., em formato **exclusivo virtual**, através do **link**: https://assembleia.grtsdigital.com.br/lagunabeachageago2024, com a seguinte **Ordem do Dia: Matéria da Assembléia Geral Ordinária. 1.** Exame, discussão e votação do relatório da Administração, Demonstrações Financeiras e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023. **Matéria da Assembléia Geral Extraordinária 2.** Convalidação e ratificação dos termos da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em data de 10/03/2020; **3.** Exame, discussão e votação do relatório da Administração, Demonstrações Financeiras, e demais documentos relativos aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2020, 31/12/2021, 31/12/2022; **4.** Eleição do liquidante, para exercer a administração da companhia pelo prazo de 2 (dois) anos; **5.** Eleição dos membros do conselho fiscal; 6. Outros assuntos de interesse da companhia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente virtual e, para dela participar, os acionistas deverão acessar a plataforma no dia e horário da Assembleia, conforme orienta o **Manual do Votante,** documento este que encontra-se disponível para consulta no **link** MANUAL DO VONTANTE AGE AGO 2024 (endereço web: https://1drv.ms/f/s!AoYC8bdn5hhbiaBe5x48UcMbTYmKFw?e=JBI85P), sendo fundamental, nesta ocasião que o acionista tenha em mãos o numero da unidade que adquiriu da Construtora Dinamo (torre+numero do apartamento) para usar como login bem como seu CPF ou CNPJ, para usar como senha. Exemplo: Se João adquiriu o apartamento 201 da torre 1, seu login será 1201. Se Maria adquiriu o apartamento 1101 da torre 2, seu login será 21101. Obs.: Constará acomo anexo ao manual do vontante, planilha para consulta prévia. Reforçamos em oportuno que, no caso de **participação por procuração**, é fundamental que a mesma seja enviada para para o email abaixo informado, com vistas a providências de habilitação no sistema de votação, **no prazo mínimo de 48 h.** do momento da Assembleia, sob pena do voto do procurador não ser aceito e portanto, não contabilizado como presença para efeitos de votação. Quaisquer dúvidas e/ou dificuldades deverão ser esclarecidas com antecedência de 02 (dois) dias úteis da data da realização da Assembleia através do email lagunabeach.contato@gmail.com. Macaé, 16 de abril de 2024. (19, 20 e 23/04/2024)

COLÔMBIA

Prefeito de Bogotá sugere banho a dois para economizar água

POR FELIPE FRAZÃO/AE

O prefeito de Bogotá, Carlos Fernando Galán, pediu que os colombianos tomem banhos de no máximo três minutos e que usem o chuveiro "a dois". Se dependesse de um dos apelos mais recentes de Galán, os moradores da capital da Colômbia não se banhariam um dia da semana - ele já sugeriu que pulem a ducha aos domingos.

O presidente Gustavo Petro decretou "dia cívico", uma espécie de feriado, na sexta-feira, e orientou os moradores de Bogotá a viajarem ao longo do fim de semana, segundo ele uma forma de aliviar a demanda por água, diminuir o gasto de energia elétrica e o risco de desabastecimento. Aulas e o trabalho presencial foram suspensos.

"Se, no domingo, você não sair de casa, aproveite e não tome banho", disse Galán à emissora local Caracol. "Tomem banho em casal. Trata-se de um exercício pedagógico de economia de água, não de outras coisas".

A justificativa de Galán e Petro - em lados opostos na política colombiana - é a mesma: a crise hídrica histórica em Bogotá. Os "embalses" - reservatórios de água que abastecem a cidade no topo dos Andes - registram níveis críticos. O abastecimento de 10 milhões de pessoas da região metropolitana de Bogotá está ameaçado. Todos dependem da mesma fonte de água potável.

Os embalses de Chuza e San Rafael, reservatórios do sistema Chingaza, abastecem a capital colombiana e registravam no sábado, dia 20, nível de 15,18% da capacidade, reportou o prefeito. Estima-se que os embalses precisariam de cerca de seis meses de chuvas para voltar ao nível normal. Atualmente, poderiam abastecer a cidade por cerca de 50 dias somente.

Segundo o presidente, há três anos os embalses registram níveis anuais cada vez mais baixos, sem que nenhuma intervenção para reverter a situação tenha sido concluída.

"Agradeço aos mandatários, ao setor privado e a todos os cidadãos que aderiram ao dia cívico para poupar água e energia. Não podemos baixar a guarda e só juntos poderemos sair desta situação", disse Petro.

Os fins de semana são críticos porque, segundo registros da Prefeitura de Bogotá, o dia de maior de maior consumo é o sábado Há ainda risco de que a redução da oferta de água afete represas e impacte a produção de energia elétrica, o que pode encarecer a conta doméstica.

A Colômbia cortou a exportação de energia para o Equador, e o governo Daniel Noboa anunciou dois dias de suspensão de atividades de trabalho e educacionais, nos setores público e privado. Os dois países depende das hidrelétricas e enfrentam déficit nos reservatórios por causa da seca.

JUSTIÇA

Moraes manda 'X' explicar o descumprimento de decisões

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu cinco dias para a rede social X (antigo Twitter) se manifestar sobre um relatório da Polícia Federal (PF) que apontou o descumprimento de decisões judiciais por parte da plataforma. O prazo vence na próxima sexta-feira.

Na semana passada, a PF disse ao Supremo que o X permitiu a transmissão de lives por seis perfis que foram bloqueados por decisão da Justiça. Entre eles estão os canais dos bloguei-ros bolsonaristas Allan dos Santos, Oswaldo Eustáquio e do senador Marcos do Val (Podemos). A autorização foi dada desde o dia 8 de abril, segundo o relatório.

Para a PF, a suposta milícia digital investigada no STF passou a atuar fora do território brasileiro para burlar ordens judiciais e difundir desinformação para obter a aderência de parte da comunidade internacional.

Nas últimas semanas, o bilionário Elon Musk, dono do X, tem feito uma série de crítica se ataques a Moraes, acusando o magistrado de censura e ameaçando descumprir decisões judiciais. As publicações foram impulsionadas por parlamentares de direita. Por trás das acusações, está o "Twitter Files Brasil", uma série de e-mails divulgados pelo jornalista norte-americano Michael Shellenberger na própria rede social no dia 3 de abril. São mensagens trocadas entre funcionários do antigo Twitter em 2020 e 2022 relatando e reclamando de decisões da Justiça que determinaram exclusão de conteúdos em investigações envolvendo a disseminação de fake news.

O bilionário chegou a defender a renúncia do ministro do STF que, por sua vez, determinou a inclusão de Musk no inquérito das milícias digitais por "dolosa instrumentalização" da rede social.

Moraes também ordenou a abertura de um inquérito à parte sobre o empresário por suposta obstrução de Justiça, "inclusive em organização criminosa e incitação ao crime".

Na última sexta-feira, durante o lançamento da Pedra Fundamental do Museu da Democracia, no Rio, Alexandre de Moraes afirmou que "irresponsáveis ligados às redes sociais" se uniram a "políticos extremistas" para atacar a democracia e a Justiça.

AÇÕES PARALISADAS

Gilmar determina conciliação em ações sobre marco temporal

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu nesta segunda-feira determinar a instauração de processo de conciliação envolvendo as ações sobre o marco temporal para demarcação de terras indígenas.

Com a decisão, as ações que tratam da questão devem ser suspensas até decisão final da Corte. As partes envolvidas terão 30 dias para apresentar propostas de conciliação.

Mendes é relator das ações protocoladas pelo PL, PP e Republicanos para manter a validade do projeto de lei que reconheceu o marco e de processos nos quais entidades que representam os indígenas e partidos governistas contestam a constitucionalidade da tese.

Pela tese do marco temporal, os indígenas somente têm direito às terras que estavam em sua posse no dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal, ou que estavam em disputa judicial na época.

Em dezembro do ano passado, o Congresso Nacional derrubou o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto de lei que validou o marco. Em setembro, antes da decisão dos parlamentares, o Supremo decidiu contra o marco. A decisão da Corte foi levada em conta pela equipe jurídica do Palácio do Planalto para justificar o veto presidencial.

Na decisão, Gilmar Mendes defendeu que questões de grande relevância sejam debatidas antes da decisão final da Corte.

"Qualquer resposta advinda dos métodos tradicionais não porá fim à disputa político-jurídica subjacente, merecendo outro enfoque: o da pacificação dos conflitos, na tentativa de superar as dificuldades de comunicação e entendimentos em prol da construção da solução por meio de um debate construído sob premissas colaborativas e propositivas voltadas a resolver os impasses institucionais e jurídicos advindos da Lei 14.701/2023", justificou Mendes.

POTÊNCIAS NUCLEARES

Rússia acusa EUA e aliados de arriscarem 'confronto militar direto'

ANDRÉ MARINHO/AE

O ministro de Relações Exteriores da Rússia, Sergey Lavrov, renovou críticas aos Estados Unidos e acusou o Ocidente de levar o mundo à beira de um "confronto militar direto" entre potências nucleares. Os comentários foram feitos em discurso durante conferência de segurança em Moscou.

Lavrov afirmou que a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) "ainda sonha" com uma derrota russa na Ucrânia e disse que os três principais países ocidentais com armas atômicas "patrocinam" Kiev. "Isso poderia criar sérios riscos estratégicos e aumentar a ameaça nuclear", disse.

O ministro também expressou preocupação com o avanço da aliança entre EUA, Reino Unido e Austrália, conhecida como Aukus. Para ele, Washington e seus parceiros trabalham para criar uma vantagem militar unilateral por meio de novos limites ao arsenal nuclear.

Lavrov indicou ainda oposição a novos acordos de controles de armamento com os EUA. "Só será possível discutir estes temas depois de as autoridades dos EUA renunciarem à sua política antirrussa abertamente hostil", ressaltou.

LINHA DIRETA

Lula quer telefone para as pessoas reclamarem do governo

JULIA CAMIM/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse nesta segunda-feira, que o governo precisa criar um telefone para que as pessoas possam "se queixar se as coisas não estão acontecendo". A declaração ocorreu no lançamento do programa Acredita, um pacote de medidas que prevê crédito e renegociação de dívidas para os pequenos negócios e microempreendedores individuais (MEIs) do País. "A gente deveria criar uma espécie de 190, 180", disse.

Para Lula, "muitas vezes, as pessoas não têm a receptividade que elas imaginavam que iam ter e não têm para quem reclamar". O presidente disse ainda que o número de telefone seria importante para que as pessoas não fiquem "xingando" e consigam "colocar para fora suas angústias".

O lançamento do programa ocorre após registro da queda de popularidade do governo e às vésperas das eleições municipais como uma estratégia do Planalto. A iniciativa busca estimular o acesso ao microcrédito das pessoas que compõem as camadas mais pobres do País, focando nos inscritos do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

A meta é que até 2026 sejam realizadas 1,25 milhão de transações, sendo que cada operação é avaliada em torno de R$ 6 mil. Assim, de acordo com as projeções do Ministério da Fazenda, mais de R$ 7,5 bilhões será injetado na economia até o último ano do mandato de Lula.

PÉ-DE-MEIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou, nesta segunda-feira, a ampliação do Programa Pé-de-Meia, que oferece incentivo financeiro para jovens de baixa renda permanecerem matriculados e concluírem o ensino médio. Cerca de 1,2 milhão de estudantes devem ser incluídos para receber os valores, que podem chegar a R$ 9,2 mil nos três anos do ensino médio.Inicialmente, o Pé-de-Meia priorizou jovens beneficiários do Programa Bolsa Família e já alcançou mais de 2,4 milhões de estudantes. Agora, integrantes de famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) também serão atendidos.

DISPUTAS MARÍTIMAS

Liderança militar da China adota linha dura

Um dos mais graduados líderes das Forças Armadas da China adotou uma linha dura em relação a disputas territoriais regionais, ao dizer em um encontro naval internacional no nordeste chinês, nesta segunda-feira, que o país reagiria com a força, caso seus interesses ficassem sob ameaça. O 19º Simpósio Naval do Oeste do Pacífico, uma reunião bienal, foi aberto na cidade portuária de Qingdao, onde está sediada a força naval do norte chinês, em uma vívida mostra da massiva expansão militar do país nas últimas duas décadas.

O evento de quatro dias recebe representantes de parceiros e competidores, entre eles Austrália, Camboja, Chile, França, Índia e Estados Unidos, em meio a tensões diante das ações de Pequim no Estreito de Taiwan e nos mares do Leste e do Sul da China.

O vice-presidente da Comissão Militar Central do Partido Comunista da China, Zhang Youxia, que controla as Forças Armadas, falou de "desenvolvimento comum" e afirmou que "desacoplamento, fricção e confrontação irão apenas dividir o mundo em ilhas isoladas, olhando um ao outro com suspeição". Mas ele também falou de reivindicações territoriais de seu país, não reconhecidas na lei internacional e em alguns casos rechaçadas. Pequim tem ignorado as decisões contrárias, em particular no Mar do Sul da China, que tem ilhas, cursos e recursos em disputas com outros cinco países.

DECLARAÇÃO

José Dirceu afirma que Lula 3 é governo de 'centro-direita'

RAFAELA FERREIRA/AE

O ex-ministro da Casa Civil José Dirceu (PT), condenado pelo mensalão e na Lava Jato, disse, nesta segunda-feira, que avalia o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) como de um governo de "centro-direita", durante Seminário Brasil Hoje, da Esfera Brasil.

"Não é um governo de centro-esquerda, não, é um governo de centro-direita. Eu falo isso e todo mundo fica indignado, às vezes, dentro do PT. O PP e parte do PL, de certa forma, estão na base do governo. Essa é a exigência do momento histórico e político que estamos vivendo", afirmou.

Após a repercussão, em nota à imprensa, a assessoria do também ex-deputado federal "esclareceu" que, na avaliação de Dirceu, o terceiro mandato de Lula é apoiado por "forças de direita". Segundo a assessoria, a estratégia é para "consolidar uma maioria no Congresso e conquistar uma base social mais ampla, já foi externada inclusive em entrevistas do ex-ministro à imprensa".

No evento, o ex-ministro ainda analisou a atual polarização política, que atribuiu a radicalização e a polarização ao "fundamentalismo religioso" propagado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) durante manifestações como a deste domingo passado.

"Acredito que o Lula não optou pela polarização ou radicalização Por que o Brasil está radicalizado, polarizado? Por causa do discurso que foi feito ontem no Rio de Janeiro, que é fundamentalismo religioso com ataque a democracia. E, ainda, chamando a direita internacional, a direita norte-americana, não só como do ex-presidente Trump, quanto do Musk."

Em seguida, Dirceu voltou a reforçar que o programa do governo Lula não é um "programa de esquerda". "Qual é o desafio que o Brasil tem? Primeiro, o Brasil está virando um país de partidos político. Quem está puxando isso nem somos nós da esquerda, são os partidos de centro-direita que estão se constituindo, só não vê quem não quer."

Com o mandato cassado, em 2005, por ser apontado como responsável por liderar o esquema de pagamento de propinas a parlamentares, o mensalão, o ex-ministro afirmou não descarta uma candidatura a deputado federal em 2026. Após o evento da Esfera Brasil, o petista disse que voltar à Câmara dos Deputados é uma "questão de justiça", além de que tomará decisão sobre ser candidato, juntamente com o PT, no segundo semestre do ano que vem.

Em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) condenou o ex-deputado a dez anos e dez meses de reclusão por formação de quadrilha e corrupção ativa. A manifestação do Ministério Público Federal (MPF) que originou a sentença considerou Dirceu como o "chefe da quadrilha responsável pelo esquema de compra de apoio político. Pela Lei da Ficha Limpa, Dirceu está inelegível e não pode tomar posse em cargos públicos.